



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS CASTANHAL  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ESTUDOS  
ANTRÓPICOS DA AMAZÔNIA



JOSE MATHEUS BARATA SILVA

**GENTE DO ESTUÁRIO:** mudanças e permanências dos saberes e técnicas tradicionais de pescadores artesanais de Vigia (PA)

CASTANHAL-PA  
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

S586g Silva, José Matheus Barata.  
GENTE DO ESTUÁRIO: mudanças e permanências  
dos saberes e técnicas tradicionais de pescadores artesanais  
de Vigia(PA) / José Matheus Barata Silva. — 2020.  
128 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. José Guilherme dos Santos  
FernandesFernandes  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,  
Campus Universitário de Castanhal, Programa de Pós-  
Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia, Castanhal,  
2020.

1. Bibliotecas Universitárias. I. Título.

CDD 639.209811

---

JOSE MATHEUS BARATA SIVA

**GENTE DO ESTUÁRIO:** mudanças e permanências dos saberes e técnicas tradicionais de pescadores artesanais de Vigia (PA)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre em Estudos Antrópicos na Amazônia.

Linha: Linguagens e Saberes na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. José Guilherme dos Santos Fernandes

CASTANHAL-PA  
2020

JOSÉ MATHEUS BARATA SILVA

**GENTE DO ESTUÁRIO:** mudanças e permanências dos saberes e técnicas tradicionais de pescadores artesanais de Vigia (PA)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre em Estudos Antrópicos na Amazônia. Linha: Linguagens e Saberes na Amazônia. Orientador: Prof. Dr. José Guilherme dos Santos Fernandes

DATA DA AVALIAÇÃO: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**CONCEITO:** \_\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. José Guilherme dos Santos Fernandes  
(Orientador – PPGEAA – UFPA/Campus Castanhal-PA)

---

Prof. Dra. Roberta de Sá Barboza  
(Membro interno – PPGEAA – UFPA/Campus Bragança-PA)

---

Prof. Dr. Daniel dos Santos Fernandes  
(Membro externo – COLINS – UEPA)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Yomara Pinheiro Pires  
(Membro suplente – PPGEAA – UFPA/Campus Castanhal-PA)

## AGRADECIMENTOS

Por meio desse espaço, queria demonstrar toda minha gratidão às pessoas que contribuíram para que esse sonho fosse possível. A princípio, agradecer a Deus, sua mão invisível me conduziu em cada escolha, por meio da fé. Mesmo diante das minhas constantes dúvidas sobre mim mesmo, as pessoas que amo e oram pelo meu sucesso estiveram me apoiando.

Gratidão à minha família, a meu pai Zé Raimundo, pescador, fundamental em minha pesquisa, direcionando-me e auxiliando-me com seu profundo conhecimento da pesca; à minha mãe, Amarilza, pelo seu apoio, pelo cuidado em cada detalhe e pelas suas orações; a meus irmãos, Neto e Camila, fundamentais, pelas palavras de incentivo e de carinho, amo muito vocês! Minha base nos momentos mais difíceis da vida.

À minha esposa, Bruna, a pessoa que conviveu comigo nesse momento, desde o processo seletivo até esse instante, com apoio incondicional. Muitas vezes acreditou mais no meu sucesso do que eu mesmo, apesar das dificuldades entre cursar as disciplinas, estudar para concursos e trabalhar na escola. Foram momentos desafiadores, mas passamos por eles juntos, de mãos dadas, te amo muito!

Feliz pelas grandes amizades que fiz no curso, umas mais próximas, com mais afinidades, algo natural da vida, mas sempre com muito respeito entre ambos, carinho, compreensão e apoio. Aos amigos(as), Wanessa, Paula, Onilson, Carla, Daymerson, Fernando, Jones, Marinalva, Rita, Lais, Audinéia, Malu e Silas: muito obrigado! E cada um de vocês sabe de que forma pôde me fazer chegar até aqui. Não posso esquecer a Dona Loura e todos os funcionários da SEMEC, sempre solícitos, meu obrigado.

Agradecer a todos os professores e professoras que ao longo da vida me ajudaram nessa trajetória, em especial aos professores do PPGEAA. Meu obrigado ao Professor José Guilherme, orientador, que acreditou no meu projeto e me auxiliou na elaboração e na execução, pelos “puxões de orelha” que permitiram um grande crescimento interno, além da amizade. A todos do COLINS/UFPA, grato por tudo!

Por fim, ao grande incentivador dessa incursão no PPGEAA/UFPA, o grande amigo Rodrigo Monteiro, que pelo seu incentivo e apoio me impulsionou a criar coragem para fazer o processo seletivo, minha eterna gratidão.

## RESUMO

Silva, José Matheus Barata. **Gente do Estuário: Mudanças e Permanências dos Saberes e Técnicas Tradicionais de Pescadores Artesanais de Vigia (PA)** 2020. 117f. Dissertação de Mestrado- Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia. Universidade Federal do Pará, Castanhal.

A pesca artesanal na Costa Norte brasileira é uma das principais atividades econômicas da região. O presente estudo consiste em analisar as técnicas de pesca dos pescadores artesanais estuarinos de Vigia-PA, com ênfase nas transformações e ressignificações da pesca artesanal e do saber tradicional para a comunidade local. Este estudo aponta as principais artes de pesca utilizadas na microrregião do salgado paraense, sua importância para o cenário local, regional e nacional. Pondera-se a contribuição do saber tradicional dos pescadores artesanais, por meio de suas readaptações à geografia territorial do lugar em constante mutação. Demonstra-se a relevância da pesca artesanal, as implicações da pesca industrial para a categoria e suas tensões. Dessa forma, propõe-se a inclusão dos saberes dos pescadores artesanais nas políticas públicas para a pesca na região, dado o seu profundo conhecimento da atividade, além de ensejar a aproximação entre o saber acadêmico e o saber tradicional, ou saber-fazer dos povos locais. Para tanto, buscou-se realizar levantamentos bibliográficos e aprofundamento teórico sobre o tema. Da metodologia, foram aplicados 300 formulários e entrevistas semiestruturadas, análise do discurso, pesquisa de campo com os sujeitos locais, com perguntas referentes à pesca, suas transformações, permanências e perspectivas. Adiante, produziu-se tabelas, gráficos e imagens, de forma colaborativa, levando-se em consideração os apontamentos dos pescadores artesanais, suas reflexões, narrativas, saberes e percepções sobre sua própria prática. Por fim, algumas categorias foram basilares para a pesquisa, como: pesca artesanal, saber tradicional, saber-fazer e técnicas. Alguns autores foram fundamentais, como: Ramalho (2011, 2012, 2014), Diegues (1983, 1988, 2001, 2004), Cunha (1993, 2000, 2004), Furtado (1987, 1990, 2001) e Isaac (1998, 2003, 2006). Desse modo, buscou-se a tradução dos saberes dos pescadores artesanais estuarinos como forma de auxiliar futuras proposições de estudos e políticas públicas para a microrregião do salgado paraense.

**Palavras-chave:** Pesca Artesanal. Conhecimento Tradicional. Técnicas Tradicionais. Estuário Amazônico.

## ABSTRACT

Estuary People: Changes and Permanence of the Knowledge and Traditional Techniques of Artisanal Fisherman of Vigia (PA) UFPA, Castanhal.

Handmade fishing in the North Brazilian Coast is one of the main economic activities of the region. This Study aims to analyze the techniques of estuary artisanal fishing from Vigia-PA, with an emphasis on transformations and reframing of artisanal fishing and the traditional knowledge of the local community. This study points to the main fishing gear used in the microregion of Salgado Paraense, and its importance to the local, regional and national scenario. Is considered the contribution of the artisanal fisherman's traditional knowledge, through its readjustments to the territorial geography of the constantly changing place. It shows the importance of artisanal fishing, the implication of industrial fishing to the category and its tensions. Thus, it is proposed to include the knowledge of artisanal fishermen in public policies for fishing in the region, given their deep knowledge of the activity, in addition to allowing the approximation between academic knowledge and traditional knowledge, or know-how of local people. To this end, it was sought to carry out bibliographic surveys and theoretical research on the topic. From the methodology, 300 forms and semi-structured interviews were applied, discourse analysis, field research with local subjects, with questions regarding fishing, its transformations, permanences and perspectives. Ahead, tables, graphs and images were produced collaboratively, taking into account the notes of artisanal fishermen, their reflections, narratives, knowledge and perceptions about their own practice. Finally, some categories were essential for the research, such as: artisanal fishing, traditional knowledge, know-how and techniques. Some authors were fundamental, such as: Ramalho (2011, 2012, 2014), Diegues (1983, 1988, 2001, 2004), Cunha (1993, 2000, 2004), Furtado (1987, 1990, 2001) e Isaac (1998, 2003, 2006). In this way, the translation of the knowledge of the estuarine artisanal fishermen was sought as a way to help future proposals for studies and public policies for the micro-region of the Salgado Paraense.

Keywords: Handmade Fishing. Traditional Knowledge. Traditional Techniques. Amazonic Estuary.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –Área proibida para a pesca de arrasto industrial.....	41
Figura 2 – Mapa ilustrando a Microrregião do Salgado .....	46
Figura 3 – Mapa do município de Vigia de Nazaré – PA .....	48
Figura 4 – Chegada à cidade de Vigia-PA .....	57
Figura 5 – Canoa vigilenga da década de 80.....	58
Figura 6 – Figura ilustrativa de áreas de pesca que se estendem da Costa do Amapá ao Salgado Paraense .....	82
Figura 7 – Montarias, rabetas e embarcações de pequeno porte. ....	83
Figura 8 – Barco de pesca da baliza 1.....	85
Figura 9 – Barco de pesca na baliza 2.....	85
Figura 10 – Barco de pesca no canal do navio .....	86
Figura 11 – Barco do norte/barco de gelo.....	88
Figura 12 – Barco do norte/barco frigorífico .....	89
Figura 13 – Barco-bote/piolho.....	90
Figura 14 – Barcos-botes/piolhos .....	91
Figura 15 – Tripulantes de barco-polo/frigorífico .....	92
Figura 16 – Sistema de refrigeração do barco-polo/frigorífico .....	93
Figura 17 – Esquema de comercialização da pescada amarela .....	94
Figura 18 – Rede de emalhar, chamada pescadeira, ou rede grossa.....	101
Figura 19 – Barracão de “remendo” de rede.....	102

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1– Produção de pescado (t) nacional da pesca extrativa marinha de 2010 e 2011 .....	30
Tabela 2 – Escalonamento da Pesca Artesanal no Salgado Paraense.....	37
Tabela 3 – A produção marinho-estuarina por município no ano de 2004 no estado do Pará.	49
Tabela 4 – Artes de Pesca .....	75
Tabela 5 – Tamanhos de embarcações recorrentes nos municípios da Microrregião do Salgado .....	80

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Classificação litorânea paraense.....	33
Quadro 2 – Cronograma da pesquisa.....	62
Quadro 3 – Malha de Saberes 1.....	97
Quadro 4 – Malha de Saberes 2.....	102
Quadro 5 - Malha de Saberes 3.....	110

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Idade dos entrevistados .....	69
Gráfico 2 – Escolaridade dos entrevistados.....	70
Gráfico 3 – Autodesignação e autoconhecimento do pescador artesanal, atividades ligadas direta ou indiretamente. ....	72
Gráfico 4 – Desafios na pesca artesanal, segundo a percepção dos pescadores artesanais .....	73
Gráfico 5 – Principais artes de pescas utilizadas.....	74
Gráfico 6 – Motivos na escassez do pescado, segundo os pescadores artesanais.....	77
Gráfico 7 – Melhoramento das condições da pesca artesanal.....	79

## LISTA DE SIGLAS

COLINS	Colaboratório de Interculturalidades, Inclusão de Saberes e Inovação Social
CONDEPE	Conselho de Desenvolvimento da Pesca
FAO	Food and Agricultural Organization
GPS	Sistema de Posicionamento Global
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INRA	Inventário Nacional de Referências Culturais
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
PESCART	Política de Assistência à Pesca Artesanal
SUDEPE	Superintendência de Desenvolvimento da Pesca

# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 REVISÃO DA LITERATURA.....</b>	<b>19</b>
<b>2.1 A pesca e a colonialidade do saber .....</b>	<b>19</b>
2.1.1 Uma breve trajetória da normatização da pesca no Brasil.....	23
2.1.2 A pesca artesanal no território brasileiro.....	27
<b>2.2 A pesca artesanal e industrial na Costa Atlântica do estuário Amazônico: o salgado paraense .....</b>	<b>32</b>
2.2.1 A pesca industrial no estado do Pará.....	41
2.2.2 A pesca artesanal na Costa Atlântica e suas especificidades.....	43
<b>3 MATERIAIS E MÉTODOS.....</b>	<b>46</b>
<b>3.1 Área de estudo.....</b>	<b>46</b>
3.1.1 Aspectos éticos.....	49
<b>3.3 Coleta e Análise de dados.....</b>	<b>52</b>
<b>3.4 Tipo de Estudo .....</b>	<b>58</b>
3.4.1 Eventos imponderáveis da aplicação metodológica.....	62
3.4.2 Eventos imprevisíveis.....	63
3.4.3 População de estudo ou amostra.....	64
3.4.4 Dados dos Questionários e Entrevistas.....	64
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>67</b>
<b>4.1 Discussão dos resultados .....</b>	<b>67</b>
<b>4.2 Resultados e sistematização dos formulários .....</b>	<b>68</b>
4.2.1 Categorização da pesca artesanal, de acordo com os pescadores artesanais de Vigia-PA .....	81
4.2.1.1 Pesca do vai e volta .....	82
4.2.1.2 A pesca da baliza.....	84
4.2.1.3 A pesca do canal do navio .....	86
4.2.1.4 A pesca do Norte.....	87
<b>4.3 Resultados e discussões das entrevistas e narrativas orais .....</b>	<b>95</b>
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>115</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>117</b>
APÊNDICE A – Termo de consentimento livre esclarecido.....	125
APÊNDICE B – Formulário de campo.....	126
ANEXO A – Parecer do CONEP .....	128

## 1 INTRODUÇÃO

A importância da pesca para a humanidade possui alto grau de representatividade para a manutenção de sua sobrevivência, principalmente dos povos e comunidades tradicionais, já que essa pode ser a única fonte de proteína animal para as populações ribeirinhas (FAO, 2016). Sendo assim, a pesca contribui para o desenvolvimento das sociedades e para a manutenção da vida, sobretudo as que se localizam próximo ao litoral, rios, lagos e a grandes formações hidrológicas. Para tanto, a apropriação de técnicas inerentes à prática dessa atividade evolui em escala global. Desse modo, as relações sociais entre os indivíduos, ou seja, os pescadores, sofrem transformações em meio a esse processo.

O norte desse estudo é buscar apontamentos para o a valorização do saber tradicional, como proposta colaborativa, incluindo-o em políticas públicas pensadas para a região Norte do Brasil, em particular a microrregião do salgado, dentro da atividade pesqueira, integrando os saberes tradicionais estuarinos nas práticas governamentais de fomento ao desenvolvimento local da pesca, contribuindo junto aos sujeitos locais para a viabilidade da atividade. Ressalta-se que este estudo não visa apontar propriamente o conceito de política pública, mas apontar o saber tradicional como possibilidade a ser considerada no fomento das mesmas para a região, visando o uso sustentável do território e dos recursos pesqueiros.

Este estudo visa ir de encontro às perspectivas tecnicistas, que compreendem a pesca como um elemento puramente técnico e dissociada da subjetividade do saber tradicional. Nesse sentido, foram se estabelecendo visões etnocêntricas acerca da lógica pesqueira praticada pelos povos tradicionais e pelas comunidades tradicionais amazônicas, como percebemos no fragmento conceitual adiante, que analisa a pesca artesanal nos países periféricos concebida como uma atividade pesqueira de baixo rendimento, de pouca instrumentalização tecnológica e de baixa qualificação de mão de obra (FAO, 1975).

Contudo, a visão equivocada acima não corrobora com os anseios deste estudo, que analisou essa atividade produtiva, comum no Norte do Brasil<sup>1</sup>, como aglutinadora de saberes e práticas culturais, econômicas, sociais e ambientais. Diversas comunidades locais concebem-na como forma de sustento e de sua própria reprodução social. Desse modo, os pescadores artesanais, no tocante ao seu modo de vida, devem ser entendidos de modo peculiar, haja vista a complexidade de sobrevivência em uma região tão heterogênea quanto a Amazônia, que

---

<sup>1</sup> A costa norte do Brasil é um ambiente de grande importância para a pesca, sendo responsável por 29% da produção de pescados do Brasil (MPA, 2012).

requer grande conhecimento do território e que é habitada por milhares de anos por estes povos nativos.

Diante disso, a compreensão desse fenômeno não é simplória, pois a pesca artesanal possui determinada complexidade e especificidade de relações, utilização de diversos apetrechos, técnicas, embarcações e relações sociais (DIEGUES, 1983). A pesca artesanal é também a expressão de um saber milenar que coaduna com saberes inerentes aos povos nativos, como indígenas, quilombolas e pescadores. A inquietação para a pesquisa surge, então, diante da ausência de políticas públicas que atendam os anseios dos pescadores artesanais de Vigia-PA e que visem a manutenção dos seus territórios de pesca, modo de vida e reprodução de suas práticas locais. Entretanto, a profundidade desse estudo caminha para a contribuição desses sujeitos, os pescadores artesanais, para sua participação mais efetiva na formulação de arcabouços legais que de fato considerem os saberes dos sujeitos como relevantes, dado o profundo saber detido por eles.

Compreendo a realização dessa pesquisa, junto a outros estudos realizados, como um objetivo de dar voz aos sujeitos locais, que vivem e relacionam-se intimamente com o meio, entendendo que a importância das comunidades locais, carregadas de saber tradicional, são potenciais viáveis, em contraponto às atuais lógicas de pensar a Amazônia: como um lugar inóspito, com populações pobres, atrasadas tecnologicamente e com baixo desenvolvimento local. Pretende-se, com isso, apontar elementos que vislumbrem pensar o local pelos *atores locais*, sujeitos do espaço.

A problematização destas questões é intrínseca às inquietações desse jovem pesquisador, que possui uma ligação bastante demarcada com a pesca. Cresci vivenciando a pesca na cidade de Vigia-PA, entre histórias das embarcações de meus avós e a cotidiana rotina de pescador de meu pai e parentes. Meu avô paterno, Seu Zizito, oriundo do município de Viseu, de uma ponta de praia chamada “Sumaca”, desde criança me contava dos desafios e aventuras da pesca realizada por pequenas canoas a pano (isso lá pela década de 60), da chegada dos primeiros motores Yamaha, utilizadas como rabetas, do difícil acesso para o escoamento da produção, das grandes canoas a pano, que vinham do estado do Maranhão trazendo sal para o salgamento do pescado, do distanciamento da capital, etc. Mas escutava também o discurso da fartura de peixes e safras abundantes de pescados. Já na adolescência, sempre que chegava da escola, ia direto para o barco de meu pai, chamado “comandante Tupã”, onde passava muitas tardes ao lado de meu irmão, escutando histórias das dezenas de pescadores que ao longo do tempo trabalharam na embarcação. Com o passar dos anos, pude perceber algumas recorrências em seus discursos: “o peixe tá acabando”, “tem muito barco

pra pouco peixe”, “antigamente dava mais peixe” e “a noite, lá fora, tá um dia de tanto barco redado”. Diante dessas falas, que foram se repetindo ao longo dos anos, pude pensar na condição da pesca, do pescador artesanal, o que mudou na atividade e o que pode ser feito diante dessa narrativa catastrófica que se criou acerca da pesca na região.

O vertiginoso crescimento da atividade, que será apresentado neste estudo, trouxe uma série de efeitos, de vários cunhos: econômicos, ambientais e sociais para a microrregião do salgado, e conseqüentemente para a cidade. A desordenada formação territorial, entre a migração impulsionada pela pesca, gerou novos cenários para a cidade, que se tornou um importante entreposto pesqueiro.

Na minha graduação, Geografia, minha monografia tratou da influência da pesca na formação geográfica da orla fluvial da cidade de Vigia-PA, compartimentando em momentos históricos distintos. Nesse sentido, por conta de minha trajetória familiar ter origem na pesca, e por tê-la vivenciado durante quase a vida toda, sempre busquei inclinação para o estudo da pesca, de forma que pudesse contribuir de alguma maneira com a realidade da minha cidade e dos sujeitos locais, os pescadores artesanais. Dessa forma, as problematizações da pesquisa partem da percepção do ambiente, da vivência com narrativas e dos discursos dos pescadores artesanais, para assim pensar essa realidade a partir de algumas questões norteadoras.

Desse modo, a questão que norteia este estudo é a valorização do saber tradicional inserido na pesca artesanal da região, posteriormente ramificado nos demais objetivos, tanto no geral quanto nos específicos, que foram caminhos percorridos em cada etapa da construção da pesquisa.

A situação da pesca, ao longo das últimas décadas, sofre com a grande exploração de pescados na região da Costa Norte brasileira. A pesca artesanal apresenta grande importância de produtividade, como será explanado ao longo deste estudo. Dessa forma, os principais atores da pesca artesanal são os pescadores artesanais que capturam a matéria prima. Os esforços caminham na tentativa de aproximações de saberes tradicionais, com seu profundo conhecimento empírico, na participação das políticas de gestão coletiva dos territórios e áreas de pesca das regiões, atendendo a particularidade estuarina local.

Diante desse cenário, a pesca artesanal praticada na microrregião do salgado paraense possui o predomínio de artes de pesca, como redes de emalhe, tendo como principal produto econômico a pescada amarela, que já se encontra em estado de sobrepesca (MMA, 2014). Além disso, há uma certa carência de estudos acerca das conseqüências das redes de emalhe na Costa Norte do Brasil, o que se torna um grande desafio para o gerenciamento da pesca artesanal na região (DUARTE DE PAULA, 2018).

Posto isso, pensei, junto ao orientador, em apontarmos o objetivo geral da pesquisa, como: colaborar para o reconhecimento dos saberes da pesca artesanal de Vigia-PA, para a discussão acerca da sustentabilidade econômica e ambiental e para a manutenção dos recursos pesqueiros.

Nesse contexto, algumas perguntas são norteadoras do estudo: quais as principais características do pescador artesanal de Vigia-PA? Quais as principais transformações em suas práticas nas artes de pesca? O conhecimento tradicional do pescador vigiense pode contribuir com o desenvolvimento local da microrregião do salgado paraense?

Algumas hipóteses surgem para dialogar com as inquietações da pesquisa e pensar proposições. Diante disso, as hipóteses são: a pesca artesanal é o principal segmento de desenvolvimento para a economia local; os saberes dos pescadores artesanais, enquanto conhecimento tradicional, contribuem para o crescimento e transformação dessa atividade; as técnicas utilizadas pelos pescadores artesanais são dotadas de tecnologias e são readaptadas de acordo com suas necessidades; a pesca artesanal passa por transformações na sua estrutura produtiva.

Seguindo-se uma ordem coerente e lógica, delinear-se os objetivos específicos, que buscam construir subsídios para contemplar a proposição do estudo. Para tanto, os objetivos específicos são: 1- Discriminar a contribuição socioeconômica da pesca artesanal na microrregião do salgado paraense. 2- Caracterizar os saberes e os fazeres dos pescadores artesanais de Vigia-PA. 3- Apresentar as transformações técnicas utilizadas pelos pescadores artesanais de Vigia-PA. 4- Sistematizar os saberes dos pescadores artesanais em diálogo com outras fontes de conhecimento acerca do tema.

Ao longo das conversas, entrevistas e trocas de experiências, percebi que o pescador artesanal estuarino conhece muito bem a região em que se insere, não somente do ponto de vista geográfico, mas também com relação à sua percepção do ambiente, da sazonalidade da região e das áreas mais exploradas pela pesca artesanal e industrial.

Dessa maneira, estudos com a perspectiva do desenvolvimento local, com a participação dos sujeitos locais, são fundamentais. Haja vista a complexidade da região amazônica, a aproximação de estudos colaborativos junto às comunidades busca atenuar o distanciamento institucional que muitas vezes se estabelece na relação governo e sociedade, além de inserir os sujeitos como agentes ativos na busca de uma sociedade civil minimamente democrática, sendo a gestão participativa um importante componente para tal. Esta pesquisa buscou horizontalizar as relações das políticas governamentais, que além de participativas, sejam também compreendidas por esses sujeitos, com indicadores criados por eles próprios,

por meio de códigos inerentes de suas práticas, e eficazes, em alguns casos, mais do que algumas estratégias verticalizadas, que não corroboram com a lógica peculiar de desenvolvimento local.

De acordo com o que se propõe nesta pesquisa, busquei compreender de forma mais abrangente o objeto estudado, adentrando paulatinamente ao campo e à pesca na cidade. Alguns dados trazem indicativos do déficit de formação escolar dos pescadores e da baixa remuneração, além do fato de residirem em áreas precárias de infraestrutura e outros aspectos. A ausência e a falta de assistência do poder público diante da pesca são um aspecto apresentado em outros estudos, com incipientes políticas públicas que atendam de forma mais palpável os anseios da atividade.

Assim, pela vivência em campo, não apenas como pesquisador, mas como morador da localidade, torna-se viável observar na paisagem e nos diálogos com os pescadores artesanais essas problemáticas mencionadas. Venho de uma família (de origem paterna) que também exerce tal atividade, acompanhando e escutando das gerações pretéritas histórias orais sobre as dificuldades da pesca, assim como das conquistas da atividade. Mesmo sabendo que não foi delineada no estudo a questão das migrações na atividade, empiricamente percebe-se que muitos sujeitos ligados à atividade da pesca são migrantes de vários cantos do estado, que buscam em Vigia-PA compor a força de trabalho da atividade pesqueira.

Nesse cenário, alguns estudos já apontavam para os elementos levantados, não havendo, desse modo, dificuldades em se chegar a tais conclusões, pois os mesmos corroboraram com algumas observações empíricas acerca da pesca no lugar. Pode-se observar que, em comparação a outros municípios circundantes, a quantidade de embarcações, inclusive a capacidade produtiva, é maior, com exceção de Belém e de Bragança.

Dentre os percalços já esperados da pesquisa, encontrou-se grande dificuldade em se achar um órgão público com atribuições autônomas para a gestão da pesca. Neste cerne, a secretaria de agricultura e pesca municipal funciona em anexo à de meio ambiente, não havendo infraestrutura adequada, tampouco levantamentos estatísticos e projeções sobre a pesca local. Arelada à ingerência municipal do poder público, a colônia de pescadores local (Z-3) apresenta-se deslocada para um prédio terceirizado, com 3 compartimentos, não informatizada e com esporádico funcionamento. São questões colocadas e que influenciam uma gama de outras nuances da atividade pesqueira no município.

Levantamentos bibliográficos, dados geográficos, demográficos e socioeconômicos, convergem com a realidade, além da caracterização fitogeográfica e natural do ambiente. Os saberes dos pescadores artesanais, também abordados na pesquisa, estão imbricados nas

práticas e na formatação de materiais; mesmo tendo alguns com composição industrial, como o *nylon* para a rede de emalhar, a forma como é utilizado, adaptado e instrumentalizado para o uso adequado ao ambiente, insere-se e aproxima-se do saber tradicional dos pescadores.

Os usos desses saberes tradicionais são bastante debatidos em diversas literaturas acerca do modo de vida, territorialidades e praticidade da atividade pesqueira para essas populações. O que se observou é que essas práticas não são norteadas pela formalidade, como se existisse uma cartilha, ou uma receita a ser seguida, mas que ocorrem rearranjos e ressignificações nas próprias ações desses sujeitos.

A vasta bibliografia encontrada acerca da temática, em muitas fases, concatenou com algumas proposições levantadas, desde as características do espaço local à dimensão econômica da pesca para o município e microrregião. Como se esperava, não existe um quantitativo mais detalhado a respeito das licenças de pesca que estão em vigência pela zona de pesca (Z-3), assim como não há uma mensuração de barcos pesqueiros, de trabalhadores e de outros dados mais específicos.

Os estudos encontrados (nenhum etnográfico) detalhavam de modo particular o sistema, circulação e áreas de pesca. Outro fator aguardado era a falta de uma subdivisão mais minuciosa das categorias, tratando da capacidade e do potencial técnico de produção. Alguns fazem divisões mais genéricas, levando em consideração apenas o tamanho da embarcação como condição para o aumento da produção, mas esse fator não se concretizou na realidade. Estas são algumas considerações aferidas que vão ao encontro das questões hipotéticas desse estudo, no sentido de serem fenômenos aguardados no campo pesquisado, contudo, pertinentes para o desenvolvimento de outras perspectivas.

Portanto, foram construídos os capítulos da pesquisa na busca de contemplar as questões pensadas e propostas. Para tanto, foram elaborados três capítulos que serão destrinchados brevemente.

O primeiro capítulo objetiva alicerçar a pesquisa com o arcabouço teórico acerca de uma breve historicidade da atividade pesqueira no mundo, seu processo de mecanização e a incorporação de novas técnicas ao longo do tempo, além da tentativa de abarcar conceitos geradores da pesquisa, pesquisa bibliográfica de estudos comparativos, legislações, aproximações, discordâncias e construção de debates acerca da temática em questão.

Já o segundo capítulo consiste na apresentação dos materiais e métodos, descrevendo os caminhos metodológicos adotados, as entrevistas, as visitas a campo, descrições etnográficas do campo, produtos cartográficos, cronogramas, ponderações metodológicas e, por conseguinte, afunilando as análises para o escopo da pesquisa.

O terceiro capítulo, por sua vez, refere-se às análises e às discussões dos resultados, por meio de tabelas, gráficos, narrativas e dados do formulário, apresentando também o instrumento de sistematização de saberes tradicionais, cuja finalidade é tecer um diálogo colaborativo com os saberes dos pescadores artesanais do estuário, junto aos conceitos da academia. Por fim, as considerações finais e as proposições da pesquisa.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

Nesta seção, busquei construir e dialogar com a base teórica deste estudo, apresentando alguns dos principais autores e literaturas acerca da atividade pesqueira em escala mais genérica, ou global, tratando dos principais aspectos institucionais que fomentaram a atividade pesqueira, assim como de alguns dos sujeitos que fizeram parte dessa trajetória. Nesse sentido, iniciei com a uma breve cronologia da pesca, seus caminhos, sua relevância produtiva e social, compreendendo que para o Brasil ela é uma das principais atividades econômicas, que para a região amazônica é um forte setor econômico e, também, atividade essencial para a vida de povos e comunidades tradicionais.

### 2.1 A pesca e a colonialidade do saber

Ao longo da história, a importância dessa atividade é evidenciada. Sua praticidade já estava imbricada nos cotidianos dos povos antigos. Nesse sentido, Diegues (1983) nos aponta que a atividade pesqueira era fortemente explorada nas mais variadas temporalidades humanas, tais como: império Mênfita, povos gregos e egípcios, passando pelo Império romano, que possuía até mesmo leis específicas para o consumo do pescado, a Lei Licínia.

Nesse momento, faço uma análise mais global da atividade pesqueira, apresentando uma cronologia dos apetrechos de pesca utilizados e suas aplicabilidades usuais até os dias atuais. Para tanto, vamos ao século XI, período em que os holandeses já aprofundavam técnicas de pesca para a captura do arenque, no Mar Báltico e no Mar do Norte. Assim, uma nova realidade da pesca, na Europa, surgia em proporções e escalas organizacionais bastante consideráveis. Já pelos séculos XIII e XIV, o crescimento das cidades holandesas, da população e a demanda por pescado acirraram disputas por lucro e a formação de monopólios nessa atividade, estocando produções e fixando o preço (DIEGUES, 1983).

Nesse viés, a busca por territórios de pesca já rompia os elementos transoceânicos, com bascos e noruegueses chegando à costa do litoral canadense. Estes fatos são um breve panorama da pesca na Europa entre a antiguidade e a idade média. Acerca do avanço dos apetrechos pesqueiros, “com o aparecimento da pesca de longo curso, o tamanho e a tonelagem das embarcações de pesca aumentaram consideravelmente. Nesse particular, os barcos de pesca acompanhavam as inovações da engenharia naval desenvolvida pelos navios empregados nas grandes viagens do descobrimento” (DIEGUES, 1983, p. 19).

Nesse bojo, pretendo criar um cenário mais geral da pesca, em escala macro, e paulatinamente dialogar com outros autores que abordam a pesca em países fora do eixo europeu, como o Brasil, trazendo elementos da pesca incorporados ao cotidiano dos povos autóctones da Amazônia.

Dessa forma, ressalta-se que a pesca não era um privilégio dos povos europeus. Alguns viajantes, como Jean de Léry, relatavam, ainda no século XVI, a prática da atividade pesqueira no litoral brasileiro, como os índios tupinambás, destacando suas habilidades:

Terminando, direi, ainda, a respeito do modo de pescar dos tupinambás, que além das flechas usam também espinhas à feição de anzóis, presas a linhas feitas de uma planta chamada tucom..Também penetram no mar e nos rios tem jangadas, a que chamam piperis: são feitas de cinco ou seis paus redondos. Quando o tempo está bom e os selvagens pescam separadamente, parecem de longe, tão pequenos se vêem, macacos ou melhor rãs, aquecendo-se ao sol em achas de lenha soltas na água... (LÉRY, 1980, p. 148-149).

O desenvolvimento técnico da pesca parte também dos arranjos locais pensados pelos povos ameríndios, com a inserção de seus apetrechos técnicos, em grande parte instrumentalizando recursos naturais disponíveis, transformando-os em utensílios de pesca, dando suporte para o avanço das técnicas, como as redes de emalhar.

Contudo, o percurso da colonização na América inaugura um momento interessante, do ponto de vista histórico: a colonização do saber, a expropriação de culturas, dos costumes, sociabilidades e cotidianos dos povos nativos (MIGNOLO, 1995). Diante disso, a ocupação europeia, nesse território, transcende a perspectiva econômica do espaço, tangível nas diversas ações de ordem religiosa e intercultural. Dá-se, nesse bojo, a construção do imaginário europeu de centro do mundo; por outro lado, também, o ideário de periferia dos demais territórios colonizados, atrelado a isso os costumes e práticas dos povos locais.

Tal construção nega o pressuposto de que existem epistemologias diversas, isto é, heterogêneas de conceber a técnica e o uso da natureza. Entretanto, a ocidentalização da ciência e do método científico atribui, de alguma maneira, à Europa a centralidade da sistematização dos conhecimentos do mundo. Com o advento das revoluções industriais, ocorridas nos países do Norte, percebe-se um aprofundamento nas técnicas aplicadas na produção das manufaturas, permitindo de algum modo a intensificação da apropriação homem-meio. Tal normatização da produção inferiu-se na criação de um ser humano essencialmente econômico (ESCOBAR, 1995).

A territorialidade e a ocupação dos espaços geográficos ao redor do globo aplicam-se em consonância com os interesses de expropriação econômica dos recursos naturais e,

também, humanos. Nesse sentido, a trajetória da exploração do território amazônico, desde o momento das grandes navegações e das expedições ultramarinas, é concebida em distintas análises, isto é, por visões de diferentes enunciações, como o desenvolvimento e a própria existência da América enquanto espaço geográfico dotado de racionalidade humana. Todavia, a colonização ibérica estabelecida na porção setentrional do território, posteriormente denominado de Amazônia, consistiu numa forte demarcação da imposição, dominação, violência e justaposição da unilateralidade do saber.

Corroborar-se com Fabian (1983), a qual enfatiza que a concepção das culturas e saberes tradicionais se reinventa e se reconstrói cultural e socialmente por meio da tradição. De acordo com Almeida (2001), as particularidades dos saberes tradicionais estão na complexidade de sua realidade e da hereditariedade passada por gerações. “Trata-se de saberes que, respaldados por quadros de referência distintos, estabelecem estratégias distintas das leituras de mundo”. Contudo, em algumas circunstâncias são inferiorizados por serem concebidos como arcaicos, improdutivos ou atrasados, ou seja, basicamente adjetivados de forma negativa, como se fizessem parte de um momento pretérito ao desenvolvimento.

Dessa forma, constrói-se a narrativa de que ciência, em sua ontologia, ou mesmo na etimologia da palavra, trata de forma singular o saber, como se fosse algo inerente da ciência moderna ocidental. Entretanto, o que se revela é que saber científico e saber tradicional são diferentes não só nos resultados, mas em sua estrutura de construção. Assim, Carneiro da Cunha (2007) aponta que o saber científico obedece à lógica dos conceitos, em contraste com a lógica do saber tradicional, que atende a lógica das qualidades sensíveis. Desse modo, o saber da tradição ou saber tradicional deve ser pensado para além do senso comum:

Para o senso comum, o conhecimento tradicional é um tesouro no sentido literal da palavra, um conjunto acabado que se deve preservar, um acervo fechado transmitido por antepassados e a que não vem ao caso acrescentar nada. Nada mais equivocado. Muito pelo contrário, o conhecimento tradicional reside tanto ou mais nos seus processos de investigação quanto nos acervos já prontos transmitidos pelas gerações anteriores. Processos. Modos de fazer. Outros protocolos. (CARNEIRO DA CUNHA, 2007, p. 78)

Nesse caminho, os esforços deste estudo convergem em trazer apontamentos que corroborem para a colaboração entre saberes. Como afirma Almeida (2002, p. 4), a “originalidade do conhecimento da tradição se enraíza em modelos mais holísticos de pensar, não sendo esses modelos inferiores ou superiores ao da ciência”. Esses saberes produzidos e construídos são inerentes à sua práxis e territorialidade que a pesca artesanal propicia. Assim, as populações locais na Amazônia são carregadas de saberes produzidos por elas mesmas na

sua relação com a natureza e com seu meio imediato. De acordo com o Inventário Cultural de Referências Culturais, os saberes são “modo de fazer enraizado no cotidiano das comunidades” (INRA, 2000, p. 23). Para os povos autóctones da Amazônia, esse saber-fazer é concebido ou construído mutuamente de forma inerente à pesca, uma atividade essencialmente coletiva. Corroborando a isso, “conhecimento tradicional é definido como o conjunto de saber-fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural, transmitido oralmente, de geração em geração” (DIEGUES; ARRUBA, 2001, p. 50). Esse saber acumulado é suscetível dos ciclos naturais, que delimita e marca fortemente as atividades artesanais, sendo o conhecimento tradicional desses povos fundamental para estas populações.

Em relação aos saberes na pesca, essa atividade produtiva, comum na região Norte do Brasil, aglutina saberes e práticas. Diversas comunidades locais concebem a pesca como forma de sustento e de sua própria reprodução social. Neste sentido, Diegues (2001) analisa que esses sujeitos, no tocante ao modo de vida, devem ser entendidos de modo peculiar, haja vista a sazonalidade da produção e sua relação com o meio natural. Pretende-se apontar elementos que vislumbrem pensar o local pelos atores locais, sujeitos do espaço. Não obstante, segundo Diegues (2004, p. 198):

(...) o conhecimento tradicional marítimo é produzido e acumulado culturalmente através de prática profissional, sendo continuamente recriado de acordo com a especificidade do ambiente que se apresenta como cíclico, móvel e imprevisível. Em outras palavras, a apropriação do mar e de seus recursos requer o conhecimento de um código de saber-fazer que é constituído e ritualizado no mar pela tradição, aprendizado, experiência e intuição. Isso significa que a apropriação social desse espaço e simultaneamente um ato cultural e produtivo.

O saber dos pescadores, também apontado por Diegues (2004), não é inato, e sim produto da relação de vivência e de experimentação. O pescador necessita utilizar essas habilidades experimentais para a prática da navegabilidade, assim como o próprio ato de pescar. Anteriormente, demonstrou-se que a complexidade da geografia estuarina da região implica desde a salinidade, a viscosidade e a temperatura da água, tanto a marinha quanto a fluvial, o que reflete na oferta de pescados de espécies diferentes ao longo do ano. Nesse sentido, o reconhecimento do pescador artesanal, como fomentador de cultura e conhecimento, vai além da valorização regional da pesca e adentra no campo das epistemologias do Sul, por meio do empoderamento do local.

A pesca como forma de subsistência dos povos nativos ocorre no espaço, isto é, a sua materialidade. De acordo com Lefebvre (2001), esse espaço é concebido como produto das relações sociais com a natureza. Do mesmo modo, Coronil (1997) pondera que esta interação

além de ser social é também natural, podendo cada sociedade produzir e apropriar-se ao seu tempo.

Acerca do saber tradicional da pesca e de seus elementos sociais, na literatura brasileira, alguns autores clássicos permitiram-me compreender com maior profundidade o desenvolvimento da pesca e suas implicações nas culturais locais. Na obra *Aspectos da Cultura e da Vida Social no Litoral Brasileiro*, Mussolini (1953) publicava um artigo acerca das recorrências culturais vivenciadas pelos pescadores litorâneos no Brasil, apresentando a forte influência da miscigenação em suas práticas culturais, oriundas das matrizes indígenas, africanas e portuguesas, abordando o caráter agrário exportador das matérias-primas produzidas, sendo a pesca basicamente renegada a um componente secundário da economia. Aponta-se a pesca e a extração do azeite/óleo de baleia, no século XVI, realizada ao longo do litoral da Bahia até Santa Catarina, como importante recurso local da época; contudo, a pesca e os pescadores eram ignorados pelas estatísticas de exportação. Todavia, ainda que esse fator tenha sido desconsiderado pelos dados estatísticos, ele contribuiu consideravelmente para a sedimentação da pesca de pequena escala no litoral brasileiro.

A respeito das técnicas utilizadas pelos povos nativos, Mussolini (1953) explica como eram as técnicas ainda utilizadas na região amazônica: de “a poita”, palavra de origem tupi, que significa “parar”, “ficar” e “estar firme”, termo muito designado para o uso da pesca de “rede apoitada” (fixar a rede com uma pedra amarrado a um cipó/cabo, para paralisá-la e esperar o peixe emalhar nela). Observemos, brevemente, uma pequena classificação das técnicas de pesca de pequena escala, as mais recorrentes seriam: 1- ferrar o peixe (arpão, anzol, espinhel); 2- redes, duas categorias (emalhar e envolver); 3- armadilhas (fixas e flutuantes). A autora ressalta que a rede de emalhar é nativa de Portugal e que basicamente foi utilizada para a mesma finalidade tanto no Brasil quanto no seu país de origem.

### 2.1.1 Uma breve trajetória da normatização da pesca no Brasil

No espaço temporal, em 1602, no Brasil, são criados os Pesqueiros Reais, que pertenciam às autoridades da nobreza, sendo os recursos marinhos capturados sua propriedade. Nesse contexto, de acordo com Veríssimo (1895), os índios-pescadores tornavam-se obrigados a pescar para o sustento da realeza, dos religiosos e dos militares. Historicamente, o Estado não buscou apenas inserir esses sujeitos como pescadores, mas também como mão de obra de reserva para a Marinha, trazendo no decreto de 13 de julho de

1820<sup>2</sup> o repasse do domínio administrativo para a responsabilidade do Ministério da Marinha, evidenciando o cunho estratégico por parte do Estado para esta ação. Nesse sentido:

A ação do Estado no Brasil, buscou, historicamente, conduzir, segundo seus interesses e os das elites econômicas, os pescadores artesanais à modernidade, através do tutelamento político e da transformação da força de trabalho desses trabalhadores em reserva naval para a Marinha Brasileira, e, depois, em mão de obra para as reformas capitalistas de produção (pesca industrial, recentemente, aquicultura), quando não promoveram a busca pelo fim da pescaria artesanal em várias localidades no país. (RAMALHO, 2014, p.32)

Podemos perceber que o início do processo de formalização da pesca em águas brasileiras assumiu, de fato, um caráter de controle do território e soberania estatal, com o pressuposto de aumentar a ocupação demográfica na costa litorânea. Todavia, fica evidente o não interesse por parte do Estado em regulamentar a atividade da pesca artesanal em prol de políticas de incentivo e de inserção dos pescadores como componentes importantes para a economia nacional, muito menos se pensou na pesca artesanal como alternativa ao desenvolvimento local para os povos nativos, dado o vasto domínio técnico que esses indivíduos possuíam sobre a atividade. Nesta trajetória que pretendo delinear, do papel do Estado para a sistematização formal da pesca, o aporte histórico é necessário. De acordo com Silveira (2015), o decreto de nº 9672 de 16 de julho de 1912 foi o marco institucional para a pesca, criando a jurisdição legal para a criação das chamadas estações de pesca. Junto a essas medidas, foram somados esforços para o controle e catalogação de espécies da fauna marinha, com proibições de algumas técnicas predatórias; nesse momento, fica mais clara a tentativa de regulamentar essa atividade.

Nesse sentido, Silveira (2015) analisa que, já no ano de 1934, por meio do decreto nº 23.672, de 2 de janeiro, foi sancionado o Código de Caça e Pesca. Retomando ainda o decreto nº 9672/1912, o seu artigo 59 estabelece que “será considerado pescador, para efeitos deste regulamento, todo indivíduo que, vivendo da pesca, possua respectiva matrícula nas estações”. Esse processo de nacionalização da pesca, o que abriria caminho para o processo de industrialização da pesca nacional, já revela o caráter de invisibilidade e de desvalorização do pescador artesanal, que caso não fosse cadastrado nas estações de pesca, não seria

---

<sup>2</sup> Declarada competência da Repartição da Marinha a concessão, e a todos os portos de qualquer porção da praia. **Coleção de Leis do Império do Brasil - 1820**, v. 1, p. 49. Disponível em: pt. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/antioresa1824/decreto-38868-13-julho-1820-567998-publicacaoorigina1-91357-pl.html>. Acesso em: 23 agosto 2020.

considerado pescador aos olhos do Estado. Junto a isso, consideravam a pesca artesanal como improdutivo, pouco rentável e desprovida de tecnologia, contendo apetrechos defasados para a suposta produtividade industrial.

Nesse contexto, posteriormente, em 1938, surge um novo Código de Caça e Pesca revogando o de 1934, mas sem grandes alterações, porém, ratificando o caráter economicista da pesca, destacando o papel da pesca industrial. Em 1941, ressalta-se os papéis das colônias de pesca como agentes reguladores da pesca, a nível local, com subordinação à Federação Estadual de Pescadores e à Confederação Geral dos Pescadores Brasileiros. Ramalho (2014) analisa que esse processo fazia parte, por meio de leis e códigos, de um plano para manipular os caminhos da pesca artesanal, controlando e exercendo domínio sobre ela. A esse respeito, “ao institucionalizar o trabalho do pescador, a Marinha colocou limites a sua autonomia social e política” (Silveira, 2015, p.112), tratando os pescadores artesanais como mera força de trabalho braçal, desprovida de capacidade produtiva.

No ano de 1962, a pesca industrial, capitaneada por empresários, é incluída nas políticas econômicas do Brasil como indústria de base, pegando carona no contexto desenvolvimentista do país. Vultuosos investimentos, via Banco de Desenvolvimento Econômico, são injetados na categoria. Paralelo a esse processo, a pesca artesanal continuava a ser tratada como secundária e improdutivo, como ressalta Callou (2010), que analisa que as colônias de pesca, na maioria das vezes, eram dirigidas por pessoas desvincilhadas da realidade do pescador artesanal; situação que, durante décadas, repercutiu negativamente na trajetória institucional para a pesca artesanal no Brasil. Silveira (2015) aponta que, por meio do decreto nº 50.872 de 28 de junho de 1961, instituiu-se o (CONDEPE), o Conselho de Desenvolvimento de Pesca, com a proposição de realizar estudos acerca dos estoques pesqueiros e de buscar atenuar os problemas da pesca de modo geral, sendo criado o Fundo Nacional da Pesca, o que iria maturar a futura criação da (SUDEPE), Superintendência de Desenvolvimento da Pesca, criada pela lei nº10 de 11 de outubro de 1962. A partir de então, mais investimentos no setor industrial são gerados, com excessiva exploração dos estoques pesqueiros, ocasionando a estagnação do setor no final da década de 80.

O cenário que se estabelecia nesse momento era de dualidade. Praticamente, eram considerados pescadores somente os pescadores atrelados às indústrias, com uma série de benefícios, formação técnica, assistência social e benefícios trabalhistas da época. Em contrapartida, diante das normas vigentes até então, os pescadores artesanais ficavam excluídos dessas políticas de assistência social e subsídios, sendo taxados de retrógrados. De acordo com Callou (2010), havia uma visão de que a pesca artesanal seria “falida e

miserável”, o que impulsionou o investimento na pesca industrial, com incentivos fiscais. Já em 1973, houve a criação da Política de Assistência à Pesca Artesanal (PES CART), no entanto, esses investimentos não geraram desenvolvimento no setor, pela sua má aplicabilidade. As justificativas de investimentos na pesca artesanal partiam do pressuposto de que a produção artesanal já correspondia a 50% (Callou, 2006). Após os relativos fracassos das políticas desenvolvimentistas, por meio da lei nº 7.735, a partir dos anos de 1989 até 1998, cria-se o IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais), cabendo a ele a gestão da pesca, e, posteriormente, ao Ministério de Agricultura.

Em 2003, criou-se a SEAP (Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca). Do ponto de vista institucional, que de fato passa a existir uma maior visibilidade com a questão da pesca artesanal, ressalta-se que no fim dos anos 80 até o início dos anos 2000 a pesca marítima vivenciou grande período de estagnação, os investimentos nesse período foram alocados basicamente para a aquicultura. Silveira (2015) destaca que, a partir de 2003, a pesca retoma a política de investimentos, com a tentativa de reestruturação do setor. Contudo, apesar da visibilidade da pesca artesanal ter crescido, os recursos ainda eram destinados, em sua maioria, para a pesca industrial.

O avanço mais significativo, no entanto, ocorreu com a lei nº 11.958 de 26 de junho de 2009<sup>3</sup>, sendo criado o Ministério da Pesca e Aquicultura. Dessa forma, a pesca artesanal entra na agenda de ações governamentais de maneira mais efetiva, todavia, as ações basearam-se basicamente em alguns subsídios e licenciamentos, como caminhões frigoríficos e insumos para a atividade.

Entretanto, tal Ministério, criado entre os anos de 2009 a 2015 pelo então ex-presidente Lula, durante o governo Dilma transformou-se numa secretaria vinculada ao Ministério da Agricultura. Posteriormente, a secretaria foi transferida para a presidência. No governo Dilma, se transformou numa secretaria vinculada ao Ministério da Agricultura, posteriormente, a secretaria foi transferida para a presidência. Atualmente, a pasta de Aquicultura e Pesca, em forma de secretaria, integra o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. De acordo com o Decreto nº 9667 de 2 de janeiro de 2019, compete a esse

---

<sup>3</sup> Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências

Parágrafo único. Consideram-se atividade pesqueira artesanal, para os efeitos desta Lei, os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal.

Ministério, por meio da Secretaria de Pesca e Aquicultura, tratar dos assuntos relacionados à política nacional pesqueira e aquícola (BRASIL, 2019), além dos relacionados, também, aos assuntos referentes à pesquisa, ao cooperativismo e ao associativismo.

Adiante, busquei adentrar no debate sobre a pesca no Brasil (trazendo elementos que provocaram sua expansão) e sobre a valorização do pescado como produto comercial atrelado à ordem capitalista de produção, ressaltando não somente os aspectos históricos e regulamentadores da atividade, mas também os sujeitos invisibilizados, como indígenas e escravos, que foram fundamentais para o desenvolvimento da pesca artesanal no Brasil.

### 2.1.2 A pesca artesanal no território brasileiro

O desenvolvimento da pesca como atividade produtiva está intrinsecamente ligado ao espaço geográfico e ao povo que a produz. No Brasil, a pesca é bastante favorecida para sua prática por fatores latitudinais e geográficos, sua extensa bacia hidrográfica entre rios, formações lacustres ou mesmo marítimas. Neste bojo, os povos milenares que habitam o território, como indígenas e nativos, apropriaram-se de saberes e conhecimentos práticos dessa atividade. Ramalho (2008), em sua obra *A Formação Histórica da Pesca Artesanal: origens de uma cultura do trabalho apoiada no sentimento de arte e liberdade*, ressalta que o domínio de determinadas técnicas pesqueiras no Brasil foi incorporado não somente pelos povos indígenas, mas também por escravos, muitos advindos do continente Africano, com vasto litoral marinho e rios, fazendo com que muitos desses indivíduos fossem familiarizados com as artes de pesca. A presença do braço negro na pesca, por volta do século XVII, poderia ser atribuída, também, ao cunho libertador da pesca para alguns deles, que inclusive oportunizava algumas fugas ou, ainda, facilitava a obtenção de recursos para que pudessem comprar sua liberdade. A demanda por alimentos levou muitos pescadores a incorporarem técnicas portuguesas junto às embarcações, como velas e lemes, além da utilização de anzóis de ferro retorcido. Cascudo (2002 apud RAMALHO, 2008) aponta que, no litoral pernambucano, muitas jangadas foram readaptadas para buscar águas mais longínquas, como se fosse uma união de técnicas lusitanas à jangada indígena, permitindo maior autonomia marítima, já que a pesca era bastante limitada à costa litorânea. Segundo Ramalho (2008), esse contexto propiciou o cultivo de uma cultura marítima dos pescadores artesanais, por meio do seu saber-fazer e dos domínios das percepções marítimas, tanto de navegabilidade quanto de captura dos pescados.

A especificidade dos pescadores é abordada em Diegues (1983, 1995), que analisa o caráter mais democrático dos espaços marítimos em relação ao campesinato: apesar das semelhanças de práticas mercantis, o trabalho no mar suscita mais fluidez pelas inconstâncias recorrentes, de ordem econômica e natural, como flutuação dos preços dos produtos, a alta e a rápida perecibilidade do pescado, exigindo agilidade e grande demanda de esforços para sua comercialização. Diegues (2004) adota o conceito de maritimidade, dada a complexa vivência dos pescadores marítimos, não sendo este conceito restrito ao seu âmbito social e físico do espaço marinho, mas de toda sua carga simbólica e cultural para esses sujeitos.

Segundo Isaac (1996), o território brasileiro possui grande potencial pesqueiro por condições naturais, fazendo com que a pesca se desenvolva em diversas escalas e utilize apetrechos variados, desde botes até grandes embarcações motorizadas utilizadas na pesca de caráter industrial. Entretanto, pouco se sabe sobre as técnicas e potenciais desses apetrechos, com baixa avaliação das suas aplicabilidades (MMA, 2006).

Diante disso, alguns estudos analisam aspectos mais profundos da pesca artesanal no Brasil, Cunha (2007) refere-se ao grande potencial da pesca artesanal levando em conta suas especificidades e temporalidades específicas da pesca; mesmo que a modernização da pesca tenha agrupado elementos técnicos, a autora ressalta que ainda é necessário a arte de saber pescar, que passa pela subjetividade do pescador, como destaca: “Esse saber se constrói pelo saber profundo das forças do mar, das marés, das espécies de peixes, das rotas de navegação; o que pressupõe habilidade no saber colocar a rede” (CUNHA, 2007, p. 90). A experimentação faz parte do aprendizado desses sujeitos, o aprender fazendo, coletivamente, sugere a construção do saber-fazer. Os pescadores artesanais desenvolvem, no campo do saber tradicional, segundo Diegues (2001), o domínio das áreas de pesca, nomenclaturas das espécies de peixes, os padrões e sazonalidades pesqueiras, reprodução, migrações e aspectos geográficos. Ao contrário do que historicamente se construiu, a pesca artesanal possui sua própria lógica de produtividade, com tecnologias próprias, adaptadas às necessidades dos ambientes aquáticos em que são realizadas.

Nesse sentido, o avanço de pesquisas nas últimas décadas aponta que quase a metade da produção marinha e estuarina do Brasil é produzida por pescas de pequena escala, ou seja, pescadores artesanais, sendo que regiões como o Nordeste e o Norte apresentam índices de 85% do total capturado. Esses dados provocam inquietações para se investigar como a pesca artesanal, em tese, com apetrechos e técnicas menos “desenvolvidas”, numa perspectiva reducionista, consegue estabelecer um potencial significativo não somente simbólico, mas de fato produtivo para o cenário da economia nacional e para o desenvolvimento local.

De acordo com Diegues (1988), a pesca artesanal pode ser entendida como uma atividade praticada individualmente ou em parceria, com instrumentos relativamente simples para a pesca, podendo o pescador complementar sua renda com outras atividades. Desse modo, a pesca artesanal distancia-se de formalidades comerciais, como horas de trabalho estabelecidas, carteira assinada, férias etc., no entanto, possui forte relevância para a economia local, assim como a produção pesqueira em um cenário macro. Entretanto, ao longo das últimas décadas, passa por transformações significativas em relação ao seu modo de produção.

É válido considerar que, a partir da década de setenta do século XX, o mundo passa por uma nova conjuntura produtiva, com a inserção de novas tecnologias no processo de produção. Santos (2009) analisa que neste período intensificam-se as ações antrópicas sobre a natureza, produzindo-se um novo paradigma industrial denominado “terceira revolução industrial”. Na atividade pesqueira, esta influência inicia-se no continente europeu, com a mecanização e a especialização da atividade pesqueira, tendo esse processo se adensado no Brasil na segunda metade desse século, primeiramente no Centro-Sul. Recursos como Sistema de Posicionamento Geográfico (GPS), sonares, rádios e outras tecnologias antes restritas ao controle do Estado, começaram a ser inseridas no seio produtivo, principalmente no setor da pesca industrial de exportação.

A atividade pesqueira, ao longo de muitos anos, tem se configurado como importante fonte de renda para diversas comunidades ribeirinhas do Brasil e do mundo. Segundo Santos e Bastos (2007), no Norte brasileiro, esta atividade apresenta-se como um importante setor da economia tanto em âmbito regional quanto em âmbito estadual ou local.

Neste bojo, no tópico anterior, pudemos perceber um breve panorama institucional da pesca, com sua estagnação no final dos anos 80 ocasionada pela forte pressão da pesca industrial sobre as áreas de pesca. Busco traçar um panorama mais atual da produção da pesca no Brasil. Diante disso, após alguns anos de oscilação de produtividade da pesca extrativista, com uma queda de 30% na produção, em meados da década de 90, nos últimos 15 anos, a produção alcançou cerca de 825 mil toneladas em 2009 (MPA, 2010).

Já no ano de 2011, no Brasil, a produção de pescado foi de 1,4 milhões de toneladas, com cerca de 803 mil toneladas originadas da pesca em mares e rios e o restante da aquicultura (criação em cativeiro), fruto dos investimentos nessa área no início dos anos 2000. Esses dados levantados são significativos na medida em que trazem outras considerações, as de que a pesca artesanal corresponde ao maior contingente de pescado produzido. Silva (2014) analisa que a força e a contribuição da pesca artesanal no Brasil, mesmo levando em

consideração a relevância da pesca industrial, algo em torno de 20% da produção, ressaltam que a pesca industrial possui sua estrutura mais desenvolvida, tecnologicamente, nas regiões Sul e Sudeste do Brasil.

Em 2011, houve o registro de pescadores, aproximadamente 1 milhão e 41 mil (MPA, 2013), subdivididos regionalmente em: 54,7% no Nordeste, 45% no Norte, 10% do Sudeste, 7,5% no Sul e 2,2% no Centro-Oeste. Dessa forma, Hazin (2012 apud SILVA, 2014, p. 13) afirma que “o cenário de degradação generalizada dos ecossistemas costeiros, provocado pela ação antrópica, tem sido o principal fator de redução dos estoques mais explorados pelas comunidades pesqueiras e põe em risco a perpetuação da atividade”. Infere-se que o crescimento produtivo da atividade discorre, conseqüentemente, pelo paradigma ambiental. Contudo, o foco deste estudo não é tratar das nuances ambientais da pesca de modo geral, mesmo que esse aspecto seja inerente a qualquer atividade produtiva.

A pesca marinha extrativista é o principal segmento da pesca no Brasil, avaliado neste estudo, com ênfase na pesca artesanal. Diante disso, o panorama desta atividade, de acordo com o MPA (2011), é que 68,9% da produção nacional é oriunda da pesca extrativista (553.670, 0t), enquanto a pesca continental representou 31,1% (249.600,2t).

Tabela 1– Produção de pescado (t) nacional da pesca extrativa marinha de 2010 e 2011

PESCA EXTRATIVA	2009		2010		2011	
	Produção	%	Produção	%	Produção	%
<b>Total</b>	<b>825.164</b>		<b>785.366</b>		<b>803.270</b>	
Continental	239.493	29	248.911	31,7	249.600	31,1
Marinha	585.671	71	536.455	68,3	553.670	68,9

Fonte: MPA (2011)

O Brasil ocupa o vigésimo quinto lugar em produção pesqueira de origem extrativista, existindo um forte crescimento da aquicultura, um setor que vem notoriamente aglutinando investimentos, já evidenciado anteriormente. De acordo com o relatório da FAO, Estado Mundial da Pesca e Aquicultura (FAO, 2016), o Brasil apresentará o maior crescimento da pesca e aquicultura, dentre os países Latinos Americanos, com avanço em torno de 104% sobre a atual produção. A projeção estima que, em 2025, possa se chegar nesse patamar. Um dado importante apontado pelo relatório é a escala em que essa significativa produção

acontece: pequena escala. Do total de 4,6 milhões de embarcações pesqueiras em escala global, na América Latina e no Caribe, que correspondem a 6%, cerca de 90% delas têm menos de 12m de comprimento, ou seja, com grande maioria de pescadores artesanais (FAO, 2016). Ainda de acordo com o mesmo relatório, atualmente, na América Latina e no Caribe produzem-se 2,7 milhões de toneladas de peixe em aquicultura e 11, 7 milhões de toneladas do mar. O consumo per capita na região alcançou dez quilos de peixe por ano, a metade da média global.

Assim, o debate caminha para salientar a relevância da América Latina e do Caribe na pesca global; mesmo com a maioria da produção sendo de modo artesanal, ainda assim apresentam elevados índices de produtividade, de extração de peixes do mar. Alguns indicadores do relatório referem-se à mão de obra e à renda na região (FAO, 2016).

O que se revela, e os dados ratificam, é a prerrogativa de que a pesca faz parte da segurança alimentar dos povos latinos, como o Brasil, em diversas escalas, tanto econômica quanto cultural. Assim, é necessário o entendimento desse setor da economia, que por meio da importância da pesca artesanal e de seus elementos constitutivos produz o espaço e as relações sociais estabelecidas nele. A própria condição do Estado brasileiro, na divisão internacional do trabalho, é passível de análise no que diz respeito ao contexto em que o país está inserido: sua realidade enquanto periferia, sua posição na nova ordem mundial e, por conseguinte, a própria conjectura da pesca.

Nesse sentido, algumas características dos povos tradicionais brasileiros são fortemente identificadas nas práticas e vivências dos pescadores artesanais, que são conflitantes com a racionalidade de Estado, que por meio de suas ações estabeleceu políticas de dominação para estes povos, quando se inicia a busca de ordenar a atividade pesqueira. Os dados mais recentes indicam que, no Brasil, existem 760 associações, 137 sindicatos, 47 cooperativas, 1200 colônias de pesca e cerca de 730 mil pescadores (BRASIL, 2011). A lei 10.683, de 2003, compreende que pescadores artesanais são aqueles que exercem sua atividade individualmente ou em regime de cooperação familiar, mesmo com auxílio de terceiros, cônjuges, companheiros ou filhos maiores de 16 anos. Abarca também os chamados assemelhados, marisqueiros e caranguejeiros. No tópico adiante, abordarei o contexto atual no qual a categoria se insere.

Neste bojo, os avanços das legislações específicas para a atuação pesqueira passam a cercear a atividade, como foi citado anteriormente. Porém, a constante troca de referências institucionais ocasiona inquietações, conflitos e debates acerca da pesca artesanal e industrial

no Brasil. Adiante, tratarei, de modo mais específico, da trajetória da pesca na região Amazônica.

## 2.2 A pesca artesanal e industrial na Costa Atlântica do estuário Amazônico: o salgado paraense

O litoral Norte do Brasil é responsável por 29% da produção de pescado no país (MPA, 2012). O território paraense possui o maior litoral dentre os estados da região Norte, com 562km de litoral marítimo. A região Norte compreende aproximadamente uma área de 1400km de litoral marinho. Essa área abarca os litorais dos estados do Pará e do Amapá, com os maiores potenciais pesqueiros. Assim, Vannucci (1999) ratifica que os altos índices de matéria orgânica entre o mangue e o rio propiciam um grande desenvolvimento dos estoques pesqueiros, das mais variadas espécies.

Nessa conjuntura, a região Norte, principalmente sua região estuarina (farei um recorte mais adiante), possui grande potencialidade produtiva de inúmeras espécies de pescados, ainda que em nível nacional. Santa Catarina encabeça a lista de produtividade nacional, logo em seguida, o estado do Pará. Esta estatística revela o grau de contingente pesqueiro produzido na região. Contudo, venho salientar a pesca artesanal como carro-chefe do processo.

Desse modo, alguns dados são importantes para se evidenciar a relevância da pesca artesanal para o estado do Pará: entre os anos de 2010 e 2011, a produção de pesca marinha extrativa posicionava o Pará como o segundo maior produtor nacional, com cerca 87.585t em 2010 e 87.509,3t em 2011 (MPA, 2011). Em consonância com esses dados, aponta-se, ainda, que já no ano de 2013, após a elaboração do Relatório de Produção Pesqueira Anual do Pará, alguns dados mais atualizados nos elucidam melhor a preponderância da pesca artesanal para a região. Em 2013, o estado acumulou 728.393 toneladas de pescado, sobrepondo-se ao Estado de Santa Catarina enquanto maior produtor nacional, incluindo dados da pesca artesanal, industrial e piscicultura (criação em cativeiro). Das 728.393 toneladas produzidas, 670.961 foram da pesca artesanal (92,1%), 41.250 pesca industrial (5,7%) e 16.182 (2,2%) piscicultura. Representando cerca de 34% da produção do país, com aproximadamente 22% dos pescadores do país, com aproximadamente 275 mil pescadores paraenses cadastrados no

RGP<sup>4</sup> (MPA, 2013). A vasta região do estuário amazônico é heterogênea, diversifica-se territorialmente, além dos aspectos sociais, econômicos e ambientais, como podemos perceber adiante.

A representatividade do estado do Pará na atividade pesqueira, em âmbito nacional, decorre das condições fitogeográficas que envolvem a floresta, o mangue, os solos e a pluviosidade, dentre outros fatores, possibilitando a oferta de diversas espécies marinhas na costa setentrional da região Norte, tanto no inverno quanto no verão. Nesse sentido, há variabilidade de pescados conforme a sazonalidade da estação do ano, inferindo na predominância da tipologia de pescado em abundância. As condicionantes consideradas anteriormente são fundantes para compreender o potencial e a produção de pescado marinho que a região produz. Do ponto de vista territorial, o litoral pode ser classificado da seguinte forma:

Quadro 1 – Classificação litorânea paraense

<b>Setor</b>	<b>Área de Abrangência (Município)</b>
Insular Estuarina	Soure, Salvaterra, Santa Cruz do Ararí, Cachoeira do Arari, Chaves e Afuá
Continental Estuarino	Belém, Ananindeua, Marituba e Santa Bárbara
Costa Atlântica (Salgado Paraense)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Vigia (Vigia de Nazaré, Santo Antônio da Tauá, São Caetano de Odíveas e Colares).</li> <li>- Curuçá (Curuçá, Marapanim, Magalhães Barata e São João da Ponta).</li> <li>- Salinas (Salinas, Maracanã, Santarém Novo e São João de Pirabas).</li> <li>- Bragança (Bragança, Primavera, Quatipuru, Tracuateua, Augusto Correa e Vizeu).</li> </ul>

Fonte: Adaptado de Isaac *et al.*, 2006, p. 11.

O território litorâneo paraense, como ilustrado no quadro 1, possui 28 municípios, dos 144 do estado, considerados como parte litorânea (ISAAC *et al.*, 2013), abrangendo 40% da população do estado. A Costa Atlântica, que compreende a microrregião do salgado paraense, abarca 11 municípios: Colares, Curuçá, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim,

<sup>4</sup> Registro Geral da Pesca, é um cadastro da atividade pesqueira, com as principais categorias que exercem atividades comerciais diretamente relacionadas à pesca ou aquicultura.

Salinópolis, São Caetano de Odivelas, São João das Pontas, São João de Pirabas, Terra Alta e Vigia.

Silveira (1979) enfatiza que a microrregião do salgado fica localizada no Nordeste paraense, que vai do leste do Farol de São Caetano de Odivelas e margeia a costa paraense até a baía de São Marcos, no estado do Maranhão; é uma área pesqueira de predominância de pescadores artesanais. A porção territorial referente à baía do Marajó abrange a zona que vai do Leste do farol de São Caetano de Odivelas em direção noroeste ao Cabo Maguari, a leste da ilha do Marajó (EGLER; SCHWASSANN, 1962; Schwassmann et al., 1989). Considera-se uma zona pesqueira bastante produtiva do estuário amazônico, abastecendo as principais cidades da região, inclusive a capital Belém.

Neste cenário, busco traçar um panorama mais genérico, no âmbito regional e mesmo local, apresentando sua localização na região Norte, caracterizando o ambiente e, em seguida, trazendo características dos tipos de pesca predominantes na microrregião do salgado paraense.

Assim, é importante ressaltar os elementos naturais que constituem a região e que propiciam enorme potencial pesqueiro. O estuário amazônico é geograficamente uma área de convergência entre a foz do rio Amazonas e o oceano Atlântico. No que concerne ao ecossistema da região, a sua dinâmica climática possui alto índice de pluviosidade média anual com aproximadamente 2200 mm/ano, com chuvas mais intensas nos meses de novembro-dezembro, mais ao Sul do Equador se estendendo por mais quatro ou cinco meses (SALATI; MARQUES, 1984). A sazonalidade da “salubridade” das águas na região é um fator preponderante para a oferta de cardumes de peixes em quantidade e espécies. Nos meses de maior incidência de chuvas, a salinidade da água do estuário torna-se mais “doce”, fenômeno explicado pela maior vazão da foz. Por outro lado, nos meses de menor incidência de chuvas, com a diminuição da vazão da foz, a água do mar predomina no estuário, trazendo consigo o teor mais salino e, conseqüentemente, espécies de peixes diversas e adaptadas à salinidade.

Duarte de Paula (2018) corrobora que a zona de influência do rio Amazonas abarca toda a plataforma amazônica, alterando a temperatura, além da salinidade, podendo alcançar a faixa de 340 km de distância da sua foz, repelindo as águas marinhas da costa. Esse processo natural possui uma determinada sazonalidade com implicações diretas nos usos e manejos dos apetrechos de pescas, assim como as áreas de atuação dos pescadores artesanais estuarinos.

Essa interação entre água do rio com a do mar produz um ambiente bastante peculiar, nesse sentido:

Os estuários são pontos de encontros das águas salgadas do mar (oceano) e das águas doces dos rios. São locais de grande produção de alimentos e de reprodução de espécies de peixes. Ao longo das regiões estuarinas foram construídas grandes cidades. A importância do estuário é de renovar as águas e a vida do mar, facilitar a construção de portos e promover as atividades econômicas e de lazer (FURTADO, 2002, p. 67).

Nesse sentido, a produtividade do estuário está intrinsecamente ligada ao constante lançamento de material sedimentar, sazonal. O que me propus a investigar foi entender a relação do conhecimento do pescador artesanal com toda essa dinâmica natural da floresta e rios com o estuário, de que forma o pescador percebe essas implicações para sua atividade e como adaptou-se a essas condicionantes naturais, relacionando as temporalidades do meio com suas práticas culturais, costumes e as técnicas aplicadas para a pesca na microrregião do salgado paraense. Barthem e Goulding (2007, p. 37) afirmam que a “produção de fitoplâncton é produto de quatro grandes forças: a vazão do rio Amazonas, a corrente norte do Brasil, os ventos e as micromarés. O resultado são águas com diferentes características entre o rio e o mar”. O alto teor de matéria orgânica em suspensão provém da decomposição da floresta, de sedimentos do solo, folhas, galhos, frutos etc. Assim, a região possui uma vocação natural para a captura de recurso pesqueiro (ISAAC, 2006). Ressalta-se que,

A maior parte dos sedimentos que a bacia amazônica recebe é proveniente da cabeceira dos rios Ucayali e Madeira. Grande parte da área de várzea é inundada por pelo menos seis meses no ano, contribuindo para a produção de alimentos para os peixes por meio de algas, detritos, frutas, sementes, folhas, artrópodes terrestres e uma combinação de comunidades de algas, fungos e outros microorganismos. A elevada produção pesqueira da Amazônia está relacionada com os nutrientes carregados pelos rios provenientes dos Andes e que se dispersam na várzea durante a enchente, os rios ricos em nutrientes também possuem água barrenta, devido a elevada carga de sedimentos (BARTHEM; GOULDING, 2007, p. 10).

Ressalta-se que, mesmo com a sazonalidade da produção, a produtividade se mantém regular quase que o ano todo. Nesse viés, destaca-se que as condições das correntes oceânicas provocam o deslocamento da Corrente Oceânica Equatorial em direção Oeste, no sentido da Costa do Estado do Amapá, fazendo com que se crie um ambiente heterogêneo, com misturas de salinidade da água atrelada à mistura de sedimentos em suspensão, abundante matéria orgânica, sobre a plataforma amazônica. Desse modo, criam-se categorizações de áreas de pesca, como: Salgado, baía e ilha do Marajó, foz amazônica e o Norte. Além do mais, salienta-se que fatores microbiológicos inferem na mais variada oferta de pescado e distribuição geográfica das espécies.

Neste enfoque, o processo de antropização desse estuário, isto é, a presença do humano nesse ambiente, foi construído há milhares de anos pelos povos autóctones amazônicos, como os pescadores, em particular os pescadores artesanais vigienses, que alcançam vastas áreas territoriais para a pescaria, para além dos limites legais, ou mesmo da categorização do estuário. Esses sujeitos consideram porção estuarina toda a desembocadura do rio Amazonas e seus afluentes em contato com a água do mar, propiciando essa interação de águas com diferentes composições viscosas. Nesse sentido, não se pode desvincular o humano da construção desse meio em que o cerca. O pescador vigiense reconhece as dinâmicas locais desse estuário, fazendo dele palco de sua reprodução social. São fundamentais as percepções dos pescadores acerca dos movimentos das marés, os quais constituem um cenário tão peculiar, que na maior parte do ano é de águas turvas, com influências sazonais dos rios e da dinâmica de chuvas, o que conseqüentemente influencia na incidência de espécies marinhas e de cardumes de peixes.

O que pretendo salientar é o fato de que se deve atentar para a complexidade do termo estuário, já que para os sujeitos locais essa área é bastante relevante. Os pescadores vigienses, compostos por alguns migrantes de outras regiões paraenses, possuem potenciais bastante elevados para a pesca nesta área, dado o vasto conhecimento do saber-fazer na pesca.

O estuário amazônico abriga a dinâmica produtiva de duas frotas diversas: a frota pesqueira artesanal e a frota pesqueira industrial. De acordo com Issac e Barthem (1995), a pesca industrial está pautada na produção em larga escala, usa somente rede de arrasto, além de tecnologias relativamente distintas, e direciona sua produção ao mercado internacional de exportação. Já na pesca artesanal, além de ser mais diversificada, sua produção é direcionada ao mercado regional e nacional, com técnicas mais rudimentares, em algumas escalas.

As principais classificações acerca da atividade na região fazem a separação entre a pesca artesanal e a pesca industrial, estabelecendo alguns critérios, como: poder de pesca, nível de tecnologia, áreas de atuação, capacidade de armazenamento, autonomia da embarcação (DUARTE DE PAULA, 2018). Nesse sentido, a pesca na região varia em escalas e especificidades, desde a escala familiar de subsistência até um modelo industrial de caráter mais empresarial.

Contudo, a utilização de materiais de pesca ou sistemas pesqueiros possui uma complexidade considerável para sua aplicação. De acordo com Bentes (2004), novas categorias de pesca coexistem dentro da pesca artesanal. No entanto, do ponto de vista legal, consideram-se dois grupos: a pesca “artesanal” e a pesca “industrial”.

Dessa forma, classificam-se pelo menos três grupos macros de sistemas pesqueiros na região, relacionando-os com as principais perspectivas: tecnologia, produção e escala.

Tabela 2 – Escalonamento da Pesca Artesanal no Salgado Paraense

<b>SISTEMA DE PESCA</b>	<b>PRODUTOS RECORRENTES</b>
INDUSTRIAL/EMPRESARIAL	Camarão Rosa, Piramutada, Pescadinha Gó, Pargo
ARTESANAL / LARGA ESCALA	Pescada amarela, Gurijuba, Corvina, Bagre, Carauacú, Bandeirado, Uritinga
ARTESANAL/PEQUENA ESCALA	Peixe Pedra, Pratiqueira, Tainha, Sarda, Canguira, Bacú, Piaba

Fonte: Elaborado pelo autor. Adaptado de Bentes (2004)

A tabela 2 demonstra um panorama mais amplo, pode-se dizer, mais prático da realidade. Contudo, existem as exceções, não se delimitando necessariamente a restrição da captura desses pescados, podendo embarcações de escalas diferentes capturarem peixes de outras escalas, mesmo não sendo o seu foco principal.

A safra do pescado alterna a utilização de materiais de pesca em determinadas épocas do ano, de acordo com a salinidade da água no estuário amazônico, fazendo com que haja a necessidade de a pescaria de larga escala se afastar cada vez mais da foz do estuário, buscando espécies com mais oferta.

Diante disso, os elementos naturais, tais como a paisagem, as águas, o céu, os ventos, as correntes oceânicas, o sol, dentre outros, são indicadores norteadores para o desenvolvimento e para a manutenção de suas práticas. Esses são atributos importantes para os pescadores estuarinos. Outro indicador é a tipologia do pescado de acordo com a sazonalidade do estuário, com calendários mentais bastante demarcados em suas narrativas. A esse respeito, Cunha (2007) analisa que o pescador artesanal possui a capacidade, por meio dos sentidos, de depreender e perceber as interações do ambiente, englobando o universo pesqueiro, no que denomina de unidade tridimensional de terra-mar-céu, como um regulador de acesso aos recursos naturais e seus ciclos, fazendo parte de uma subjetividade bio-cósmico do espaço em que vive. O saber tradicional do pescador artesanal do estuário se diferencia de outras realidades, já que necessita considerar alguns aspectos que abarcam essas particularidades dos pescadores artesanais diante do estuário e do território. Para algumas categorias da sociedade, o mar pode ser entendido como objeto de consumo ou como uma

fonte de recurso, todavia, para o pescador artesanal, o mar é um lugar de trabalho e de morada (CUNHA, 2007).

Nesse sentido, os apetrechos e os saberes sobre o território de pesca precisam ser condizentes para melhor sucesso na captura das espécies estuarinas. Semelhante a isso, os estudos de Cunha (2007) indicam que os pescadores artesanais sabem “a época de cada peixe”. Por meio da sua íntima relação com o meio natural, aprendem de forma oral e geracional a ler o ambiente, a interpretar os indicadores que a natureza lhes oferece, como se “ouvissem” literalmente a “voz” da natureza, quando não se é favorável jogar a rede, quando as correntes oceânicas não correspondem a bons cardumes de peixes, além dos aspectos relacionados à orientação pelos astros e pelas marés, que criam noções de navegabilidade em territórios marítimos que, diferentes do continental, possuem limitadas referências de localização.

No caso de Vigia-PA, alguns estudos já indicavam a dinâmica da pesca no município, como na obra clássica de José Veríssimo *A Pesca na Amazônia*, de 1895, a qual faz referência aos variados tipos de pesca na região amazônica. Nessa obra, no capítulo denominado Pescarias Marítimas e Submarítimas: a pesca da tainha e da gurijuba, descreve-se densamente a prática, as principais técnicas de pesca da época e os pescados abundantes na região, como a tainha e a gurijuba. Veríssimo (1895, p. 89) descreve ainda que “nas grandes canoas chamadas vigilengas, talvez seja na ribeira da Vigia fossem de primeiro construídas, são eles, canoeiros habilidosos e ousados”. Aponta a canoa “vigilenga”, embarcação símbolo dos pescadores vigienses, como uma canoa “mestiça”, resultado do cruzamento do barco de pesca português e o igaraté (canoa grande indígena), com capacidade em torno de 7 a 12 toneladas. Outro trecho demonstra o profundo conhecimento dessas populações sobre o ambiente aquático, mesmo que fossem, na época, desprovidos de qualquer auxílio artificial de navegação. Como adiante indica Veríssimo (1895, p. 90), “saem de Vigia, de Cintra, de Soure, de Marapanim, de todos os pontos daquela costa, em direção aos viveiros, ou pontos deles já conhecidos em que sabem mais abundantes as gurijubas”. Essa obra é uma das que mais descrevem as técnicas de pesca na região, como a técnica de salgamento do peixe como uma forma de conservação utilizada até os dias atuais pelos povos amazônicos, inclusive em muitos centros urbanos. Relata ainda a grande utilização de currais ao longo da costa, o uso de anzóis de espinhel e o modo de vida dos pescadores artesanais da época.

A taxonomia da pesca na região era basicamente entendida como “grande” e “pequena”, todas de cunho artesanal (VERÍSSIMO, 1985 apud FURTADO, 1990). Enquanto

a “pequena” pesca visava atender a demanda local, ou mesmo individual, a “grande” pesca buscava atender uma demanda mais regional, inserindo esses produtos em trocas comerciais.

Contudo, Furtado (1990) chama atenção para que não se concilie essa subdivisão da pesca da época com classificações mais atuais, como pesca industrial e pesca artesanal. A pesca artesanal é marcada pela utilização de apetrechos produzidos pelos próprios pescadores, ou pelo menos confeccionados por eles; mesmo que com produtos industrializados, como panagem de redes, nylon plástico, cabos derivados de plásticos, boias de isopor, filames (cabo plástico) e chumbo, ainda assim necessitam de manuseios e reparos, trazendo consigo, também, na produção e confecções das embarcações, influências de elementos indígenas e lusitanos (FURTADO, 1990).

Podemos perceber que alguns estudos não abarcam mais a complexidade do que seja pesca artesanal, ou se necessita haver uma reavaliação de critérios para tal classificação, como aponta Espírito Santo (2002), referindo-se à pesca artesanal como: embarcações de barco de madeira, com caixas de gelo para conservação do pescado, com tecnologia simples e produção para o mercado local, criando-se um antagonismo com a pesca industrial, ou uma dualidade produtiva, conforme apontado por Pinheiro e Frédou (2004), que analisam a pesca industrial como dotada de tecnologia sofisticada e de alta produtividade; todavia, os dados explanados anteriormente indicam que a pesca artesanal possui uma contribuição mais efetiva na produção de pescado marinho extrativo, além do novos rearranjos.

Retomando o contexto de Vigia-PA, após os anos 60, com a chegada das vias rodoviárias para a região e a maior inserção de produtos urbanos, aumentou a pressão demográfica, provocando o aumento da demanda por pescados (LOUREIRO, 1983).

Na metade do século XX, grande parte da população vigiense, que conciliava pesca e agricultura com a nova lógica de crescimento urbano e deslocamento de mão de obra, passa a adotar a pesca de forma mais efetiva, eclodindo com o binômio de pescador-agricultor (LOUREIRO, 1983). Diante disso, os estudos de Furtado (1987) corroboram a perspectiva anterior ao analisarem que essa nova dinâmica das rodovias permitiu a possibilidade do aumento da produção para outros centros, principalmente do peixe fresco. Mello (1985) ratifica que a intensificação da comercialização foi estimulada pelos fatores, como a introdução de motor nas embarcações, urbanização e a criação das rodovias. A pesca artesanal, mesmo diante desse processo de mercantilização, possuía uma autonomia maior para produzir e comercializar os produtos, diferente da pesca industrial, na qual os barcos pertencem às grandes corporações, com especialização do trabalho, trabalho assalariado, mecanização e beneficiamento centralizado (LEITÃO, 1995).

Neste bojo, em meio às mudanças estruturais, Nery (1995) chama atenção para o fato de que essas mudanças no sistema viário, na especulação imobiliária e nos projetos agropecuários aumentam a pressão sobre os recursos disponíveis, utilizados para a confecção de insumos de pesca. Pouco antes dos anos 60, de acordo com a autora, algumas tipologias de redes eram mais recorrentes, geralmente de espécies mais consumidas em escala local, na microrregião do salgado, como tainheira, doradeira, serreia, tarrafa, caçoeira, caiqueira e pirapemeira. Furtado (1987) aponta que a tecelagem de redes de emalhar era uma prática comum, com adoção do nylon, costurado por uma agulha, com uma bitola (madeira em forma de um quadrado, com tamanho específico), produzindo a rede conforme o “malheiro” desejado, a depender da espessura do nylon e da espécie de peixe que se pretende pescar.

De acordo com Nery (1995), alguns outros pescadores com maior poder aquisitivo utilizavam panagens de malhas, panos de malha costurados industrialmente e, em média, variavam de 100 até 800 braças. Esse panorama se modificou bastante nos últimos anos, cada vez mais se utilizando as panagens e aumentando, também, o tamanho das redes de pesca. Loureiro (1983) já relatava o uso de redes de emalhar pré-fabricadas em busca do aumento de produtividade, processo intensificado pela demanda de pescados e, principalmente, das bexigas natatórias (grude), que atendem basicamente o mercado asiático.

Quando se pensa na região amazônica estuarina, dentre as poucas legislações que regulamentam o uso da rede de emalhe, tem-se a INSTRUÇÃO NORMATIVA MM nº 6, DE JUNHO DE 2004 estabelecendo que as redes de emalhe só poderão possuir, no máximo, quatro mil metros de rede entalhada por embarcação. Sendo necessário este estudo como forma de buscar caracterizar as transformações ocorridas no setor artesanal, diante de suas dinâmicas de transformação ao longo do tempo.

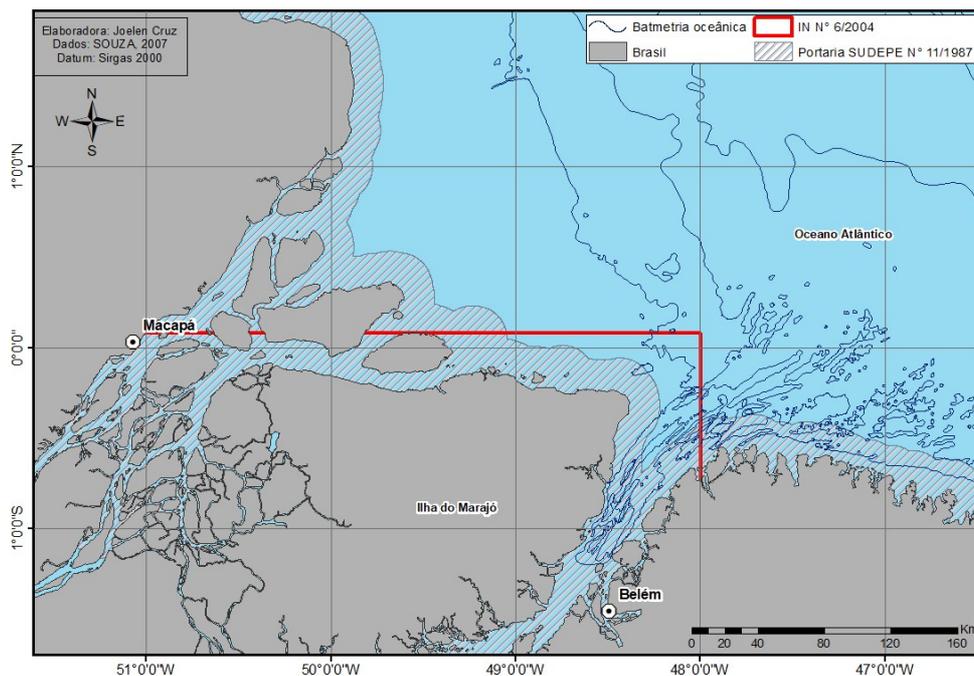
Alguns aspectos importantes são entender que o reordenamento pesqueiro para a região Norte são frutos das políticas governamentais dirigidas pelo Estado, refletindo diretamente no quadro social desses sujeitos. Com a estagnação da atividade pesqueira no Sul e Sudeste, no início dos anos 90, a frota industrial é estimulada a explorar a Costa Norte do Brasil, basicamente pela indústria da pesca de arrasto, no litoral paraense, e da pesca do camarão. Loureiro (1983) indica que o início da pesca da piramutaba, em regiões exploradas pela pesca artesanal, ensejou graves tensões com as frotas de pesca artesanal, cenário que se intensificou pós década de 80. Furtado (2003) trata também das diferenciações entre a pesca artesanal e a pesca industrial: a primeira praticada predominantemente pelos povos tradicionais, vivenciada pela ciência da natureza por meio da experiência e relação com o clima, marés e sítios pesqueiros; no entanto, a pesca industrial evidencia-se pelo acelerado

processo de degradação ambiental, desequilíbrios naturais da fauna marinha, execução de arrastões mecânicos, com redes de malhas reduzidas que capturam diversas espécies, descartando boa parte do que é capturado, como alevinos e peixes que não atingiram idade reprodutiva.

### 2.2.1 A pesca industrial no estado do Pará

A pesca industrial no Pará, principalmente a de arrasto da piramutaba, é bastante atuante na Costa Atlântica no estuário. A atividade industrial da pesca da piramutaba teve início na década de 70, com exportações voltadas aos EUA (BARTHEM, 1990), com formalização no início dos anos 60 e com incentivos da então Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE (DIEGUES, 1999). As áreas de atuação no estuário amazônico foram delimitadas já em 1976, sendo definidas pelas coordenadas do paralelo 0005’N e Meridiano 04800’W (Figura 1, abaixo), por ser considerada uma área de alta reprodutividade da piramutaba (DIAS-NETO, 1991), de acordo com a Instrução Normativa IN n° 6/2004 (MM, 2004). Nesse prisma, Silva (2019) pondera a portaria da SUDEPE N 11/1987, que não permite o arrasto de espécies a menos de dez milhas da Costa Norte brasileira, ao longo dos estados do Pará e Amapá (SUDEPE. 1987).

Figura 1—Área proibida para a pesca de arrasto industrial



Fonte: Adaptado de Silva (2019).

As características das embarcações de arrasto industrial, de acordo com Klautau (2012), são embarcações de ferro, com capacidade de estocagem entre 35 a 60t, com autonomia de, em média, 28 dias no mar, com tripulação entre 5 a 6 pescadores, dada a alta mecanização do processo. Importante ressaltar que, mesmo direcionando o arrasto de espécies como a piramutada e o camarão rosa, haverá capturas de outros indivíduos; Isaac (1998) aponta que cerca de 12% desses indivíduos são descartados.

Assim, os estudos de Duarte de Paula (2018) apontam que a atuação da pesca industrial opera de maneira indiscriminada na foz amazônica, alcançando também a microrregião do salgado. Essas frotas, chamadas de piramutabeiros e de camaroeiras, utilizam as redes de arrasto e desembarcam predominantemente para a indústria (BARTHEM *et al.*, 2015). Ratificando esse viés, os estudos de Maneschy (1990) referem-se aos impactos provocados pela pesca industrial na Microrregião do Salgado: “Nesse ano de 1972 a câmara municipal de Vigia (Z-3), encaminhou documento ao Governador do Estado, solicitando providências para que não desapareçam os cardumes de peixes da costa paraense” (MANESCHY, 1990, p. 21).

A pesca industrial, o outro segmento existente, é exercida por indústrias, como a Ecomar<sup>5</sup>, que capturam, realizam o beneficiamento do pescado e escoam a produção ao longo do território local, regional e nacional, além da exportação para o mercado internacional. Essa empresa monopoliza o setor da pesca industrial e beneficia o pescado, entretanto, sem relação de compra e venda de pescado com pescadores artesanais ou atravessadores, sendo ela responsável por sua própria produção por meio de sua frota.

No município de Vigia existe apenas uma empresa que realiza a pesca industrial. A mesma trabalha com a captura e beneficiamento do pescado. Ela possui 13 embarcações próprias, sendo 10 de ferro e 3 de madeira, cujo tamanho varia de 20 a 26 metros e a capacidade de estocagem entre 33 a 54 toneladas. A principal espécie capturada é a piramutaba (MOURÃO *et al.*, 2007, p. 45, grifo do autor)

Essas embarcações utilizam redes de arrasto, sendo categorizadas como barcos industriais, com uso de aparelhos como, GPS, sonares etc. Com o objetivo de detectar cardumes de pescados, com barcos entre 34t e 54t, trabalham no sistema de trilheira e parelha, com 2 ou 3 barcos arrastando com duração, em média, de 4 a 6 horas, cerca de 3 vezes ao dia, com viagens de duração de 10 dias, em média. Não pescam exclusivamente piramutaba, mesmo sendo seu carro-chefe.

---

<sup>5</sup> Indústria de pesca e beneficiamento de pescado, no bairro do Arapiranga, em Vigia-PA

Ressalta-se também as tensões que se criam, já que, como a pesca industrial adentra em áreas costeiras, utilizadas pela pesca artesanal, algumas vezes as redes de arrasto danificam a rede de emalhar. Sendo a rede de emalhar o aparelho mais utilizado pela frota artesanal (CROWDER, 2008). Mesmo a rede de emalhe sendo a arte de pesca mais produtiva da região, pouco se tem sobre a regulamentação dessa atividade, sendo o manejo direcionado às redes de arrasto (SILVA, 2016).

Mesmo possuindo o controle normativo das áreas de pesca, a pesca industrial atua nos territórios pesqueiros dos pescadores artesanais. Entretanto, a carência de estudos acerca da pesca artesanal provoca a fomentação de expansão do setor artesanal, sem um acompanhamento específico das técnicas utilizadas e suas proporções, como a rede de emalhar. A própria pressão produtiva e ambiental da pesca artesanal força readaptações da pesca artesanal nessa região.

Diante disso, o controle das áreas de atuação do setor industrial recebeu a ratificação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), em 2004, por meio das normativas de nº 6 e 7, mantendo a área de restrição da pesca industrial, Portaria nº 9 da SUDEPE, efetivando o período de defeso entre 15/09 e 30/11 como período de defeso de alevinos no estuário amazônico (KLAUTAU, 2012).

### 2.2.2 A pesca artesanal na Costa Atlântica e suas especificidades

A pesca artesanal nesta região, apontada por Maneschy (1990), analisa que a microrregião do salgado paraense, por ser um ambiente sazonal de espécies atrelado fortemente ao conhecimento do pescador local, é condicionante para o êxito na pescaria. Basicamente o que ocorre nesta época de sazonalidade não é uma total ausência da oferta de pescados, e sim a alternância de espécies. No primeiro trimestre do ano, na época do verão amazônico, porém, bastante chuvoso, a vazão dos rios aumenta significativamente no Estuário, na Costa Atlântica, provocando a intensa descarga de sedimentos, além do aumento da força da foz do rio, ocasionando o predomínio da chamada “água preta”, ou água doce, por ser despejada pelo rio Pará e seus afluentes. Esse fenômeno afasta da costa litorânea da microrregião espécies como a pescada amarela, corvina e camurim, espécies de maior valor comercial. Por outro lado, nesse período, aumenta a oferta de peixes nativos de águas doce, ou salobre, como gurijuba, bagre, dourada, filhote, piaba, piramutaba, gó, dentre outros.

Os estudos de Duarte de Paula (2018) indicam que em Vigia-PA a predominância da captura de pescados pauta-se em três principais espécies: a pescada amarela, que representou

cerca de 72% da produção, complementada por guriuba e dourada, levando-se em consideração variações em áreas de pesca e sazonalidade. Considera-se, ainda, que os efeitos da sazonalidade afetam as práticas de rede de emalhe, sujeito às misturas de água doce e marinha.

Diante do exposto, o pescador artesanal, no estuário da Costa Atlântica, adapta-se à sazonalidade das águas, utilizando técnicas de pesca de acordo com a sua necessidade. Acerca dessa condição, revela-se que “quanto mais ajustado é o pescador ao seu ambiente, mais condições cognitivas tem ele para desvendar e se apropriar da natureza” (FURTADO, 1993, p. 206). Esse conhecimento, que de acordo com Almeida (2001), é denominado pela autora de “saberes da tradição”, é formado por quadros de estratégias distintos e pensados a partir da leitura de mundo desses próprios sujeitos.

O *tempo e espaço*, para o pescador artesanal, em meio à lógica do capital, ainda apresenta permanências e resistências. Mesmo com a crescente mecanização do setor, com insumos industriais e componentes artificiais, os elementos naturais ainda são imprescindíveis para a prática da atividade, e mesmo para as relações sociais nas quais o tempo, para além do relógio e da delimitação temporal da sociedade urbana, é gerido por ciclos naturais. O valor do tempo para o pescador artesanal ainda se condiciona às intempéries da natureza, “o tempo natural parece persistir, regulando, ainda de modo relativo, as atividades do pescador artesanal” (CUNHA, 2000, p. 104). Um exemplo é a “hora da maré”, os ciclos de enchentes e vazantes da maré, de aproximadamente 6 horas regulares, com variações de acordo com o ciclo lunar e vazão dos rios. Esse tempo, na maioria das vezes, determina o momento para os reparos nas embarcações, já que precisam deixá-las em solo seco para esse serviço, então há dependência dos ciclos marítimos.

Para tanto, essas associações de tempos na pesca artesanal são imprevisíveis e irregulares. Cunha (2000) analisa como um tempo que depende de outro tempo, ou ainda, um tempo que tem seu próprio tempo. A sazonalidade das espécies também incide sobre o tempo, a “época da pescada”, “da tainha”, “da gó”, “da dourada”. Ao contrário da lógica industrial, linear e regular, acerca das sazonalidades dos ciclos de pesca, a pesca artesanal constrói seu próprio tempo, mesmo não obstante do tempo urbano, por alguns momentos se confundindo e se entrelaçando com ele.

A existência da atividade artesanal está ligada ao “modo que a natureza se impõe com seu tempo concomitantemente apropriada pelo pescador, mediante a tecnologia artesanal empregada e no conhecimento construído (CUNHA, 2000, p. 107). As categorias artesanais e industriais são, de algum modo, complementares e conflitantes, como a pesca artesanal e a

pesca industrial em Vigia. A primeira, carregada de complexidade tanto no modo de produzir variedade de captura quanto no de formar uma gama de funcionalidades na produção; a segunda atende à lógica de produção empresarial delineada por objetivos estabelecidos de forma mais clara para facilitar sua gestão (BENTES *et al.*, 2012). Elas assumem um caráter dicotômico, inclusive na sua logística; se por um lado a pesca industrial, mesmo que em teoria, possui rígido controle da sua produção, com equipamentos, regulamentações e calendário bem definido quanto à pesca, por outro lado, a pesca artesanal depende muito mais das condicionantes naturais para sua prática. Nessa perspectiva, o saber tradicional, ou mesmo o saber-fazer, está imbricado para além do cunho comercial, que acaba por ser uma consequência do processo de sobrevivência do pescador, todavia, a sua reprodução social insere-se numa lógica mais subjetiva de compreensão dos elementos da natureza, como céu e mar.

Nesse sentido, alguns estudos, como aponta Santos (2009), denominam pesca artesanal aquela caracterizada por embarcações de pequeno e médio porte, que captam sua produção na própria costa paraense. Entretanto, fugindo desse padrão já pré-estabelecido em diversas literaturas, a prática de pesca artesanal tem se remodelado nas últimas décadas, principalmente com a inserção de embarcações de grandes proporções e de grande capacidade produtiva, como os barcos-polo e os barcos-piolhos, que serão tratados nos resultados como novos rearranjos da pesca artesanal, que ampliam sua área de pesca para além da costa paraense, adentrando na costa amapaense e das guianas em busca de estoques pesqueiros, fator este que tem causado crises e desconfortos diplomáticos entre Brasil e França (detentora dos direitos federativos da Guiana Francesa) e conflitos entre pescadores artesanais e a marinha francesa.

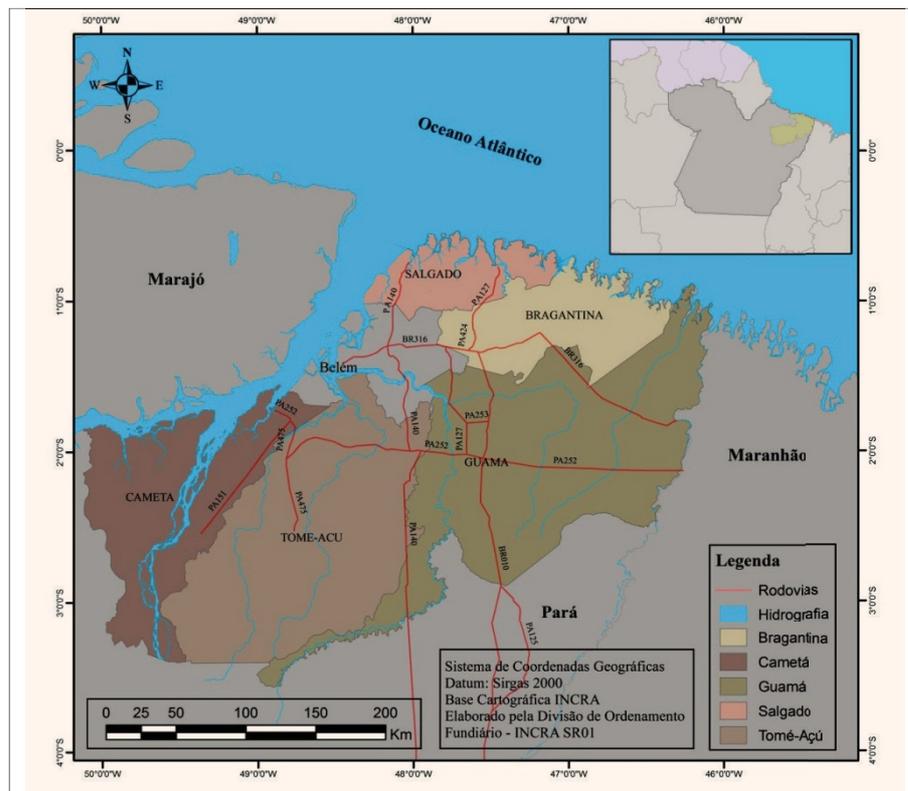
Acerca dessa relação do estuário, de técnicas de pesca e de saber tradicional do pescador artesanal, pretendo me debruçar, mais adiante, sobre essa relação, demonstrando por meio dos métodos de coleta de materiais, formulários, narrativas e entrevistas a importância do pescador artesanal e de seu saber tradicional aplicado à sua vivência no estuário amazônico.

### 3 MATERIAIS E MÉTODOS

#### 3.1 Área de estudo

A área de estudo é a cidade de Vigia de Nazaré, localizada na Mesorregião do Nordeste paraense e na Microrregião do Salgado, a cerca de 100 km da capital paraense, Belém. Situada às margens do Rio Guajará-Mirim ou “Furo da Laura”, a sede municipal apresenta as coordenadas geográficas 00° 51’ 29” de Latitude Sul e 48° 08’ 30” de Longitude Oeste, compreendendo uma extensão territorial de 539,079 km<sup>2</sup>. Suas fronteiras territoriais delimitam-se ao Norte com o Oceano Atlântico e Município de São Caetano de Odivelas; a Leste, com os Municípios de São Caetano de Odivelas e Castanhal; ao Sul, com o Município de Santo Antônio do Tauá; e a Oeste com o Município de Colares e Baía do Marajó.

Figura 2 – Mapa ilustrando a Microrregião do Salgado



Fonte: INCRA (2016).

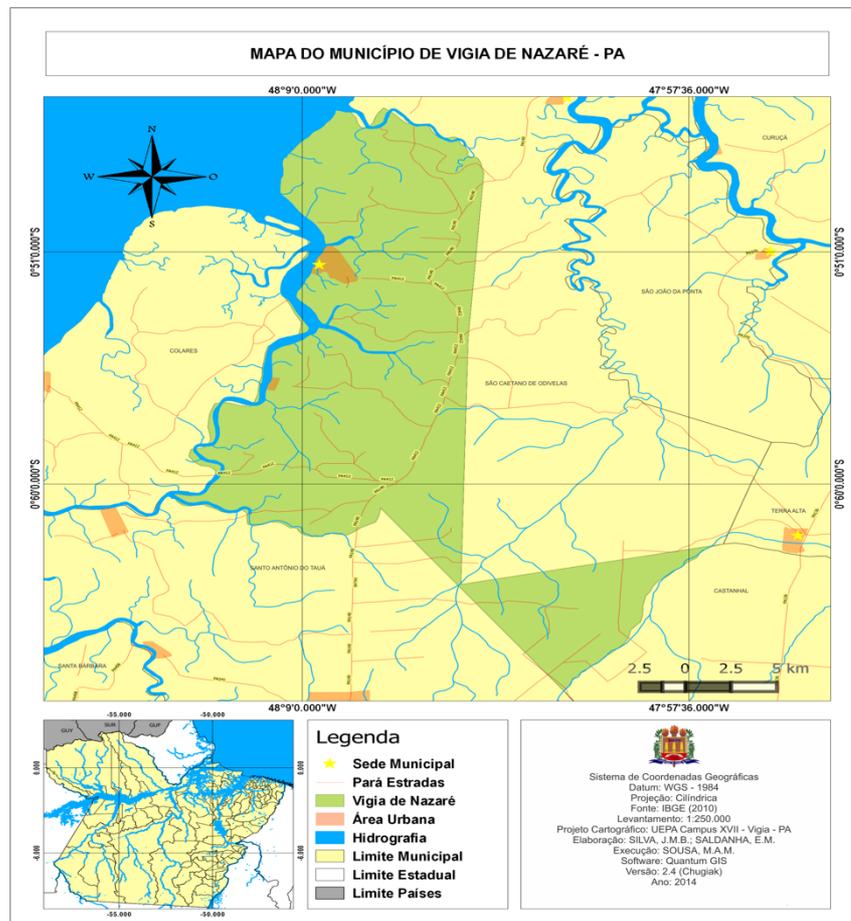
O município apresenta o maior quantitativo populacional da Microrregião do Salgado. Os dados econômicos apontam que a renda per capita da população chega a 47,3%, com rendimentos

de até ½ salário mínimo (IBGE, 2010). Evidencia, também, apenas a 112º colocação no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). O PIB per capita é o 126º do estado e o 6º da microrregião. Em relação aos aspectos relacionados à saúde, o município detém uma taxa de mortalidade infantil que ocupa a 82º numa escala de 144 municípios. Sua área territorial abarca 401,589 km, o esgotamento sanitário alcança a taxa de 7,6%, (IBGE, 2010).

Segundo o Instituto de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental do Pará, a vegetação do município é predominantemente composta por florestas secundárias, em terra firme. Nas planícies aluviais existe a ocorrência de várzea e matas ciliares, nas embocaduras dos rios predominam os manguezais. O solo é do tipo Latossolo amarelo de diversas texturas. A topografia é praticamente do nível do mar. A Hidrografia é delimitada pela confluência de vários rios, como furo da Laura, rio Bituba, rio Guarimã e os afluentes: rio Santa Maria, Curuçazinho e rio Açaí. Desaguando no oceano Atlântico o rio Barreta. O clima apresenta temperatura média de 27°C, tendo dezembro como o mês mais quente, e a maior concentração de chuvas nos primeiros 6 meses do ano.

Esses indicadores são importantes no sentido de caracterizar as escalas de antropia do modelo urbano/industrial da cidade e suas inferências nos aspectos socioeconômicos do território analisado, evidenciando a construção histórico-social do então município de Vigia-PA. Nesse sentido, a historicidade da vila, que passa a ser elevada à condição de cidade em 1616, perpassa pelo colonialismo ibérico de Portugal e por suas nuances no território amazônico. Segundo o Governo do Estado do Pará (2011, p. 6), “A Lei Provincial nº 252, de 2 de outubro de 1845, elevou a vila de Vigia à condição de Cidade, sendo instalada de imediato”, ocasionando nas atuais delimitações político-administrativas, como podemos observar, conforme a figura 01 abaixo. O mapa a seguir ilustra a localização do município, evidenciando que grande parte de seu território, sendo litorâneo, está intimamente ligado ao rio e às marés, que fazem parte da dimensão social da população e de seu modo de vida.

Figura 3 – Mapa do município de Vigia de Nazaré – PA



Fonte: Elaborado pelo autor

O município de Vigia-PA, geograficamente, encontra-se em área de confluência do Rio Pará com o oceano atlântico, a região amazônica estuarina. Existindo intensa troca de interação aquática da fauna marinha de pescados, promovendo a vasta oferta de pescados, sobretudo, com potencial de valor comercial para a população local.

Neste cenário, a cidade de Vigia-PA, com aspectos sociais, econômicos e culturais, apresenta-se como um dos entrepostos pesqueiros mais importantes do estado, ficando somente atrás da capital Belém, em termos econômicos. Sua localização geográfica propicia tal fenômeno por diversos fatores, como: proximidade dos polos pesqueiros e malha rodoviária integrada, permitindo o escoamento de sua produção, além do atendimento às demandas de necessidades de materiais voltados à manutenção das embarcações. Acerca da frota pesqueira da região, alguns dados são defasados, mas podem nos oferecer algum parâmetro. De acordo com Souza Junior (2012, p. 04),

Os dados apresentados no resultado do Diagnóstico da Pesca no Litoral do Estado do Pará, correspondente ao ano 2000, no município de Vigia de Nazaré, contêm diferentes números de embarcações. O CEPNOR (Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros da Região Norte do Brasil) informa 812; a Colônia de Pescadores, 2.500; e o MADAM Programa Manejo e Dinâmica em Áreas de Manguezais não informa nenhum. Segundo informações do ESTATPESCA/IBAMA, deveriam existir 6.000 embarcações ativas.

Acerca da importância econômica do setor, alguns dados importantes elucidam a importância do município em escala estadual da produção pesqueira, com um quantitativo relevante para a produção pesqueira do salgado paraense, com Vigia-PA representando cerca de 25% da produção estadual.

Tabela 3 – A produção marinho-estuarina por município no ano de 2004 no estado do Pará.

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>TOTAL (t)</b>	<b>%</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>TOTAL (t)</b>	<b>%</b>
<b>Belém</b>	25.490	28,7 %	Viseu	2.324	2,6 %
<b>Vigia</b>	22.223	25,0 %	Maracanã	1.794	2,0 %
<b>Bragança</b>	11.281	12,7 %	Marapanim	1.486	1,7 %
<b>Augusto Corrêa</b>	5.654	6,4 %	Salinópolis	926	1,0 %
<b>Curuçá</b>	4.422	5,0 %	Colares	831	0,9 %
<b>São Caetano</b>	4.122	4,6 %	Salvaterra	778	0,9 %
<b>Quatipuru</b>	3.778	4,3 %	Soure	556	0,6 %
<b>S. João Pirabas</b>	3.314	3,7 %	<b>TOTAL</b>	<b>88.980</b>	<b>100%</b>

Fonte: CEPNOR (2004)

Nesse bojo, além do caráter econômico, a pesca para o município possui forte relevância social; contudo, mesmo diante da alta produtividade, verifica-se que existe baixa adesão de pescadores artesanais para a formalidade e regulamentação da sua profissão. Os apontamentos de Mourão *et al.* (2007) indicam que aproximadamente três mil pescadores são cadastrados na colônia de pescadores, sendo esse número reafirmado nas entrevistas deste estudo, em quantitativo aproximado, como demonstrado na metodologia.

### 3.1.1 Aspectos éticos

Esta pesquisa está pautada no Art. 3º e seus respectivos parágrafos da Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, que instaura os princípios éticos das pesquisas em ciências sociais e humanas. Sendo avaliada e aprovada de acordo com o parecer (ANEXO A), de número 4.189.919, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

### 3.2 Motivações do Estudo

O interesse pela problemática não surgiu de modo aleatório. Desde criança, sempre fui curioso sobre algumas questões mais voltadas ao campo das ciências humanas, aguçava-me entender a realidade ao entorno. Como tratei na parte introdutória deste estudo, a pesca, por questões de ordem familiar, sempre esteve ligada ao meu modo de vida. Apesar de ser natural do município de Bragança-PA, ainda com poucos dias de vida, minha família mudou-se para a cidade de Vigia-PA. Meu pai, como herança de família, recebeu de seu pai uma embarcação chamada de “Silva Neto”, nome de meu irmão mais velho. Esse barco, segundo meu avô, iria garantir o sustento da nossa família, como foi desde então. Nesse contexto, no início dos anos 90, meu pai, por muito tempo, foi o “encarregado” da embarcação de aproximadamente 15 toneladas, com a qual pescou, por muitos anos, por toda a Costa Atlântica, além da Costa do estado do Amapá. Cresci ouvindo histórias de suas pescarias, dificuldades, conquistas, perdas de companheiros de viagens e amizades que fez. Mas o que sempre me chamou atenção foi sua preocupação com o destino da pesca artesanal em nossa região, mesmo que suas práticas, muitas vezes, segundo ele, não fossem “as mais corretas” e sustentáveis.

Durante minha trajetória de estudos, na graduação, em minha monografia, abordei a influência da pesca artesanal na orla fluvial da cidade e suas inferências urbanas para a atividade, como a alocação do comércio e da indústria na cidade. Sempre me flexionando a estudar a pesca artesanal e suas possíveis contribuições para o lugar.

Por muitos anos, meu pai me relatava, mesmo sem estudo, pois parou no primeiro grau, que haveria de se pensar em maneiras de preservar os recursos pesqueiros dos territórios de pesca da região. As redes de emalhar utilizadas por ele eram as chamadas redes “çaçoeiras”, específicas para capturar jovens tubarões cabeça-chata, que tinham grande valor comercial na época por conta de suas nadadeiras, exportadas ao mercado asiático. Por muitas vezes, relatava-me uma certa frustração com suas próprias práticas de pesca, pois mesmo sendo artesanais causavam danos, não pelo uso dos seus saberes de pescador, mas pela pressão sobre os recursos, causados por técnicas de pescas artesanais, mas que precisavam de regulamentação de tamanho de malha e de comprimento de redes, para que não fossem tão danosas como as da pesca industrial.

A pesca industrial, segundo ele, sempre ocorreu em áreas de pesca artesanal pela falta de fiscalização e monitoramento por parte do Estado. No início dos anos 2000, eu ainda muito pequeno, recordo de os pescadores artesanais terem fechado a PA-412, que dá acesso à cidade de Vigia-PA, reivindicando a fiscalização das práticas da pesca de arrasto de piramutaba na

região, que captura muitas espécies jovens que futuramente seriam o recurso da pesca artesanal. Diante dessas pressões, a pesca artesanal passa por um contexto no município, penso que as próprias readaptações que a pesca artesanal busca, com incremento de mecanização, por exemplo, pode apresentar uma resistência ao modelo exploratório estabelecido para a pesca nesse território.

Ao longo desse estudo, fica evidente que o Estado sempre tratou, e ainda trata, a pesca artesanal na região de forma secundária, sem busca de regulamentação da atividade, pelo menos de forma mais efetiva, promovendo campanhas de conscientização e monitoramento de espécies, diálogos com associações, com as colônias e com os maiores interessados, os pescadores artesanais.

Desse modo, percebemos que a elaboração e execução de alguns decretos e leis adotadas, visando o controle da atividade, são estabelecidas sem qualquer diálogo com os sujeitos locais. Lembro-me que quando saiu a Portaria de nº 445, de 17 de dezembro de 2014, que proibia a pesca da gurijuba, foi como uma “bomba” para muitos pescadores e armadores de pesca, pois eles pensavam como iam continuar a pesca, base de seu sustento e da economia local, diante de tal proibição. Contudo, com a Portaria de nº 230, de 14 de junho de 2018, regulamentava-se a captura de indivíduos maiores que 55 centímetros. Ela estabelece, ainda, que os indivíduos capturados acidentalmente devem ser devolvidos ao mar. O que pretendo com isso é ilustrar o profundo desconhecimento das técnicas da pesca artesanal na região. Como devolver ao mar um indivíduo já morto, já que na maioria esmagadora das vezes a gurijuba é capturada por redes de emalhar, que asfixia o peixe, sendo embarcado sem vida por qualquer rede de emalhar, além dos indivíduos capturados por redes de arrasto, que são descartados.

Os próprios pescadores questionam, ouço relatos em que os pescadores acabam por construir mentalmente uma certa aversão às normativas governamentais, eles ressaltam que, muitas vezes, “O Estado cobra, mas não educa”. Essa visão repelente que se criou do Estado parte também da sua própria ausência em formações, cadastros coletivos e políticas de aproximação da comunidade, seja de cunho produtivo ou ambiental. Sou filho de pescador, criado pelo “beiradão” vigiense, cresci escutando esses anseios e murmúrios dos pescadores.

Todas essas questões de políticas públicas aplicadas sem consulta popular, sem análise e sem diálogo com os pescadores artesanais tem se mostrado ineficazes e agravam ainda mais as tensões entre pesca artesanal e industrial, ou ainda com o próprio Estado. Há carência de estudos, como este se propôs, que aproximem o saber tradicional das políticas de gestão do desenvolvimento local, sendo incorporado como importante componente de análise, já que em

vista de qualquer consequência positiva, ou mesmo negativa, os maiores afetados serão os pescadores artesanais da região.

### 3.3 Coleta e Análise de dados

A lócus da pesquisa foi escolhido por ser um dos principais entrepostos pesqueiros da região, atrelado não somente à lógica mercadológica da atividade, mas também aos aspectos socioculturais engendrados na pesca artesanal do local. A relevância da atividade pesqueira para o município implica em estudos e análises que sejam ou que busquem aproximar-se dos sujeitos locais, entendendo as relações endógenas de produção dos seus saberes e práticas.

Diante disso, a vivência do lugar e as territorialidades construídas coletivamente inferem na produção social do espaço geográfico, conseqüentemente, imbricações nas atividades econômicas que são fomentadas no território. O espaço geográfico vigiense foi sendo formado paulatinamente por diversos sujeitos e intencionalidades, provocando diferentes realidades heterogêneas e complexas. As motivações para a pesquisa partem do anseio e inquietação de tratar da contribuição dos saberes dos pescadores artesanais que se incluam em políticas de desenvolvimento local.

Desse modo, a observação participante e os contatos empíricos são fundamentais para entender a configuração do campo pesquisado. Nesse sentido, as razões pensadas para os fins do estudo partem da caracterização dos saberes dos pescadores artesanais de Vigia-PA. Os primeiros contatos foram estabelecidos por meio da observação participativa ao objeto do estudo, delimitando a área de atuação na orla fluvial da cidade, como incursões ao campo por meio de conversas e interações com os sujeitos locais, pescadores artesanais, calafates, comerciantes, compradores de pescados, tecedores/remendadores de redes e trabalhadores braçais, todos ligados de forma direta ou indireta à atividade de pesca na cidade.

Diante disso, optei por percorrer alguns caminhos etnográficos, ou seja, os instrumentos etnográficos apoiaram as visitas a campo, como caderno de campo, observações e socializações. De acordo com Rocha e Eckert (2008), a utilização desses instrumentos fora da ciência antropológica não se consolida como uma etnografia. O ato da observação pode ser considerado um processo de aprendizagem de olhar o Outro para conhecê-lo melhor, Ibidem (2008).

As primeiras incursões ao campo foram pensadas, junto ao orientador, no sentido de se inserir na realidade da comunidade na medida em que se participava de sociabilidades

cotidianas da comunidade, como o descarrego de pescados, alguns festejos relacionados à religiosidade dos indivíduos e suas práticas diárias.

Para tanto, os momentos escolhidos para o início da pesquisa foram os dias 22, 23 e 24 de abril de 2019, logo após a data cristã-judaica denominada “semana santa”, em que, tradicionalmente, muitas embarcações estão no porto, pois chegam antes desse período para comercializar seu pescado por preços melhores, já que as tradições sugerem o consumo de pescado durante a semana que antecede a páscoa cristã. Assim, muitas embarcações estão ancoradas no porto, existindo um grande fluxo de pessoas e de mercadorias. Como técnica etnográfica, o caderno de campo foi muito importante para anotar percepções que muitas vezes passavam despercebidas, contudo, são anotações posteriores ao campo, como observações de costumes, falas, simbologias e superstições. Para Rocha e Eckert (2008), o diário de campo deve apresentar elementos, em registro escrito, das experiências observadas e vivenciadas na comunidade investigada, ressaltam também que o diário de campo é composto por um diário de notas, de acordo com Rocha e Eckert (2008):

O caderno de notas e o diário de campo são instrumento de transposição de relatos orais e falas obtido desde a inserção direta do(a) pesquisador(a) no interior da vida social por ele ou por ela observada. Muitos destes cadernos de notas e diários contendo dados brutos de observações diretas em campo conduziram os antropólogos ao estudo e a pesquisa, por exemplo, com as gramáticas e os vocabulários que constituem os diferentes dialetos de uma mesma língua falados pelas sociedades por eles pesquisadas, com as genealogias de parentesco que organizam seu corpo social; os mitos e os rituais que vivificam o sentido coletivo de suas vidas, etc. (ROCHA; ECKERT, 2008. p. 15).

Dessa forma, as anotações realizadas em campo deram suporte às demais ações pensadas sistematicamente e de maneira cronológica. Como relatado anteriormente, na segunda metade do mês de abril de 2019, iniciei incursões periódicas ao campo. No dia 22, às 7h35 da manhã, cheguei à orla do Arapiranga, também chamado pelos sujeitos locais de “beiradão”, essa nomenclatura atende pela faixa litorânea da orla fluvial da cidade. A pesquisa iniciou-se e aprofundou suas ações no bairro do Arapiranga, onde se encontram as principais indústrias de pesca e fábricas de gelo da cidade. No bairro, há 2 fábricas de gelo e 2 indústrias de beneficiamento de pescado. A orla é ocupada por trapiches informais para o descarregamento do pescado. Nessa porção da orla, concentram-se bastante embarcações de pequeno e médio porte, com relativas técnicas e tamanhos diferentes das embarcações que serão demonstradas mais adiante.

Desse modo, as observações sistemáticas e visitas se seguiram nos dias 23 e 24 de abril de 2019. Em algumas conversas pude perceber que, apesar do avanço técnico das redes de emalhe e mecanização para o embarque da rede, os pescadores consideram o saber dos “mestres” de pesca fundamentais para o sucesso da pescaria. A experiência, percepção, destreza e conhecimento da natureza aumentam as chances de uma boa pescaria. Por isso existem os chamados bons “encarregados”, que são os responsáveis pelas embarcações, uma espécie de capitão do barco, que comanda todas as estratégias de pesca. Em algumas conversas, alguns indivíduos relataram que sair fora da “marezada”<sup>6</sup> é perda de tempo. Observou-se, também, que é muito comum certas parcerias entre esses indivíduos, como compartilhamentos de suprimentos na ausência de algum e parcerias de pesca; parte pesca na mesma área e, ainda, quando pescam em localização distante, comunicam-se por rádio para “chamar” o parceiro para aproveitar a oferta de pescado.

Mesmo sendo morador da cidade e tendo minha história familiar fortemente ligada à pesca, ir a campo com o intuito de pesquisar é um fator totalmente diferente, ao passo que a familiaridade com o espaço me fazia proceder naturalmente. Além disso, algumas situações sempre podiam ser percebidas e compreendidas de maneira mais atenta e aguçada. Adiante, ainda neste capítulo, e no próximo, tratar-se-á de narrativas importantes para a validação e colaboração dos saberes dos pescadores artesanais estuarinos.

Retomando os percursos do campo, limitações foram encontradas em relação às familiaridades, pois, por muitas vezes, algumas pessoas ficavam retraídas em compartilhar certas perguntas, indagações e aproximações. Contudo, ressalta-se que a partir da inserção em um meio que possui suas próprias lógicas internas de relações, precisamos experimentar a intersubjetividade. Para Strauss (1974), o pesquisador passa a ser também objeto de observações por partes dos indivíduos locais. Nesse sentido, em alguns momentos da minha presença no campo, eu buscava me inserir em suas práticas sociais cotidianas. Em algumas ocasiões, assim que chegava à orla, sentava-me ao lado de alguns pescadores para ouvir suas conversas, em diversas vezes encontrava pessoas conhecidas de infância que me perguntavam o que estava fazendo por ali, naquelas horas. Entre jogos de dominós e um “avoador”<sup>7</sup>, escalava valorosos graus de intimidades com os indivíduos.

Já no mês de maio de 2019, fui a campo nos dias 16 e 17 procurar fazer mais observações e descrições do ambiente, além de começar a pensar como se daria a aplicação do

---

<sup>6</sup> Maré com grande oferta de pescados, influenciada por fenômenos cíclicos, como tábua de marés, lua, salinidade e velocidade das correntes oceânicas.

<sup>7</sup> Hábito de assar peixe em brasa, com a socialização da comida por diversas pessoas.

questionário. Nesse mês, os pescadores locais já se preparam fortemente para a safra da pescada amarela, que inicia no fim do mês de junho. Geralmente com o avanço do período de seca e estiagem na região amazônica, a vazão dos rios é diminuída e a quantidade de água doce nos rios são cessadas de maneira considerável, avançando a força das águas marítimas mais salgadas, trazendo consigo oferta de peixes naturais dessa salinidade de água, como a pescada amarela.

Durante o mês de junho de 2019, comecei a produzir as perguntas que seriam aplicadas nos formulários, a partir de percepções inquiridas em campo. Nos dias 28 e 29 existe uma dinâmica diferenciada na orla fluvial, por conta da festividade de São Pedro, padroeiro dos pescadores, havendo procissão fluvial pelos rios Guajará-Mirim e rio Açaí, que circundam a cidade. Muitos pescadores fazem homenagens e ornamentam suas embarcações com o objetivo de pedir proteção e uma safra farta de peixes.

Nos meses de julho e agosto de 2019 foram aplicados os formulários. Dado o elevado número de entrevistados, a pesquisa ocorreu nos dias 13, 14, 15 e 16 de julho e nos dias 12, 13 e 14 de agosto. Iniciei a aplicação dos formulários começando pela Orla do Arapiranga, na rua Padre José Bonifácio, próximo a indústria de pesca Ecomar, atuando ali durante os dias do mês de julho. Durante o mês de agosto, apliquei os formulários na orla fluvial, na avenida Josino Cardoso, alcançando o número pretendido de entrevistados. Paralelamente, ia demarcando as perguntas objetivas e anotando as narrativas das perguntas mais abertas. Dado o intenso esforço e a quantidade de material, nos meses posteriores seguiram-se as revisitações bibliográficas, análises, transcrições de materiais e a produção da escrita.

Observou-se que a pesca na cidade vem passando por profundas transformações produtivas, que envolvem materiais e apetrechos de pesca, porte das embarcações, produtividade, tempo no mar, relações de trabalho e novas técnicas para aumentar a produção em larga escala, correspondentes à pesca artesanal. Procurar-se-á ramificar e desmembrar a pesca artesanal, em escalas diferentes, adotando-se os critérios apontados pelos próprios pescadores artesanais, ressaltando que são somente por dados de pesquisas esporádicas. Não se pretende fazer uma etnografia da pesca artesanal, mas buscar produzir indicadores antrópicos norteados pelos sujeitos que praticam a atividade e possuem o domínio efetivo da atividade.

Desse modo, as práticas metodológicas desse estudo serão uma tentativa de aproximação dos discursos e métodos acadêmicos, relacionando-os aos apontamentos feitos pelos pescadores artesanais, sistematizando esse processo e buscando uma interação ontológica entre o saber local e a academia. Nessa análise, essa aproximação não é uma

simples inferência, e sim um caminho ou apontamento para outras possibilidades, sobretudo para a construção de indicadores antrópicos por parte dos próprios amazônidas. Nesse prisma, Geertz (2012) analisa que existe uma visão pré-estabelecida em pesquisas a fim de construir um produto imaginativo de sociedade, propondo entender os entendimentos diferentes dos nossos, ou seja, de padrões historicamente produzidos; ratifica a necessidade de “passear por ruas paralelas”, ou ainda, uma “desprovincialização intelectual”, oportunizando novos caminhos para oxigenar a prática acadêmica de fazer ciência. Partir de uma reconfiguração das teorias sociais promoverá ou, no pensamento de Geertz (2012, p.39): “representará um dia, uma mudança radical na noção que hoje temos de conhecimento, alterando não tanto a noção do que é conhecimento, mas principalmente a definição daquilo que queremos saber”. Contudo, é necessário afastamento do objeto pesquisado, mas também um “encharcamento”, pois de acordo com Geertz (2012), é de uma tarefa delicada, visto que se trata de fazer uma conexão entre experiência-próxima para captar e apreender conceitos dos sujeitos locais, esclarecidos por experiências-distantes.

Retomando as observações de campo, percebe-se que os pescadores artesanais constroem seus próprios sistemas de significações, símbolos, nomenclaturas e descrição, perfeitamente entendidos pelo seu grupo social; como exemplo, tem-se as referências às técnicas de pesca e algumas palavras: redar<sup>8</sup>, fundiar<sup>9</sup>, careta<sup>10</sup>, maré de lanço<sup>11</sup>, dentre outras. Assim, pode ser estranho para alguém que não esteja numa relativa convivência. Por exemplo, quando em rodas de conversas afirma-se que ainda não é a “marezada” do peixe, refere-se ao fato de que oferta de pescados ainda está abaixo do esperado, podendo-se repensar estratégias, como demorar mais no porto para reparos na embarcação em vez de ir se aventurar ao mar e pegar “careta”, termo utilizado para descrever que não foi capturado nenhum pescado durante o tempo em que a rede esteve na água. São códigos linguísticos carregados de saberes, construídos por gerações e que foram percebidos durante as visitas a campo.

A aproximação demasiada do campo de pesquisa pode encobrir algumas percepções do objeto, mas também desvelar análises precipitadas em outros estudos. Para tanto, a compreensão da lógica vai além do nosso olhar, considerando as percepções do outro. Seguindo essa perspectiva, pois a “questão é descobrir como é que os outros, além-mar ou do outro lado do corredor, organizam seu universo de significados” (GEERTZ, 2012, p. 154). A

---

<sup>8</sup> Ato de lançar a rede ao mar.

<sup>9</sup> Ancorar a embarcação.

<sup>10</sup> Redar e não capturar nenhum pescado.

<sup>11</sup> Ciclo em que as águas marítimas possuem intensa correnteza, boa para pescar, pois a rede de emalhe percorre mais espaço territorial.

aventura de entender o entendimento alheio torna-se mais viável quando o pesquisador busca despir-se de estereótipos e interdições, mesmo não sendo simples.

Nesse bojo, algumas provocações acerca do escopo pesquisado advêm da vivência, experiências e aproximações com a atividade pesqueira, como o olhar empírico durante anos de contato com sujeitos locais no território, podendo-se perceber relações e processos específicos poucos explorados em outros olhares acadêmicos. Percebe-se que em muitos estudos o que se reproduz é mais um olhar do pesquisador em detrimento do pesquisado. Assim, a investigação parte do pressuposto de realizar uma tradução dos saberes dos pescadores artesanais.

A cidade de Vigia possui uma ligação intrínseca à atividade pesqueira. Ao chegar na cidade, ainda na PA-41212, rodovia de acesso ao município, depara-se com a frase “Vigilenga de heróis”.

Figura 4 – Chegada à cidade de Vigia-PA



Fonte: Google (2020).

As vigilengas<sup>13</sup> realizavam a pesca principalmente no estuário amazônico, chegando à costa do estado do Amapá. Muitas delas passavam meses em viagens longínquas, salgando o

---

<sup>12</sup> Rodovia que dá acesso à cidade de Vigia de Nazaré, interligando-a à capital paraense, Belém, à sua Região Metropolitana (RMB), a Castanhal e a outras cidades próximas, como São Caetano de Odivelas e Santo Antônio do Tauá.

<sup>13</sup> Embarcação de um só mastro, com toldo, era fabricada em Vigia-PA, razão pela qual recebe tal denominação, destinava-se à pesca e ao transporte de mercadorias.

peixe para conservá-lo até aportarem para o desembarque do produto, conforme a figura abaixo (figura 5)

Figura 5 – Canoa vigilenga da década de 80.



Fonte: IBGE (1980).

Na primeira metade do século XX, o principal modo de conservação do pescado era o sal marinho, ainda utilizado atualmente em algumas circunstâncias. De acordo com Loureiro (1983), os pescadores desse contexto possuíam uma intensa aproximação familiar na produção e captura dos principais tipos de pescados, como tainha e guriuba. Basicamente a pesca era atrelada à produção agrícola como complementação de renda e de valor nutricional.

A existência de uma construção social da pesca é também um vetor cultural para a população local, indo além do aspecto econômico, sendo marcada na paisagem<sup>14</sup> da cidade.

### 3.4 Tipo de Estudo

Para a viabilidade epistemológica, o estudo busca atender a alguns paradigmas e caminhos metodológicos para maior credibilidade científica. A pesquisa se desenvolveu em

<sup>14</sup> Segundo Santos (2008, p.40), a paisagem “Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc. [...] é um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço”.

duas frentes de investigação, tanto quantitativa quanto qualitativa. Entende-se que as duas perspectivas são complementares para a angariação e análise dos dados levantados. Dessa maneira, optei pela pesquisa quanti-qualitativa, pois essa modalidade “interpreta as informações quantitativas por meio de símbolos numéricos, e os dados qualitativos mediante a observação, a interação participativa e a interpretação dos discursos dos sujeitos (semântica)” (KNECHTEL, 2014, p. 106). Isso demonstra que a princípio, procuramos um recorte mais amplo e genérico, para chegarmos a quantificação coletiva dos 10% dos pescadores, recorte do universo de pescadores de Vigia-PA. Posteriormente, qualificamos fazendo a escolha por 3 narradores que representassem a média de apontamentos dos formulários, para obter a verticalização das entrevistas.

Corroborando Flick (2013), a pesquisa quantitativa permite maior objetividade, de natureza dedutiva, com padronização de perguntas pré-estabelecidas, buscando-se maior confiabilidade. A pesquisa quantitativa também contempla um maior número de indivíduos, no entanto, a participação do indivíduo torna-se um tanto neutralizada na construção do contexto da formulação das perguntas. De outro modo, na pesquisa qualitativa, o entrevistado participa de forma mais intensiva, respondendo de forma mais contextual e ampla, não podendo haver generalizações amplas, contudo, demanda mais tempo para a análise dos dados.

A estrutura e a construção metodológica desse estudo inserem os pressupostos citados acima, passando por levantamento bibliográfico da literatura da pesca no Brasil, adentrando a região Norte e, posteriormente, a região estuarina amazônica, especificamente a microrregião do salgado, tratando de alguns dados acerca da importância da pesca artesanal, sua produção e relevância para o território local e nacional.

A priori, fizemos a observação participante e a interação com a comunidade por meio de rodas de conversas e de anotações dos fenômenos sociais. Uma dificuldade da pesquisa é a de cunho relacional com o território, conseqüentemente o lugar. Segundo Santos (1996), a categoria lugar abarca para além da subjetividade simbólica e cultural do espaço geográfico, sendo simultaneamente a materialidade e a imaterialidade, ou seja, o vivido e o percebido, a dimensão espacial do cotidiano. A constante vivência do lugar permite a este pesquisador desafios e, de certa forma, “armadilhas” por conta das proximidades e familiarização com o objeto, como foi o meu caso, por ser nativo do local do estudo.

Conduzi a pesquisa descritiva do ambiente com base no conhecimento prévio do local e com base na acumulação de conhecimentos da dinâmica local com o lugar. Podendo ser um fator positivo pela minha “aceitação”, enquanto pesquisador, por parte dos pescadores

artesanais, não ocorrendo um relativo estranhamento, dada a familiaridade. De acordo com Chizzoti (2006), a participação e a interação com o objeto pesquisado, os contatos contínuos e duradouros com o campo e os sujeitos locais permitem depreender o objeto, a percepção dos atores locais e seu juízo sobre eles mesmos.

A incursão ao campo de pesquisa se dá quando o pesquisador opta pela oportunidade de vivenciar, coletar, presenciar e vivenciar os fatos, possibilitando maior veracidade dos fenômenos. Contudo não se pode entender como uma simples coleta de dados aleatórios, pois “exige contar com os controles adequados e com objetivos preestabelecidos que discriminam suficientemente o que deve ser coletado” (LAKATOS, 2003, p. 186). O aspecto negativo desse levantamento de dados pode ser benéfico para a sistematização do fenômeno por pesquisas das mais diferentes naturezas e objetivos, por meio de tabela e gráficos, por exemplo. Para Jick (1979), a junção ou triangulação desses dois prismas permite a correção de desvios inerentes a quaisquer fontes de dados, ou métodos de coletas de dados, sendo estas complementares e solidificando sua validade.

Ainda de acordo com Patton (1990), a triangulação ou o cruzamento de pesquisas evita a confiabilidade em um único método, podendo o pesquisador estar aberto a mais de uma maneira de olhar um único fenômeno. A seleção amostral da pesquisa foi realizada na perspectiva de amostragem não probabilística, definida por conveniência. Essas amostragens são feitas em consonância com os critérios do pesquisador, podendo ser por experiência ou pelo próprio fim do estudo.

Nesta pesquisa, adotei, num único formulário, as variantes dedutivas e indutivas com perguntas abertas e, também, de múltipla-escolha para os entrevistados, com perguntas mais objetivas e outras mais subjetivas. Essa tentativa justifica-se pelo fato de se construir dados e discursos que possam ser cruzados com as hipóteses da pesquisa e que possam aglutinar mais informações, tanto na densidade quanto na variação. Assim, a escolha não pode ser aleatória, pois “escolhido os métodos, as técnicas, a serem utilizadas serão selecionadas, de acordo com o objetivo da pesquisa” (ANDRADE, 2009, p. 132).

Foram utilizados formulários, buscando privilegiar não somente o aspecto qualitativo, com análises mais interpretativas, mas também a mensuração da maior quantidade amostral do grupo analisado. A escolha do formulário, de acordo com Nogueira (1968), é uma lista formal de informações, fruto de observação, e o preenchimento e aplicação são feitos pelo próprio pesquisador na medida em que recebe as respostas, sob orientação do pesquisador. Desse modo, o formulário “é o nome geral usado para designar uma coleção de questões que são perguntadas e anotadas por um entrevistador numa situação face a face com outra pessoa”

(SELLTIZ, 1965, p.172). Importante realçar que a presença do pesquisador oportuniza esclarecer os fins da pesquisa para a comunidade, seus objetivos e perspectivas, elucidando também qualquer dúvida pertinente às perguntas.

Dentre os procedimentos adotados na pesquisa, a priori, será feito um levantamento bibliográfico de literaturas a respeito dessa temática, para fim de embasamento teórico e conceitual do estudo. Em um segundo momento, ocorreu o levantamento documental em órgãos institucionais, como Secretaria Municipal de Pesca e Desenvolvimento Rural, Colônia de Pescadores (Z-3) e Associações de Empresários de pesca artesanal. A partir dessa angariação, por conseguinte, realizou-se uma minuciosa análise documental, chegando-se ao número de aproximados 3000 (três mil) pescadores artesanais cadastrados, aproximadamente, de acordo com dados da Colônia de Pescadores de Vigia-PA.

Já no terceiro momento, foram investigadas as características dos sujeitos, os atores da pesca artesanal da cidade de Vigia-PA. Por meio de formulários abertos foram coletados dados como: gênero, idade, escolaridade, origem, autodesignação, técnicas de trabalho, percepções da atividade, além de perspectivas apontadas pelos sujeitos da pesquisa. Essas informações estão organizadas em tabelas e gráficos para melhor elucidar o perfil da comunidade estudada. O critério para a seleção do indivíduo será sua “representação de atuação” diante da comunidade.

No quarto e último momento, realizei as análises qualitativas dos depoimentos orais, a análise documental e a análise de todos os dados quantitativos, com a devida ponderação de aproximação entre teoria bibliográfica e o objeto investigado.

O período da pesquisa iniciou-se em maio e abril de 2019, com as observações participativas na orla da cidade, conversas informais com pescadores e artesãos, empresários, donos de embarcação, fornecedores de materiais e todos que participam da atividade de modo geral. Em junho de 2019, durante os festejos da festividade de São Pedro, houve a intensificação das observações, período no qual seria a safra do principal pescado de potencial econômico da região, a pescada amarela, com constantes movimentações na orla, as embarcações sendo equipadas com reparos e materiais para a safra produtiva. Ressalta-se que essas inferências serão exploradas mais adiante, tratando das técnicas, tipos de embarcações e alvo de capturas; essas alusões, por agora, são mais descritivas do campo.

Em julho de 2019, foram aplicados os formulários (APÊNDICE B), com a finalidade de fazer a caracterização dos pescadores artesanais.

Adiante, um quadro de apresentação esquemático, para facilitar o entendimento do percurso cronológico da pesquisa:

Quadro 2 – Cronograma da pesquisa

<b>Período</b>	<b>Atividades</b>
22, 23 e 24 de abril de 2019	Observação participante e anotações de diário de campo
16 e 17 de maio de 2019	Observações de campo, anotações e formulação de estratégias para aplicação de formulários
28 e 29 de junho de 2019	Participação da festividade de São Pedro e interação com os sujeitos da pesquisa
12, 13, 14 e 15 de julho de 2019	Aplicação de formulários para os pescadores artesanais
12, 13 e 14 de agosto de 2019	Aplicação de formulários e realização de entrevistas
Setembro de 2019	Escrita e análise dos dados

Fonte: elaborado pelo autor (2020)

Em setembro de 2019, iniciou-se a sistematização dos dados com o intuito de entrelaçá-los às hipóteses, assim como aos referenciais teóricos. Revendo e ajustando os materiais metodológicos, junto ao orientador, optamos em focar nos aspectos sistematizadores da pesquisa, para construção ontológica do estudo. Nos meses posteriores, iniciamos a escrita e ordenamento dos materiais do formulário e as análises e ponderações dos materiais coletados em campo.

#### 3.4.1 Eventos imponderáveis da aplicação metodológica

No princípio do proposto estudo, preconizou-se analisar o bairro do Arapiranga, localizado na cidade de Vigia-PA. Num outro momento, pesquisar a pesca artesanal em todo município. Porém, de acordo com os direcionamentos do orientador da pesquisa, para fins metodológicos, delimitou-se a sede do município, a cidade, além de condensar a frota pesqueira e a mão de obra da atividade, serviços, comércio, dentre outros. Em incursão ao campo, foi desvelado que somente o estudo do bairro não contemplaria uma análise mais fidedigna do objeto, percebendo-se o espraiamento da atividade não somente no bairro, mas ao longo de toda a orla fluvial da cidade, que vai do bairro Centro, chamado de “rabo da osga”, até o bairro do Arapiranga.

Percorri toda a faixa litorânea da orla realizando as entrevistas e observações. O orientador solicitou que os órgãos públicos fossem consultados como fonte de dados, prospectando-se que minimamente tivéssemos acesso às informações inerentes ao tema. Nos

estabelecimentos físicos e prédios públicos, a única organização que disponibilizou dados quantitativos foi a colônia de pescadores, que indicou aproximadamente 3 mil indivíduos cadastrados no seu banco de dados; esperávamos bem mais, dado o quantitativo empírico de embarcações.

Desse modo, pensamos em selecionar um quantitativo de 10% dos pescadores artesanais indicados pela colônia, chegando ao número de 300 pescadores a serem entrevistados. A priori, buscávamos fazer uma análise qualitativa, angariando narrativas orais dos anciões da comunidade, no entanto, ao longo das visitas ao campo, percebemos que muitos adultos e jovens estão engajados na atividade pesqueira, haja vista ser a principal fonte de renda do município.

Outro fator que surpreendeu, de certo modo, foi a percepção institucional dos pescadores artesanais, que deixavam externar nas entrevistas o sentimento de invisibilidade para com o poder público, assim como noções de representatividade e sustentabilidade. Mesmo com o baixíssimo grau de formação escolar, apresentaram indicadores, como a necessidade de regulamentação da atividade ou pelo menos ser mais acessível a esse processo, pensar a produção como cíclica e não como algo inesgotável, por meio de seguro defeso etc.

Esses são indicadores construídos junto aos sujeitos que vivenciam, e, mais do que ninguém, têm propriedade para saber as necessidades da atividade pesqueira. Todavia, grande parte das ações, ou mesmo informações, não chegam na ponta do sistema de produção pesqueiro, pois pairam no campo burocrático institucional.

#### 3.4.2 Eventos imprevisíveis

A pesquisa foi pensada para ocorrer entre os meses iniciais de 2019, janeiro e fevereiro, no entanto, por conta da safra da pescada amarela, principal produto de extração dos pescadores, ocorreu nos meses de junho a outubro, aproximadamente; assim, a pesquisa teve de se realinhar a essas condicionantes. Nesse período, existe uma maior agitação na orla pela dinâmica econômica da atividade, havendo a necessidade de se considerar essas especificidades locais.

Dessa forma, o estudo ocorreu nos meses de alta produtividade de pescados, buscando se inserir no espaço e acompanhar suas nuances das relações internas dos sujeitos. Outro fator foi a própria condição de sazonalidade da oferta da pescada amarela ser mais abundante no fim do primeiro semestre, fator esse que me permitiu descrever melhor as observações,

mesmo para um pesquisador que já convive no espaço. A partir do contato com as literaturas, outros olhares são aguçados e auxiliam bastante no caminho metodológico.

### 3.4.3 População de estudo ou amostra

O recorte populacional analisado nessa pesquisa compreende os pescadores artesanais da Vigia-PA. Dentre esses, pescadores artesanais, artesões de embarcações, consertadores de redes e pessoas ligadas direta ou indiretamente à pesca artesanal. Foi estipulada uma quantidade de aproximadamente 10% de pessoas com essas características, valor estipulado como considerável e satisfatório.

Sendo assim, aproximadamente 300 formulários foram aplicados ao longo de toda orla fluvial da cidade de Vigia-PA. Dado que 3000 mil pescadores são cadastrados na Colônia de pescadores, leva-se em consideração esse quantitativo. Mesmo sabendo que existem mais pescadores artesanais na cidade, não se pode mensurar, já que não se tem um cadastro oficial, por isso são definidos os aspectos de inclusão e exclusão.

Como aspectos de inclusão, têm-se: participantes que tenham assinado o termo de consentimento Livre e Esclarecido e Colônia de pescadores de Vigia Z-3, Secretaria de Pesca de Vigia e Pescadores artesanais de Vigia-PA. Já os de exclusão dizem respeito às pessoas que se recusem a participar de todas as etapas da pesquisa.

### 3.4.4 Dados dos Questionários e Entrevistas

As técnicas de engajamento junto à comunidade e coletas de dados foram a observação participante<sup>15</sup>, entrevista<sup>16</sup> do tipo de entrevista estruturada<sup>17</sup>, contendo perguntas de natureza abertas e fechadas/dicotômicas, visando maior amplitude de análises, entre dados estatísticos e narrativas orais dos entrevistados.

A análise dos dados angariados partiu da construção de tabelas e gráficos acerca dos dados do formulário, que foram distribuídos em 04 (quatro) perguntas objetivas de marcação

---

<sup>15</sup> Para Mann (1970, p. 96 apud MARCONI; LAKATOS, 1999, p. 91), “a tentativa de colocar o observador e o observado do mesmo lado, tornando-se o observador um membro do grupo de molde a vivenciar o que eles vivenciam e trabalhar dentro de um sistema de referência deles”.

<sup>16</sup> De acordo com Marconi e Lakatos (1999, p. 92), “trata-se, pois, de uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica; proporciona ao entrevistado, verbalmente, a informação necessária.

<sup>17</sup> Para Lodi (1974, p. 16 apud MARCONI; LAKATOS, 1999, p. 94), “O motivo da padronização é obter, dos entrevistados, respostas às mesmas perguntas, permitindo que sejam comparadas, com o mesmo conjunto de perguntas, e que as diferenças devem refletir diferenças entre os respondentes”.

de item e outras 5 (cinco) perguntas mais abertas, deixando o entrevistado à vontade para falar, e o entrevistador anotando as suas falas de maneira simultânea.

A abordagem das perguntas foi realizada em forma de diálogo com os sujeitos da pesquisa, primeiramente, explicando o procedimento e o objetivo da pesquisa. Algumas dificuldades para a aplicação do formulário, entre as principais, foram a percepção dos sujeitos em pensar que a pesquisa possuía finalidade governamental, em alguns momentos, provocando retração dos indivíduos para responderem as perguntas. Achei benéfico começar por perguntas mais “objetivas”, fazendo com que os pescadores fossem se ambientando com o real propósito da pesquisa. Foi necessário, constantemente, ressaltar, junto aos sujeitos, que as perguntas buscavam contemplar, de forma colaborativa, a valorização do saber do pescador artesanal e que este estudo possibilitará novas perspectivas para a pesca artesanal na microrregião do salgado.

As perguntas mais “abertas” foram bastante produtivas, haja vista poder ser um espaço de enunciação dos pescadores, trazendo suas percepções e análises de suas próprias práticas, (APÊNDICE B). Alguns termos buscaram ser adequados à realidade dos sujeitos, palavras e classificações utilizadas em sua atividade, como: qual a melhor “marezada de peixe?”, “o que você acha que dever ser feito de bom para a pesca?”, assim por diante.

O teor das perguntas foi:

- 1) À identidade por autodesignação;
- 2) Ao motivo da escolha pela atividade;
- 3) Às dificuldades da atividade;
- 4) Aos tipos de técnica/material mais utilizado (a);
- 5) Às espécies mais capturadas;
- 6) À territorialidade pesqueira;
- 7) À oferta de pescados;
- 8) À relação da pesca artesanal e pesca industrial;
- 9) À percepção sobre a atividade.

Por conseguinte, foram elaborados os gráficos, produto das respostas dos sujeitos, sistematizados e analisados. Adiante, serão apresentadas as entrevistas com 3 pescadores, os mais antigos da comunidade, chamados de “mestres” de pesca pela comunidade. Sistematizou-se suas falas, junto a conceitos acadêmicos acerca do tema, ponderando as

aproximações dos conhecimentos tradicionais e da academia, de forma colaborativa, evidenciando-se a possibilidade dos diálogos de saberes e sua heterogeneidade.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção, busquei refletir e analisar os dados dos formulários, incluindo outros componentes para a discussão por meio das ferramentas metodológicas formuladas, como gráficos, formulários e tabelas, paralelamente à malha de saberes, como instrumentos de análise e tradução colaborativa das falas e entrevistas dos sujeitos. Para fins científicos, é fundamental atrelar o arcabouço teórico-metodológico aos saberes práticos da comunidade estudada.

Ademais, esta etapa do estudo visa atender aos objetivos propostos, hipóteses e inferências da pesquisa. O escopo do estudo se deu ao longo da orla fluvial da cidade, com observações participantes, vivências e entrevistas com os sujeitos. Desse modo, traz como pressuposto norteador caracterizar e valorizar os conhecimentos acerca da atividade pesqueira, historicamente construído pelos amazônidas.

### 4.1 Discussão dos resultados

Como foi pensado e direcionado pelo orientador da pesquisa, serão analisadas as entrevistas dos sujeitos locais que foram respondidas em formulários, os quais compreenderam perguntas abertas e fechadas, estas últimas, de cunho mais quantitativo, sistematizadas em gráficos e tabelas, com opções de respostas pré-estabelecidas. Para tanto, foram descritos, na metodologia, os trajetos e as fundamentações. Nesta discussão, busco fazer uma análise mais qualitativa, dialogando com a metodologia e com as teorias fundantes do estudo.

Cabe ressaltar que as ciências das humanidades, muitas vezes subjogadas por não obterem resultados mais cartesianos, ou seja, para que possam produzir um produto, devem se reinventar e conversar com dados estatísticos e mais precisos, que tenham uma contribuição mais veemente para os sujeitos locais. Os esforços dessa pesquisa interdisciplinar, feita por geógrafo de formação, mas que buscou dialogar com os demais campos do conhecimento, aproximaram-se cada vez mais de uma integração holística entre as ciências, dialogando com o saber tradicional e com o acadêmico.

Nesse cenário, o estudo caminha na direção de conciliar mais do que metodologias, o intuito é aproximar a interação de percepções, principalmente no que se refere à sensibilidade dos sujeitos locais em relação a sua própria prática; provocando, assim, esses sujeitos para uma autoanálise não somente de identidade, mas de produtores do espaço em

que vivem, e fazê-los refletir sobre qual lugar estão produzindo, sendo a própria ciência um auxílio para essa compreensão.

Uma infinidade de sensações e sentidos estão imbricados na paisagem desses sujeitos. O pescador artesanal, mais do que dependente de instrumentos tecnológicos, está enraizado ao seu conhecimento dos territórios de pesca. Longe de buscar romantizar a imagem do sujeito, a própria atividade pesqueira pressupõe, além da adaptação individual, uma cooperação mútua para além dos aspectos econômicos, principalmente para manter a condição de sobrevivência.

Desse modo, Maldonado (1993) pondera o senso de coletividade dos pescadores artesanais, que constitui o sucesso da produtividade da pescaria, agregando a confiança e a competência como componentes fundamentais para que isso ocorra. Ramalho (2012) afirma que mesmo que cada embarcação, geralmente, possua um mestre, o ator que direciona as ações do coletivo, muitas decisões são feitas a partir de um consenso e diálogo entre todos os tripulantes, fazendo uma alusão ao saber científico e ao saber tradicional, que devem dialogar e buscar aproximações, mesmo reconhecendo suas distinções.

É na coletividade que se define qual melhor estratégia, melhor território de pesca, melhor maré para pescar etc. São considerações pertinentes à aplicação do saber tradicional junto aos parâmetros de pesca, como os aparelhos e artes de pesca, por mais que pareça óbvio, os usos não são indiscriminados, pois partem de uma lógica socializadora do saber entre os pescadores, equacionando suas necessidades.

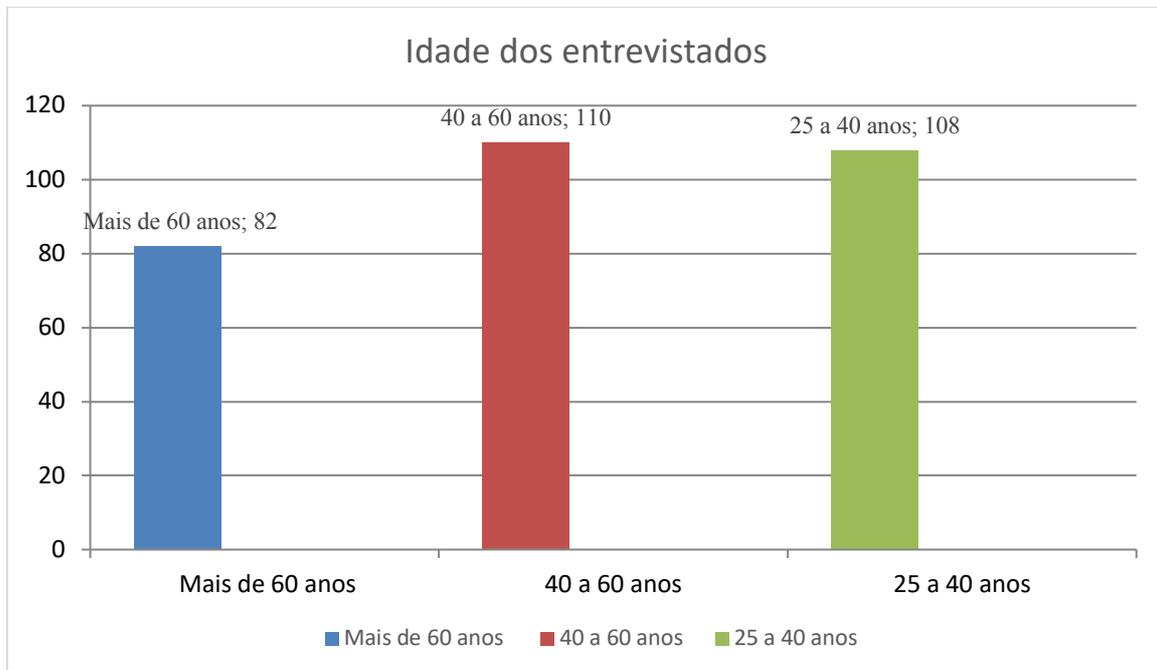
#### 4.2 Resultados e sistematização dos formulários

Foi realizado um levantamento da idade dos entrevistados para entender o comportamento e os discursos produzidos por esses, levando-se em consideração o contexto em que vivem, o cenário em que a pesca passou há décadas e o atual cenário no qual se delinea a atividade.

A princípio, dos 300 entrevistados com os formulários, cerca 108 entrevistados possuem entre 25 e 40 anos, com relativa participação na atividade, que é a principal atividade produtiva da cidade. Em torno de 110 entrevistados possuem entre 40 e 60 anos, com grande ocorrência da idade entre 30 e 40 anos, geralmente com iniciação bem jovens, muitas vezes desde a infância. Outra faixa etária se estabelece na faixa que avança aos 60 anos: são os anciões da comunidade, com vasta experiência de pesca na região. Foram registrados 82 indivíduos com mais de 60 anos. Em alguns discursos, eles fazem importantes considerações

acerca das transformações da atividade pesqueira e das mudanças nas relações de trabalho, oferta de pescados, questões ambientais, dentre outros aspectos, como demonstra o gráfico 1, abaixo.

Gráfico 1 – Idade dos entrevistados



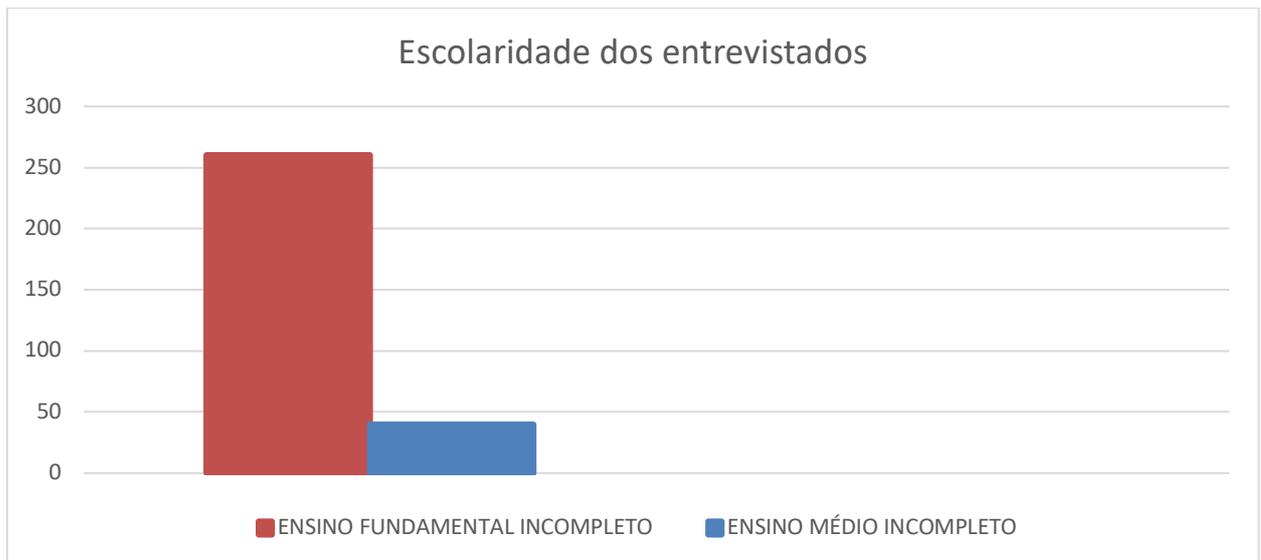
Fonte: elaborado pelo autor (2019)

Num outro discurso, respondido no formulário, observa-se uma perspectiva diferente em relação a sua inserção na atividade pesqueira, em relação à escolaridade, como pondera: *“Na realidade, mano, acabei meu ensino médio e precisava trabalhar, arrumei mulher e filho cedo, e como essa cidade tem poucas oportunidade fui pra fora pra sustentar minha família, tem vez que dá outras não mas vamo levando como Deus quer”* (Lucas Ferreira, 21 anos). Em alguns casos, como o anterior, percebemos que a falta de oportunidades em outros segmentos da economia, ou mesmo a inexistência destes na cidade, fazem com que pessoas jovens também busquem na pesca artesanal uma fonte de renda para o seu sustento.

Além da idade, outro fator abordado foi quanto à escolaridade dos sujeitos entrevistados. Por meio da observação participante e descritiva, e optei por não incluir nas opções as escolaridades de ensino médio completo e ensino superior, haja vista o grau de

vulnerabilidade social dos indivíduos que praticam a atividade, não foi levantado esse ponto, mas por meio de algumas conversas consegue-se perceber o analfabetismo em parte dos indivíduos. A seguir, o gráfico 2 ilustra a predominância, em números reais, da grande maioria dos pescadores artesanais que possuem baixa escolaridade.

Gráfico 2 – Escolaridade dos entrevistados



Fonte: elaborado pelo autor (2019)

Com os dados acima, percebemos que os níveis de escolaridade desses sujeitos são bastante defasados. Nesse sentido, levamos em consideração o modo de vida e as próprias expectativas de vida, oportunidades e vontades criadas pelos indivíduos. Atrelado a isso, a limitada oferta de emprego na cidade, com predomínio da informalidade e do circuito inferior da economia. Grande parte dos pescadores não possui carteira formal de pesca, tampouco carteira de trabalho assinada pelo empregador.

Segundo Santos e Bastos (2007, p. 56), no caso de Vigia-PA, “a pesca é responsável praticamente pelo funcionamento da economia da cidade, principalmente em seu aspecto formal”. Contudo, segundo Santos (2004), o circuito inferior da economia, ou seja, o da informalidade, também ganha notoriedade, com atividades não formais, muito comuns em economias instáveis, como nos países subdesenvolvidos. Nesse bojo, pessoas com as mais diversas ocupações atreladas indiretamente à pesca reproduzem-se socialmente nesse meio,

como: consertadores de redes<sup>18</sup>, carregadores<sup>19</sup>, atravessadores de mercadorias<sup>20</sup>, peixeiros<sup>21</sup>, carroceiros<sup>22</sup>, carpinteiros<sup>23</sup>, calafates<sup>24</sup> e pintores<sup>25</sup>. Uma gama de funções ligadas à pesca aglutina-se. A formalidade estende-se basicamente à pesca industrial e aos comércios que abastecem as embarcações.

Adiante, a pergunta número 3 do formulário abordou a questão referente aos aspectos de autoidentificação, ou autodesignação, para que os sujeitos entrevistados pudessem ter a liberdade de indicar seu aspecto identitário com a atividade. Dessa forma, como aponta o gráfico 3, cerca de 46 indivíduos, 15%, não se identificaram como pescador artesanal, mesmo exercendo atividades direta ou indiretamente ligadas a esse tipo de pesca. Outros, 254, 85%, afirmaram que podem ser chamados de pescadores artesanais e consideram sua atividade muito importante para o desenvolvimento da cidade.

---

<sup>18</sup> Tecem as redes de emalhe e consertam quando esta sofre algum dano que atrapalhe sua produtividade.

<sup>19</sup> Indivíduos que exercem a força braçal para o descarrego do pescado das embarcações.

<sup>20</sup> São os chamados “marreteiros”, que compram e vendem mercadorias, em alguns casos, também fazem o aviamento de produtos da embarcação, como, peixe e a grude do pescado.

<sup>21</sup> Compradores de pescado, também em alguns casos, aviam as embarcações com insumos e materiais.

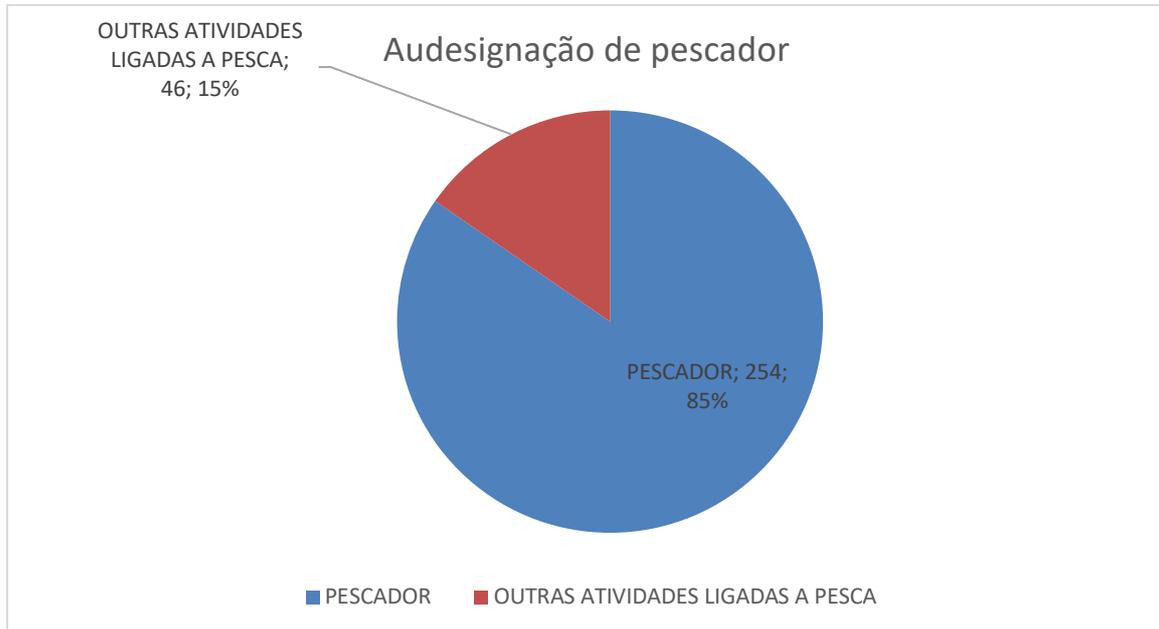
<sup>22</sup> São indivíduos que fazem fretes, deslocando materiais de pesca e utensílios das embarcações.

<sup>23</sup> São os construtores das embarcações, atuam mais nos estaleiros navais, mas também auxiliam em reparos e danos nas embarcações na orla fluvial.

<sup>24</sup> São artesãos que atuam fazendo reparos em embarcações de madeira, isolando o espaçamento entre as tábuas das embarcações, utilizam materiais como: algodão, zarcão e linhaça. É um trabalho periódico e necessário.

<sup>25</sup> São indivíduos responsáveis pela pintura das embarcações, além de gravar nomes e simbologias nas embarcações.

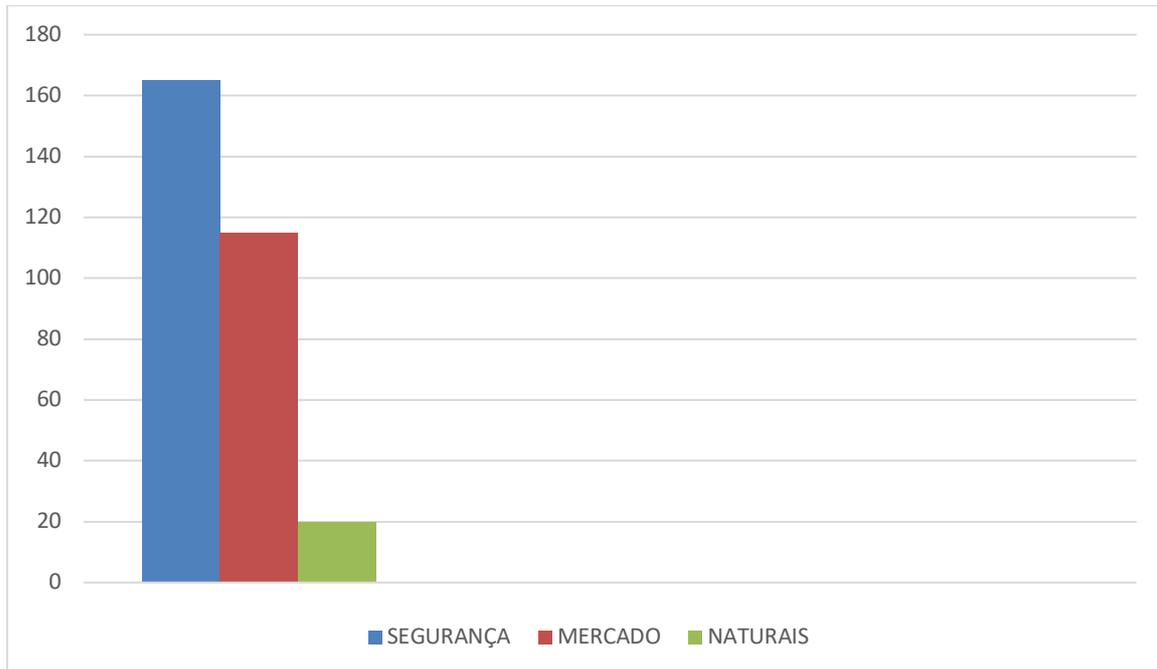
Gráfico 3 – Autodesignação e autoconhecimento do pescador artesanal, atividades ligadas direta ou indiretamente.



Fonte: elaborado pelo autor (2019)

Por conseguinte, no formulário, levantou-se inquietações acerca das dificuldades e desafios da pesca, de acordo com a percepção dos pescadores artesanais da cidade; alguns elementos foram ponderados, como: segurança (pirataria, assaltos, saúde), mercadológico (preço do pescado, qualidade do produto, exploração de mão de obra pelo empregador), naturais (sobrepesca, poluição, fluxos de marés).

Gráfico 4 – Desafios na pesca artesanal, segundo a percepção dos pescadores artesanais



Fonte: elaborado pelo autor (2019)

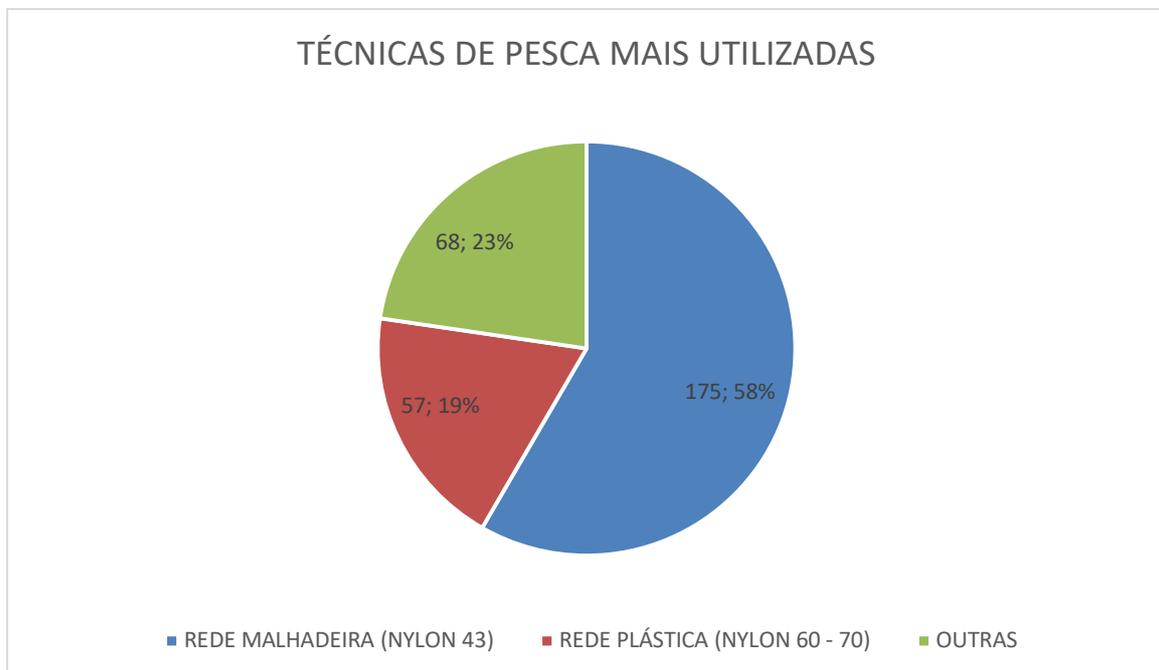
No gráfico 4, referente aos desafios e às inseguranças da pesca artesanal em Vigia-PA, busquei privilegiar a percepção do pescador artesanal e sua visão e fala sobre esse fenômeno, sobretudo pela vivência prática desses sujeitos, que acima de qualquer estatística ou proposição acadêmica, realizam a atividade nas práxis e possuem determinada propriedade para reivindicar seus anseios. Aponta-se a insegurança como principal empecilho para a realização da captura do pescado, os chamados “piratas”, relatado por eles como fator que aterroriza sua prática. Muitas embarcações entram em igarapés para “fundiar” (ancorar), reabastecer, combustível, suprimentos, fazer reparos. Segundo os pescadores artesanais, essa atuação dos assaltos e furtos ocorrem frequentemente. Os pescadores descrevem que na maioria das vezes são obrigados, por força da maré, geralmente, a “entrar” a noite na “boca da Vigia”, área de desembocadura do rio Pará. Com isso, são abordados por indivíduos armados em lanchas velozes, que roubam toda sua produção, algumas vezes ficando à deriva. Revelam também a falta de fiscalização dos órgãos competentes, criando-se um cenário de insegurança para os pescadores.

Diante disso, alguns relatos informais indicam que pescadores se armam por conta própria para fins de autoproteção e reclamam bastante de políticas públicas ausentes para o combate à pirataria na região. Isso corrobora com o imaginário, segundo alguns sujeitos, de

que os órgãos de proteção ao meio ambiente, como IBAMA, por exemplo, servem apenas para “aplicar multas”, enquanto o Estado não faz seu papel de salvaguardar o patrimônio desses indivíduos, segundo os entrevistados, necessitando escutar e levar informações para essas comunidades.

Adiante, os pescadores artesanais fizeram apontamentos das tipologias de técnicas mais utilizadas pela pesca artesanal, com relativo grau de uso e produtividade e com maior ocorrência entre o grupo, evidenciou-se que as embarcações de pequeno, médio e grande porte são as que mais utilizam.

Gráfico 5 – Principais artes de pescas utilizadas



Fonte: elaborado pelo autor (2019)

Essa tipologia de técnicas de captura de pescado corrobora com o pressuposto de investigar as formas de captura mais utilizadas pela pesca artesanal, mesmo entendendo que outros métodos de captura coexistem, mas pontua-se os mais relevantes para a produtividade e o montante de pescados capturados, em consonância com as espécies de maior valor de mercado e mais valoradas pelos próprios pescadores, importantes para a sua sobrevivência e reprodução social. Para elucidar as técnicas utilizadas na microrregião do salgado paraense, destacam-se algumas técnicas, sobretudo as mais utilizadas para dar conta da prevalência de espécies recorrentes no estuário amazônico, supracitadas no primeiro capítulo,

principalmente: pescada amarela, guriuba, corvina, cará-açú, bagre, dourada, bandeirado, dentre outras. Dependendo da época do ano, a oferta se flexiona às condições climáticas e naturais da região. O pescador artesanal se adaptou a esses fenômenos e utiliza as técnicas e os territórios de pesca, em convergência com todos esses fatores, não de forma aleatória.

Tabela 4 – Artes de Pesca




**Tipos de Artes de Pesca utilizadas na Pesca Comercial na Região do Salgado Paraense**

nº	Nome Arte de Pesca	Sigla da Arte	Tipo de Arte de Pesca	Atuação	Operação
01	ARRASTO CAMARÃO	ARC	REDE DE ARRASTO	FUNDO	MÓVEL
02	SERREIRA	SER	REDE DE EMALHAR	COMBINADA	COMBINADA
03	REDE DE EMALHAR E LINHA	REL	ARTE COMBINADA	COMBINADA	COMBINADA
04	GOZEIRA	GOZ	REDE DE EMALHAR	FUNDO	FIXA
05	LINHA E ANZOL	LIN	LINHA DE MÃO	FUNDO	MÓVEL
06	CURRAL	CUR	ARMADILHA	SUPERFÍCIE	FIXA
07	ARTE MANUAL	ARM	ARTE MANUAL	SUPERFÍCIE	MÓVEL
08	PARGUEIRA	PAR	ESPINHEL VERTICAL	FUNDO	MÓVEL
09	PESCADEIRA	PES	REDE DE EMALHAR	FUNDO	FIXA
10	MANZUÁ DE PEIXE	MAP	ARMADILHA	FUNDO	FIXA
11	PARGUEIRA E MANZUA DE PEIXE	PMP	ARTE COMBINADA	FUNDO	COMBINADA
12	ARRASTO PIRAMUTABA	ARP	REDE DE ARRASTO	FUNDO	MÓVEL
13	MANZUA DE LAGOSTA	MAL	ARMADILHA	FUNDO	FIXA
14	REDE DE TAPAGEM	RET	REDE DE EMALHAR	FUNDO	COMBINADA
15	CURRAL E REDE	CRE	ARTE COMBINADA	COMBINADA	COMBINADA
16	PUÇÁ	PUC	ARMADILHA	MEIA ÁGUA	FIXA
17	TARRAFA	TAR	ARTE COMBINADA	FUNDO	MÓVEL
18	MATAPI	MAT	ARMADILHA	MEIA ÁGUA	FIXA
19	REDE E ESPINHEL	RES	ARTE COMBINADA	COMBINADA	COMBINADA
20	ÇAÇOIRA	CAC	REDE DE EMALHAR	FUNDO	FIXA
21	ZANGARIA	ZAN	REDE DE EMALHAR	FUNDO	FIXA
22	ESPINHEL/ATUM	ESA	ESPINHEL HORIZONTAL	SUPERFÍCIE	MÓVEL
23	ESPINHEL/BAGRE	ESB	ESPINHEL HORIZONTAL	FUNDO	FIXA
24	ESPINHEL/TUBARÃO	EST	ESPINHEL HORIZONTAL	FUNDO	FIXA
25	LAÇO/CARANGUEJO	LAC	ARMADILHA	SUPERFÍCIE	FIXA
26	BOINHA/PARGO	BOI	ESPINHEL VERTICAL	FUNDO	FIXA
27	CAIQUE/PARGO	CAI	ESPINHEL VERTICAL	FUNDO	FIXA

Fonte: Cepnor (2004)

Acima, na tabela 4, observa-se que são levados em consideração alguns elementos para a utilização das artes de pesca, como: tipologia, atuação e operação. Algumas com captura de espécies de maior profundidade, outras mais próximas da superfície.

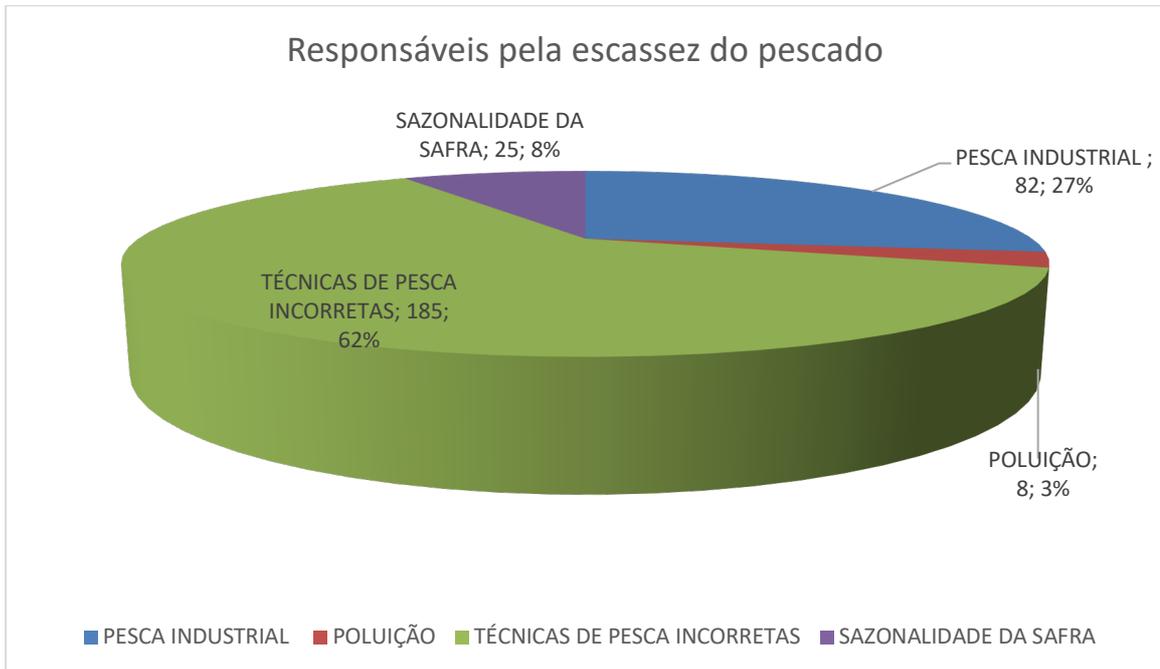
A rede malhadeira usada para emalhe do peixe é também chamada de pescadeira, item 09 (tabela 04), e é a principal forma de captura da pescada amarela. *A Cyniscion acoupa* tem ocorrência em todo litoral brasileiro, é recorrente em águas rasas na costa atlântica da América do Sul e apresenta tolerância para água salobra. Na costa paraense predomina indivíduos entre 51 e 125 cm (MATOS; LUCENA, 2006). A espécie possui baixíssimo grau de descarte, pois tem a carne bastante apreciada, é de alto valor comercial e, principalmente, tem a bexiga natatória utilizada para a produção de emulsificantes e clarificantes (CERVIGÓN, 1993; WOLFF *et al.*, 2000).

Em relação à produtividade da pescada amarela, Belém, Bragança e Vigia correspondem por cerca de 66% dos desembarques do Estado (CEPNOR/IBAMA, 2004). Ressalta-se que não existe nenhuma legislação específica para a captura da *C. acoupa*. A atividade da pesca da pescada amarela representa cerca de 70% da rentabilidade econômica para os municípios do Salgado paraense, como Vigia e São Caetano de Odivelas. Em estudos de 2009, Mourão (2009) relata a dimensão social do sistema de pesca da pescada amarela.

Outro aspecto é a indicação de que cerca de 91% das embarcações utilizavam rede de emalhar como principal apetrecho de pesca e cerca de 6% utilizavam espinhel (sistema de pesca com anzóis), essa arte de pesca praticamente não apareceu no levantamento deste estudo. Um fator que pode ser considerado, de acordo com as entrevistas, é que o espinhel é utilizado para a captura de espécies como gurijuba e uritinga, sendo a primeira proibida a pesca e, posteriormente, colocada em condição de defeso, como indicam as Portarias de nº 445, de 17 de dezembro de 2014, e nº 230, de 14 de junho de 2018, respectivamente. Podem ser fatores considerados para a migração das embarcações para o uso de rede de emalhe, além de a rede de emalhe da pesca, predominantemente, privilegiar a captura da pescada amarela, que não possui qualquer regulamentação em relação a defeso e controle de estoque pesqueiro, sendo ainda o pescado mais rentável entre os demais, considerando o elevado valor de sua bexiga natatória, a grude, a mais cara do mercado.

Em seguida, propõe-se a provocar indagações ao pescador sobre as possíveis alterações em seus habitats de reprodução social, as áreas de pesca. Pondera-se acerca de possíveis dificuldades que a pesca artesanal tem enfrentado; anteriormente, um aspecto relatado foi a insegurança, com assaltos em alto mar e nos rios, contudo, nessa análise, busca-se questionar alguns aspectos que atrapalham a produtividade e a oferta do pescado.

Gráfico 6 – Motivos da escassez do pescado, segundo os pescadores artesanais



Fonte: elaborado pelo autor (2019)

De acordo com o gráfico 06, alguns fatores foram considerados nos formulários propostos aos pescadores artesanais, a partir de sua percepção. A busca foi de tentar compreender alguns indicadores para a possível escassez de pescado em relação às últimas décadas. Os dados apontam que 3% são causados pela poluição ambiental, como lixo jogado em alto mar, plásticos, combustíveis, dentre outros. Cerca de 8% entendem como um processo natural, que a falta de pescado depende da época do ano mesmo. Para outros 27% dos entrevistados, a falta de pescado está ligada à pesca industrial<sup>26</sup>, por sua produção em larga escala e grande produtividade em determinadas situações, como a pesca industrial de arrasto, com a captura de pescados antes da idade reprodutiva, alterando severamente o ciclo natural de reprodução das espécies aquáticas da região.

Outro fator apontado, o principal, foi o uso indiscriminado de técnicas nocivas ao ciclo de reprodução das espécies, que acaba por desencadear sérios problemas para a oferta de pescados na região. As técnicas utilizadas com mais frequência são as chamadas técnicas passivas, que são aquelas que envolvem a captura de outros animais aquáticos por

<sup>26</sup> Conforme a Lei nº 11.959 de 29 de julho de 2009, é a atividade praticada por pessoa física ou jurídica e envolve pescadores profissionais, empregados em regime ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio e grande porte, com finalidade comercial (BRASIL, 2010).

enredamento, aprisionamento ou pescaria com anzol (LAGLER, 1978). As panagens de monofilamento, geralmente posicionadas verticalmente na água, sendo compostas de um cabo superior para a flutuação conhecido como “tralha boias”, e de um cabo inferior, “tralha de chumbos” (HUBERT, 1996).

Outro questionamento que se pondera faz parte da percepção ambiental do pescador artesanal durante a pesquisa. Cerca de 11% dos entrevistados (gráfico 6) atribuíram aos elementos naturais a escassez do pescado na região, como sazonalidade e poluição. Importante perceber que apesar de mais de 70% dos entrevistados (gráfico 2) possuírem baixa escolaridade, eles demonstram clareza de que as más ações sobre o meio ambiente produzem consequências drásticas ao seu cotidiano. Faz-se necessário considerar, também, que cerca de 27% dos entrevistados (gráfico 06) indicaram que a pesca industrial tem invadido seus territórios pesqueiros, provocando o déficit da produção artesanal, corroborando com os dados discutidos no tópico que trata da atuação da pesca industrial na região.

Dentre as proposições hipotéticas desta pesquisa, discute-se a necessidade da caracterização e antropização da pesca artesanal a partir do olhar do pescador, sendo o pesquisador um instrumento para a tradução do fenômeno.

Considerando, ainda, análises pertinentes ao gráfico 7, em que cerca de 52% dos entrevistados apontaram que é necessário urgentemente realizar um seguro defeso da *C.acoupa* (pescada amarela), considerada o principal produto de pesca, corroborado nos estudos de (MOURÃO *et al.*, 2009), que esmiúça todo o circuito produtivo da pescada amarela na região, traçando um panorama descritivo da economia do produto, captura, comercialização e rendimentos aos trabalhadores. Já apontava a ausência de medidas específicas para regular a produção da pescada amarela na região, sugerindo a urgência da regulamentação dessa pescaria, como cadastro das embarcações de pequeno porte, além do controle em tamanho de malhas de rede e a proibição de novas licenças de pesca, dado o alto grau de exploração da espécie.

Outro aspecto abordado no formulário é a busca por um panorama acerca de algumas perspectivas de melhoramento da pesca artesanal e projeções. Foi perceptível a insatisfação em alguns pontos durante as entrevistas, externadas, principalmente, pelos pescadores braçais, os chamados de “peões”, que geralmente recebem a menor remuneração entre os pescadores. Foi feita a seguinte pergunta: o que pode ser feito para melhorar a situação da pesca e dos pescadores artesanais de Vigia-PA?

O gráfico 07 (abaixo) revela as percepções por quem vivencia cotidianamente a ausência de assistência institucional por parte dos órgãos públicos, de acordo com os dados

apresentados. Em torno de 8% relataram a ausência de políticas públicas, como o levantamento de dados censitários, especificamente desses indivíduos, para entender mais profundamente sua realidade social. Cerca de 9% apontam que existe a falta de controle de licenças de pesca e que muitos operam sem nenhuma documentação, nem sequer de propriedade das embarcações, aumentando deliberadamente o quantitativo de embarcações, refletindo na produção desenfreada, além da dificuldade de fiscalização da atividade.

Gráfico 7 – Melhoria das condições da pesca artesanal



Fonte: elaborado pelo autor (2019)

Além disso, 17% reclamam da ausência da regularização das carteiras de trabalho, ou da carteira de profissional da pesca, sendo um futuro empecilho para o cadastro em programas de assistência governamental. Por volta de 14% opinaram que devem ter remuneração melhor do que seus atuais ganhos, tendo sérios problemas de condições mínimas de sobrevivência.

Por fim, a maioria, 52%, opinou que é de caráter de urgência se criar um seguro defesa para as espécies mais ameaçadas, como guriuba e pescada amarela; contudo, ressaltam que isso deveria ser planejado pelo poder público, dada a complexidade da cadeia produtiva da atividade.

Algumas variáveis levantadas em estudos anteriores apresentam drásticas transformações no que tange à capacidade de produção, estrutura e relações de trabalho para a

captura da pescada amarela. A pesca artesanal, como apontada ao longo do estudo, tem promovido profundas transformações, a intensificação da exploração da pescada amarela, por exemplo, pode ser atrelada a esse processo. Adiante, veremos o aumento vertiginoso na proporção da tonelagem de armazenamento das embarcações, dias no mar e aumento do material de pesca, além do tímido processo de mecanização da atividade, mas em curso. Na classificação a seguir, fornecida por dados do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha no Norte (CEPNOR), nota-se que, desde 2005, perdura uma classificação de tamanho e capacidade de barcos artesanais que ficou “engessada” no tempo e não corresponde mais à realidade da pesca artesanal, como a classificação de tamanhos de embarcações, que requer um novo estudo, como novos parâmetros e análise. Para tanto, adiante, trago na tabela 5 uma breve análise dos tamanhos de embarcações, capacidade e autonomia, com maiores recorrências na microrregião do Salgado paraense; posteriormente, cruzarei esses dados com informações coletadas na pesquisa, evidenciando a defasagem da classificação do CEPNOR, além da carência de pesquisas mais recentes acerca desse processo.

Tabela 5 – Tamanhos de embarcações recorrentes nos municípios da Microrregião do Salgado

Município	Tipo do barco (%)				Capacidade Estocagem (kg)	Autonomia viagem (dias)	Propulsão (HP)	Tamanho da rede (m)	Tamanho Malha (mm)
	CAN	CAM	BPP	BMP	$\bar{x}$ (DP)	$\bar{x}$ (DP)	$\bar{x}$ (DP)	$\bar{x}$ (DP)	
Augusto Corrêa	14,3	28,6	42,8	-	1.506 (1.052)	7,5 (4,28)	16,2 (4,47)	1.050 (803)	40 – 70
Bragança	8,7	4,3	13,0	74	23.250 (16.235)	22,2 (11,4)	146,5 (135)	2.973 (2.100)	70 – 180
Curuçá	6,6	13,4	73,4	6,6	3.115 (1.616)	9,5 (7,23)	23,0 (12)	1.516 (1.459)	50
São Caetano de Odivelas	0	23,5	64,7	11,8	2700 (1.358)	6,4 (2,9)	24,0 (11)	1.590 (922)	90 – 200
Vigia	0	10,5	21,0	68,5	18.147 (12.264)	20,2 (7,47)	93,7 (54,8)	3.711 (1.703)	180 – 200

Fonte: Adaptada de Mourão *et al.* (2009)

Nessa classificação, estabeleceu-se uma subdivisão entre as embarcações da pesca artesanal na região, como: (CAN) canoas, (CAM), canoas motorizadas ou chamadas popularmente de “rabetas”, (BPP) barcos de pequeno porte e (BMP) barcos de médio porte. Nas variantes apresentadas em Mourão *et al.* (2009), o tamanho das redes de pesca, em Vigia-PA, apresentou em média de 1500 a 3000 mil metros de comprimento (cerca de mil “braças) de rede, no caso da pescadeira, com malhas entre 18 a 20 cm de diâmetro. A proporcionalidade de tamanho da embarcação relacionada à extensão ou comprimento da rede

de emalhar não é uma regra. Para a pesca artesanal de pequeno e médio porte, isso é válido; porém, para as embarcações artesanais (não incluídas na tabela 5) de grande porte, isso não ocorre, pois existem outros fatores que se sobressaem; com a mecanização da atividade, o tamanho da embarcação não é mais sinônimo de produtividade. Veremos mais sobre isso adiante. Por isso, aponta-se os Parâmetros de embarcações (CEPNOR/IBAMA): Montaria (MON): embarcação movida a remo, casco de madeira de pequeno porte; Canoa (CAN): embarcação movida à vela ou a remo e vela, sem convés ou com convés semifechado, com ou sem casaria, com quilha; Barco de pequeno porte (BPP): embarcação movida a motor, com ou sem vela, casco de madeira, convés fechado ou semifechado, com ou sem casaria, comprimento entre oito e 11,99 m; Barco de médio porte (BMP): embarcação movida a motor, com ou sem vela, casco de madeira ou ferro, com casaria, convés fechado, comprimento  $\geq 12$  m. Contudo essa classificação não engloba os barcos artesanais de grande porte, o limite máximo são as embarcações de médio porte, de até 12 metros.

Para tanto, apresenta-se a seguir uma classificação de embarcações artesanais de maior frequência em Vigia-PA, com parâmetros pensados pelos próprios pescadores, levando-se em consideração, principalmente: área de pesca, tamanho de rede, autonomia de pesca, arte de pesca, quantidade de tripulantes e tonelagem de estocagem, evidenciando-se a heterogeneidade das embarcações para além do tamanho e do motor utilizado, como a classificação do CEPNOR. Entretanto, as categorias de montarias e canoas assemelharam-se em ambas análises.

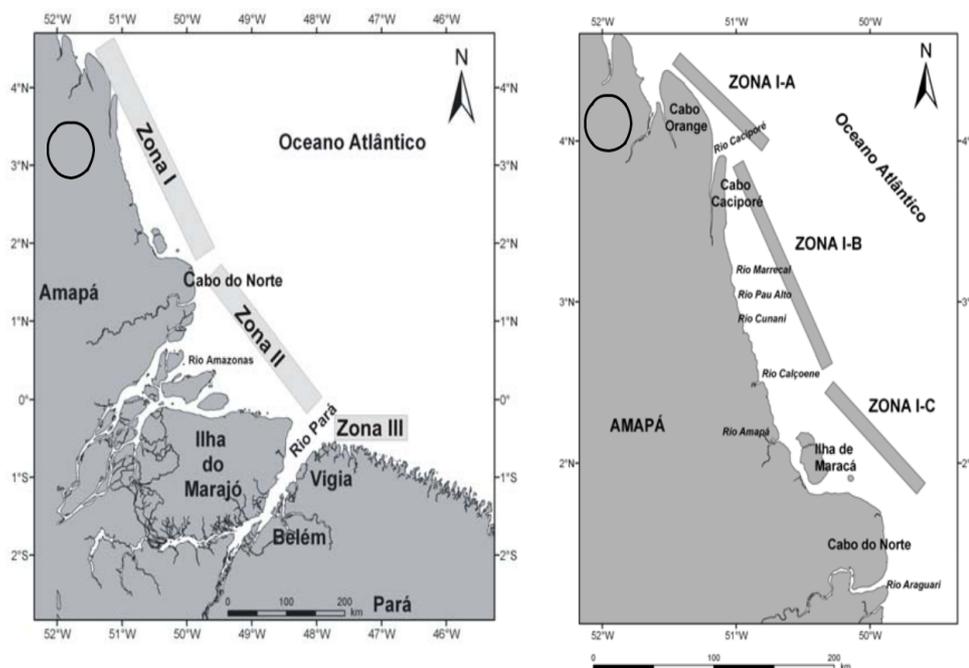
#### 4.2.1 Categorização da pesca artesanal, de acordo com os pescadores artesanais de Vigia-PA

As áreas de atuação da pesca artesanal são diversificadas e exploradas conformes as técnicas utilizadas, tamanho da embarcação e tipo de rede. Os estudos de Maneschy e Escallier (2002) indicam que os pescadores artesanais atuam em 3 grandes zonas: próxima à baía do Marajó, no estuário do rio Amazonas e na Costa do Amapá, na fronteira com a Guiana francesa.

Os territórios de pesca dessas categorias são próximos ao porto; além disso, essa pesca é realizada durante o ano todo. Os pescadores artesanais possuem seus próprios pontos de pesca ou territórios de pescas, herdados hereditariamente, de forma oral, dado o alto grau de proximidade entre os indivíduos, sem qualquer formalidade, corroborando o que afirma Begossi (2006), que traz apontamentos acerca das *áreas de pesca* ou *pesqueiros*, construídas

de forma simbólica e cultural por esses grupos. Dessa forma, “o pescador é sempre resultado de várias gerações, de ancestralidades corporificadas em suas técnicas (manejos, das águas, de armadilhas e do barco) ” (RAMALHO, 2012, p. 19). O domínio dos territórios de pesca é apontado por Ramalho (2012) como *conhecimento patrimonial*, e a diversidade dos apetrechos utilizados, como materialidade dessa racionalidade experimental do território, referindo-se à existência de uma *ciência da pescaria*, em referência à ciência do concreto de Lévi-Strauss<sup>27</sup>, e do conhecimento produzido de forma tangível à realidade dos sujeitos locais.

Figura 6 – Figura ilustrativa de áreas de pesca que se estendem da Costa do Amapá ao Salgado Paraense



Fonte: Adaptado de Mourão *et al.* (2007)

#### 4.2.1.1 Pesca do vai e volta

Esse tipo de pesca passa pela pesca mais cotidiana ligada, prioritariamente, ao consumo do mercado interno, utilizando técnicas mais rudimentares, podendo compor essa categoria: extrativistas de mariscos, montarias, rabetas motorizadas, pequenas embarcações (bandeiradeiros), pescadores de pratinhas e pequenas geleiras. Essas embarcações são classificadas pelos pescadores artesanais geralmente de acordo com o tamanho (tonelagem). Em média, seus tamanhos variam entre 2 a 4 toneladas, podendo pescar com rede de emalhar

<sup>27</sup> LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. São Paulo: Editora da USP, 1970.

ou ainda com anzóis específicos para a pesca do bandeirado, principalmente, abastecendo o mercado local, ou ainda vendendo sua produção para atravessadores e peixeiros, que comercializam em outros estados ou na capital. Na figura 7 (abaixo), percebemos pequenas embarcações de tamanhos variados. Na pesca do “vai e volta”, predominantemente, os pescadores saem de madrugada e retornam no fim do outro dia. Essas pequenas embarcações, quando não possuem urnas de estocagem para o pescado, levam geleiras para a conservação do peixe fresco; além disso, possuem baixa rotatividade de capital, como “despesa” de custos para a partida ao mar.

Ressalta-se que esse tipo de pescaria possui bastante relação de parentesco e compadrio entre os indivíduos, geralmente pelo curto período de viagem, basicamente sendo composta por pescadores moradores da cidade, com baixa inserção de pescadores de outros municípios.

Figura 7 – Montarias, rabetas e embarcações de pequeno porte.



Fonte: elaborado pelo autor (2019)

Essas embarcações trabalham em parceria, envolvendo baixa utilização de técnicas sofisticadas, mas com grande aplicabilidade de saberes sobre marés, fluxos de correntezas e salubridade da água, por exemplo. Não se utiliza aparelhos mecanizados nessas condições, os indivíduos necessitam ter os sentidos mais apurados para perceber os indícios que a natureza oferece. Exemplificando: se houver muita sardinha do estuário, naturalmente terá a presença

de outros peixes maiores, chamam esse fenômeno de “comidia” dos peixes, são indicadores para a pesca de outras espécies.

Não existe uma necessidade de conservação mais extensa do pescado, sobretudo porque a denominação “vai e volta” configura-se pelo fato de passarem aproximadamente 1 ou 2 dias da saída ao retorno ao porto para a comercialização do que foi capturado, com a partilha da produção entre os pescadores braçais e o proprietário da embarcação.

#### 4.2.1.2 A pesca da baliza

Essa pesca tem o segmento mais avançado em relação à anterior, com embarcações de pequeno e médio porte, com autonomia de pesca, em média, de 3 a 10 dias, com tripulação em torno de 5 a 6 pessoas, divididas entre encarregado (mestre), cozinheiro, gelador e peão. A estocagem de pescado varia de 3 a 8 toneladas de capacidade, em média. Essa pescaria privilegia o uso das redes malhadeiras para a captura de espécies como pescada amarela, gurijuba, corvina, gurijuba, bagre e cará, dentre outras.

A pescada amarela é a espécie mais procurada, pelo alto valor comercial, sendo o carro-chefe da produção, assim como nas demais subdivisões adiante. Já se pode perceber a inserção de aparelhos e apetrechos de pesca mais sofisticados, como rádio VHF, máquina de puxar rede, além do comprimento da rede que, em média, vai de 800 a 1500 braças (1220 - 2250 metros de extensão). As embarcações também atuam na zona III, representada na figura 08 (abaixo), abarcando principalmente as áreas de pesca nos limites entre Vigia e São Caetano de Odivelas, que denominam como baliza, malvinas, canal da areia e espartate, próximo ao município de Curuçá-PA.

Figura 8 – Barco de pesca da baliza 1



Fonte: elaborado pelo autor (2019)

Podemos perceber que mesmo essas embarcações de médio porte já possuem mecanização, como as “máquinas de puxar” de rede, que aparecem nas imagens 8 e 9, alocadas na proa (parte frontal) das embarcações, fazendo com que a tripulação não precise mais “puxar” a rede do mar; contudo, a tripulação faz outros serviços de desmalhe do peixe da rede, conserto de rede, “gelar” o peixe, secar grude, dentre outros.

Figura 9 – Barco de pesca na baliza 2



Fonte: elaborado pelo autor (2019)

#### 4.2.1.3 A pesca do canal do navio

Sua caracterização basicamente é parecida com a pesca da baliza, no entanto, a capacidade de estocagem passa a ser, em média, de 6 a 15 toneladas de capacidade de estocagem. A tripulação varia de 5 a 10 pessoas, utiliza GPS (Global Position System), rádio VHF, máquina de puxar rede, fixada da parte dianteira (proa) da embarcação, agilizando e facilitando a quantidade de vezes que se pode jogar a rede na água (redar). Em média, a autonomia dessas embarcações possui capacidade para pescar por até 20 dias.

Sua área de atuação, que está na zona III (abaixo), vai do que os pescadores denominam como Ponta do canal Maguari até a foz do rio Amazonas. Nessa faixa, predominam espécies como pescada amarela, gurijuba, camorim, dourada e peixes com maior suscetibilidade e ocorrência de água doce. A extensão das redes malhadeiras varia de 1500 braças a 4000 mil braças de rede (2250 – 6000 mil metros de comprimento), com grande capacidade de produção no período de safra. Possui maior rentabilidade do que as categorias antes demonstradas, por conta da maior produção e seletividade da captura.

Figura 10 – Barco de pesca no canal do navio



Fonte: elaborado pelo autor (2019)

#### 4.2.1.4 A pesca do Norte

Para muitos pescadores artesanais, a pesca do Norte é um tipo de pesca pré-industrial, sua capacidade produtiva vai muito além das outras, podemos ramificá-la em 2 segmentos: as de barcos de gelo<sup>28</sup> e os barcos frigoríficos<sup>29</sup>. O primeiro são embarcações de menor porte, com menor autonomia, quantitativo de tripulação, insumos e apetrechos. Apesar de atuar na mesma área de pesca, sua capacidade produtiva é reduzida pelas limitações de conservação de pescado. A própria forma de divisão dos dividendos do trabalho também é diferenciada, já que nesta a divisão é feita de acordo com a produção. Os barcos de gelo, geralmente, são barcos de médio porte e tem como principal vantagem o ciclo de viagem mais rápida, podendo fazer 1 viagem a cada 2 meses.

No que diz respeito à divisão do trabalho, notamos que ela obedece a uma lógica local: encarregado (mestre), motorista (mecânico em alto mar), gelador e tripulantes. A repartição dos dividendos<sup>30</sup> é realizada da seguinte forma: em torno de 50% da produção bruta é destinada ao proprietário da embarcação, sendo que esse custeia a manutenção da embarcação e dos materiais de pesca, os outros 50% são divididos em partes entre os demais, conforme a produção da viagem. Além disso, utilizam redes malhadeiras com extensão de 3000 a 5000 mil braças (4500 – 7500 mil metros) de comprimento, seguindo um padrão de 4 a 6 metros de largura; essas redes pescam em águas rasas, que vão de 12 a 18 metros de profundidade.

Já a pesca dos barcos frigoríficos, que não aparece na classificação do CEPNOR/IBAMA, são embarcações com média de 20 a 30 metros de comprimento, de proa a popa, com alta capacidade de estocagem e grande autonomia de pescaria (de até 100 dias no mar). Sua tripulação é dividida da mesma forma que a dos barcos de gelo, contudo o quantitativo é maior, podendo chegar a 30 ou 40 indivíduos trabalhando simultaneamente. O que chama atenção é que as embarcações chamadas de piolho<sup>31</sup> utilizam o mesmo material de pesca, com tamanho igual ou superior ao barco frigorífico. A extensão da rede malhadeira varia de 4500 a 7500 mil metros, em média. Pode um barco frigorífico ser acompanhado por 1

---

<sup>28</sup> Embarcações de madeira com espaço de armazenamento de gelo para o estoque do pescado, em média de 20 a 40 toneladas de capacidade, com autonomia de 30 a 35 dias no mar.

<sup>29</sup> Embarcações de madeira, com gerador e maquinário apropriado para congelamento do pescado a bordo, em média com capacidade de estocagem de 40 a 70 toneladas de pescado, com autonomia de até 100 dias no mar.

<sup>30</sup> Mesmo o trabalho não possuindo uma proposição econômica, busca-se ilustrar a dinâmica da atividade.

<sup>31</sup> Embarcações auxiliares de tamanho médio de 10 a 20 metros, que pescam para o barco frigorífico. Mesmo sendo menores, possuem o mesmo ou maior poder de produtividade.

a 5 piolhos, e mesmo com todo esse poderio tecnológico, inseridos rádio VHF, GPS e Sonares marítimos, passam em torno de 3 meses no mar para obter uma produção satisfatória.

Nesse segmento, não se utiliza mais a repartição dos dividendos por produção, apenas para encarregado e proprietário. Os tripulantes recebem um valor estabelecido por viagem, independentemente da produção. Dentre os tripulantes, existe a divisão entre partes: o gelador (quem arruma o peixe congelado, empilhando-o e ensacando-o), o motorista e o contramestre (subordinado do encarregado), sendo que estes dois últimos recebem valores maiores por seu grau de responsabilidade ser proporcional. Suas áreas de pesca são principalmente a zona I, com frequência nas zonas I-A, I-B e I-C, da figura 11 (abaixo).

Figura 11– Barco do norte/barco de gelo



Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Figura 12 – Barco do norte/barco frigorífico



Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Os barcos frigoríficos possuem especificidades de produção, mesmo sendo enquadrados na categoria de artesanal. Todavia, sua produtividade assemelha-se a algumas embarcações industriais por alguns fatores, como: as tecnologias utilizadas de aparelhamento de posicionamento geográfico e sonares que detectam os cardumes. As redes malhadeiras são confeccionadas manualmente, contudo, com materiais já produzidos industrialmente, com panos de redes chamados de panagens<sup>32</sup>, que são entalhadas<sup>33</sup> em cabo de nylon plástico e poliéster, com chumbo ateados ao longo de duas braças e meia, com peso de 300 gramas cada. Além da extensão da rede, ela passa, em média, 4 horas na água, com 3 horas de embarque ao convés, tendo uma dinâmica mais comercial e de grande escala em relação às demais.

Os barcos auxiliares, piolhos, que se apresentam nos barcos de gelo, chegam a 2, e nos barcos frigoríficos, chegam a 4, 5 e 6, em média; com alta capacidade produtiva e mesma autonomia e produtividade do barco frigorífico. Não armazenam pescados em estocagem, após a captura repassam o pescado ao barco frigorífico, que funciona como uma espécie de “barco-polo”, para os devidos fins de armazenamento da produção (figura 13).

<sup>32</sup> Panos de redes produzidos industrialmente, com comprimento de aproximadamente 100 metros.

<sup>33</sup> Consiste em emendar os panos de rede atadas ao cabeamento, que varia de 12 a 16mm, com chumbos de 300g distribuídos a cada 3,5 metros.

Figura 13 – Barco-bote/piolho



Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Em muitos estudos, não se percebeu a existência dos botes ou barco piolho, como se só fossem consideradas as classificações do IBAMA/CEPNOR. No entanto, neste estudo, ressalta-se as profundas transformações desses barcos, de acordo com as entrevistas, conversas com os pescadores e com minha própria vivência. Há cerca de 15 anos, aproximadamente, essas embarcações não possuíam tamanho maior do que 7 ou 8 toneladas (parâmetro de tamanho, segundo os pescadores), levavam em média 2 mil braças de rede para o mar, junto ao barco maior que armazena os peixes, e pouca ou quase nenhuma embarcação usava frigoríficos para congelamento a bordo; contudo, com a necessidade do aumento de dias no mar, aumentando de 30 para 100 dias, e dado o aumento significativo de armazenamento, passou-se a usá-lo.

Os botes/piolhos foram aumentando o seu tamanho para maior comodidade e autonomia no mar, tendo barcos de até 15 toneladas, aproximadamente; ou seja, quase que dobraram de tamanho em relação a décadas atrás. Além disso, o tamanho da rede de emalhe aumentou mais que o dobro, antes, em média 2 mil braças, agora, de 4 a 5 mil braças. Por isso a proposição de que sua produtividade se equivale ao barco-polo (frigorífico), que leva a mesma quantidade de rede em seu convés.

Entretanto, algumas readaptações técnicas na pesca artesanal foram percebidas neste estudo, não entrando no mérito da discussão do que seria tecnologia no seu sentido ontológico. Novas técnicas e formas de produtividade não se restringem mais ao tamanho das embarcações, como se os barcos menores produzissem menos que os maiores, há algumas

décadas, essa regra era válida, atualmente, deve ser relativizada em referência aos barcos/piolhos e aos barcos-polo.

Nesse sentido, destaca-se neste estudo que a produtividade da pesca estuarina vai para além da capacidade técnica dos instrumentos, de barcos e apetrechos, uma vez que são necessários saberes inerentes aos territórios pesqueiros. No decorrer desta pesquisa, adiante, pretende-se demonstrar indícios de como esses saberes do pescador artesanal podem transformar suas práticas na execução da pesca, sem que isso seja fruto de uma espécie de política governamental ou ainda institucional, e sim um rearranjo “encontrado” pelo próprio pescador artesanal como forma de sobrevivência às pressões da pesca industrial em seus territórios de pesca.

Segundo Santos e Bastos (2007, p. 54), “o local acaba sendo forçado pelo progresso tecnológico a ‘reagir’ às necessidades impostas pela mudança econômica introduzida no âmbito produtivo da economia”. Nessa perspectiva, tanto o mercado, como foi percebido na migração da arte de pesca de espinhel para rede de emalhar, quanto a pressão de escassez nos pesqueiros, provocaram as transformações nas artes de pesca.

Figura 14 – Barcos-botes/piolhos



Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Na figura 14 (acima), tem-se em torno de 4 a 5 botes/piolhos, que pescam para uma única embarcação, todos com máquinas mecanizadas para puxar redes, além de buscarem produzir mais em menos dias possíveis. Na figura 15 (abaixo), visualiza-se pescadores

embarcando a rede de pesca numa abertura. Outro aspecto a ser considerado, na construção dos saberes tradicionais dos pescadores, é o uso do corpo, “fazer-se pescador é, gradativamente, adquirir consciência cada vez mais sofisticada do próprio corpo” (RAMALHO, 2011, p. 316). A maioria desses tipos de botes/piolhos não possui urnas de gelo, já que repassam as capturas ao barco-polo para o congelamento. Esses barcos também contam com “encarregados”, subordinados às ordens do “encarregado” do barco-polo, obedecendo a ordens de onde e quando redar, mesmo possuindo relativa autonomia para pescar também.

Figura 15 – Tripulantes de barco-polo/frigorífico



Fonte: elaborado pelo autor (2019)

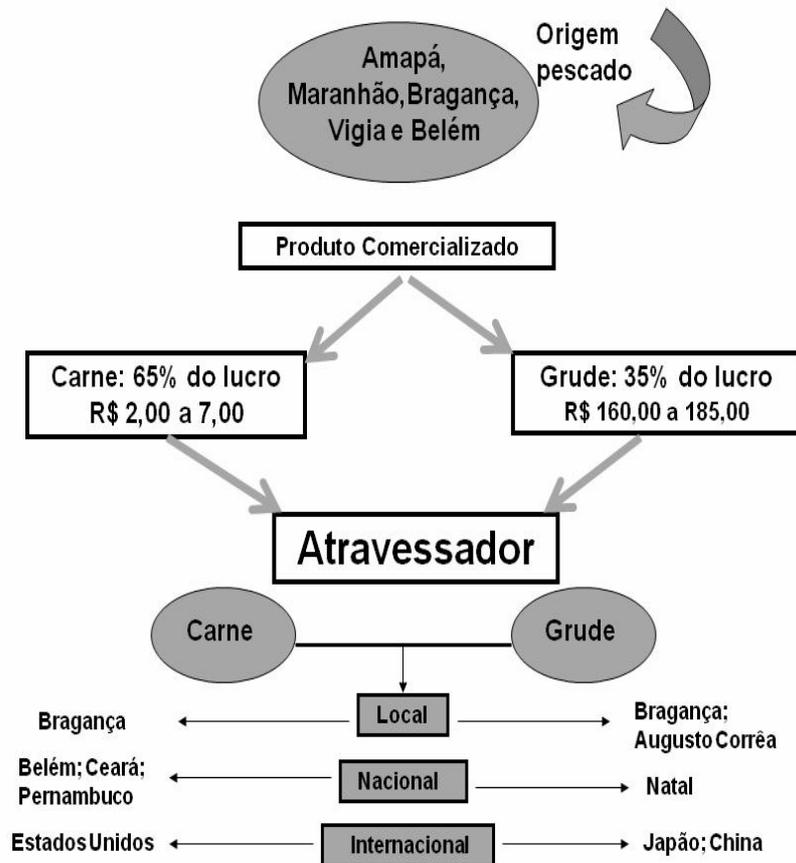
Figura 16 – Sistema de refrigeração do barco-polo/frigorífico



Fonte: elaborado pelo autor (2020)

O principal produto de captura é a pescada amarela, *C. acoupa*, que corresponde a maior parte da produção dessas embarcações pelo elevado valor comercial, já comentado anteriormente. Em estudos na região do Salgado, Mourão *et al.* (2009) pondera que 94% dos pescadores do município vigiense capturam pescado em regiões da divisa com a costa do estado do Amapá. Nessa análise, feita no ano de 2009, a venda da carne da pescada amarela representava 65% da produção, e a bexiga natatória (grude), cerca de 35% da receita das embarcações. A proporção de a cada 10 peixes de grande porte, 10kg cada, possui um rendimento proporcional de 1kg de grude. Na época do estudo, demonstrava-se detalhadamente o circuito de transição de sua comercialização, desde a captura até a exportação. Vide o estudo de Mourão *et al.* (2009, p. 504).

Figura 17 – Esquema de comercialização da pescada amarela



Fonte: adaptado de Mourão *et al.* (2009)

O estudo, realizado com cunho mais econômico, demonstra alguns apontamentos da dinâmica e territorialidade da distribuição da produção. De acordo com as pesquisas de campo desenvolvidas já em 2019, existe um vertiginoso aumento do preço médio do produto da carne da *C. acoupa* e de sua bexiga natatória, a grude. Em comparações realizadas com o estudo anterior, pode-se ensejar alguns novos dados.

A figura 03 aponta que o preço médio da carne da pescada amarela, *C. acoupa*, girava em média de R\$2,00 R\$7,00, e a grude em torno de R\$160 a R\$185. O peixe possui uma classificação de durabilidade, podendo ser considerado bom<sup>34</sup> ou fraco<sup>35</sup>, numa forma de peneirar os melhores pescados, correspondendo ao seu valor, podendo ser comercializado em torno de R\$15,00, mais que o dobro de 2009.

<sup>34</sup> Pescado em perfeito estado de conservação e aproveitamento.

<sup>35</sup> Pescado com seu estado percebido comprometido, porém, é reaproveitado com a retirada da parte que não está em bom estado, utilizando as porções do pescado ainda “aproveitáveis”, segundo os pescadores e peixeiros.

A mudança mais considerável em relação aos preços é a bexiga natatória, a grude, que dependendo do tamanho e da gramatura (peso), pode chegar ao valor de R\$2.500,00, variando de preços de acordo com esses fatores. A grude da pescada amarela é a mais valiosa e rentável entre todas as outras espécies de peixes da região.

Como indicado, mesmo sem a pretensão de descrição econômica da atividade, essas considerações são pertinentes à dinâmica e à viabilidade da pesca da pescada amarela para as categorias de pesca supracitadas. As análises dos próprios pescadores artesanais são consideráveis para a elaboração de tais classificações. A rede malhadeira, como já foi elucidado acima, é a principal técnica de captura de peixe da região, pautando-se na pesca artesanal.

#### 4.3 Resultados e discussões das entrevistas e narrativas orais

Utilizou-se como instrumento para a sistematização dos saberes da tradição, impressos nas narrativas orais, a “Malha de Saberes”, método de justaposição e comparação das narrativas orais dos usuários da tradição (fala dos pescadores, através das entrevistas) com os conceitos da tradição científico-acadêmica. Este instrumento metodológico é oriundo do grupo de pesquisas Colaboratório de Interculturalidades, Inclusão de Saberes e Inovação Social (COLINS/UFPA), elaborado a partir de proposição do coordenador do grupo, Prof. Dr. José Guilherme dos Santos Fernandes, e se constitui em uma tecnologia social que inclui no discurso científico o saber da tradição oral, em perspectiva de diálogo e inclusão de saberes. O instrumento é assim constituído:

- 1) TEMA: é o recorte do assunto destacado para ser tratado em comparação com o conhecimento científico. Em princípio aleatória, a escolha do recorte temático está baseada na organização discursiva e, conseqüentemente, epistemológica subjacente à narrativa oriunda da entrevista. Quem determina os diversos temas implícitos na narrativa do usuário do saber tradicional é o pesquisador, mas considerando-se irrestritamente o que foi abordado pelo narrador;
- 2) NARRADOR: é o protagonista da voz narrativa, isto é, do saber da tradição oral, no caso os pescadores entrevistados. A escolha do narrador se dá segundo o reconhecimento, por seus pares, de ser ele o portador mais fidedigno do saber coletivo perquirido, com experiência na prática e/ou manifestação da cultura local, e com destreza oratória para ser o porta-voz da comunidade;

- 3) FRAGMENTOS (DA NARRATIVA)<sup>36</sup>: recortes da narrativa (lexias) em que fica patente o exemplo do tema abordado, em que há a explicitação da opinião e/ou do foco narrativo de quem participou, direta ou indiretamente, da experiência relatada como ilustração ao assunto retratado, demonstrando o protagonismo do narrador quanto à ação, referendando sua autoridade e legitimidade;
- 4) CONCEITOS: citações quanto ao conhecimento científico relacionado ao tema tratado, e que corrobora a narrativa (fragmentos) apresentada. O saber tradicional disposto pelo narrador é “traduzido” pelo comparativismo ao saber científico, constituindo-se em processo de etnotradução, em que há a ampliação da informação primeira, do narrador, mediante referências a conceitos e teorias de base acadêmica;
- 5) REFERÊNCIAS: indicação de outras fontes possíveis de consulta, com a finalidade de alargamento e diálogo dos saberes apresentados, mediante fontes bibliográficas, imagéticas, audiovisuais e afins.

Dessa forma, apresentam-se narrativas de 3 indivíduos, os entrevistados 1, 2 e 3, mestres de pesca, que colaboraram com suas falas, experiências e práticas acerca da pesca na região. Ressalta-se que demonstraram grande satisfação em poder contribuir para a pesquisa, com seus saberes acumulados ao longo do tempo.

Esse modelo metodológico pode ser um caminho/possibilidade de inovação social, na busca da tradução dos saberes dos povos locais, dialogando com os saberes da academia. Foram construídas 3 malhas de saberes, cada uma com temas diversificados, entrelaçando os as narrativas com os conceitos da literatura existente, dialogando e aproximando os saberes.

---

<sup>36</sup> Na transcrição do oral das entrevistas para a apresentação escrita das mesmas, utilizou-se o modelo de transcrição utilizado pelo grupo de estudos e pesquisas COLINS/UFPA, já referenciado. Ele está baseado em Fernandes (2005; 2011), considerando-se o seguinte: “em relação aos textos orais, advindos das entrevistas, procurei dar um tratamento grafemático em sua transcrição, ou seja, não fiz transcrição fonológica, mas utilizei prioritariamente a norma da escrita, realçando, ocasionalmente, uma pronúncia ou outra em particular, como meio de destacar a origem social e espacial do narrador. Utilizei, via de regra, a categoria narrador para os entrevistados, pois trabalho com a narratologia, e nesta quem conta uma história é um narrador. Também, em relação ao oral, como maneira de dar igual importância à origem do oral ou do escrito. As vozes do narrador/entrevistado e do pesquisador/entrevistador devem ser marcadas distintamente no texto. Utilizei a fonte CAMBRIA na escritura de meu texto monográfico, mas no caso da transcrição da narrativa do entrevistado alterou-se a fonte para Lucida Handwriting, pois outro destaque deve ser dado ao texto de gênese oral, ou seja, procurou-se ressaltar a procedência diversa dos discursos presentes — cultura escrita e cultura oral — para chamar atenção que estamos face a um saber da ciência e outro da experiência. A opção por esta fonte no discurso oral é em decorrência dela simular, por seu caráter mais cursivo, o manuscrito, que em meu entender está mais próximo do corpo, como a voz, sem intermediação de instrumentos mais mecânicos, como o computador. Como referencial metodológico-filosófico utilizei a história cultural e social, a análise do discurso e a narratologia” (FERNANDES, 2011, p. 7).

A escolha, adiante, vem corroborar com a pesquisa no seu aspecto qualitativo, uma vez que essas três narrativas, representam os saberes acumulados, aproximando e ratificando proposições levantadas nos dados quantitativos (formulários). Sendo assim, as malhas de saberes buscam especificações da quantificação, que foram apresentadas nos formulários anteriormente. Em suma, de uma cronologia do geral para o particular, desembocando nas análises das narrativas, mais amiúde.

A malha 1, construída junto a entrevistado 1, chamado de Seu Cícero, 58 anos ou conhecido como “Seu Maçarico”, engloba os temas relacionados a: PRODUÇÃO, TERRITORIALIDADE e INSTRUMENTOS.

A malha 2, foi construída junto ao entrevistado 2, o senhor Élio Fernandes, 61 anos, abarca os temas referentes: SABER-FAZER, CONHECIMENTOS HEREDITÁRIOS e INSTRUMENTOS.

A malha 3, elaborada junto ao senhor Raimundo, 63 anos. Compreende os temas relacionados a: CONHECIMENTO DA NATUREZA, TRANSFORMACÕES NA PESCA ARTESANAL e CORPORALIDADE.

Quadro 3 – Malha de Saberes 1

TEMAS	NARRADOR (ENTREVISTADO)	FRAGMENTOS	CONCEITOS	REFERÊNCIAS
1- PRODUTO/PRODUÇÃO	Seu Cícero Carneiro <sup>37</sup> , conhecido como Seu Maçarico, 58 anos. (Entrevistado 1)	<i>“Pescada, corvina, cará, gurijuba, camurim, cação, que até tá dando pouco e o que pintar mais. Mas a pescada amarela é o peixe que nós queremos</i>	“A pescada amarela é um importante recurso pesqueiro para a economia da região Norte, sendo capturada nas regiões da plataforma continental, sob fundos de sedimento fino, em profundidades	MOURÃO, K. R. M.; FRÉDOU, F. L.; ESPÍRITO SANTO, R. V.; ALMEIDA, M. C.; DA SILVA, B. B.; FRÉDOU, T.; ISAAC, V. Sistema de produção pesqueira pescada amarela – Cynoscion acoupa Lacèpede (1802): um

<sup>37</sup> Pescador artesanal do estuário.

		<i>mais, a grude dela ajuda muito”</i>	de aproximadamente 20m” (MOURÃO et al., 2009)	estudo de caso no litoral nordeste do Pará – Brasil. Boletim do Instituto de Pesca, v. 35, n. 3, p. 497-511, 2009.
2- TERRITÓRIO DE PESCA E ESPACIALIDADE	Seu Cícero Carneiro, conhecido como Seu Maçarico, 58 anos.	<i>“Pesco lá pela Ponta do Jipioca, Ponta do Maguari, te falo até a latitude 2 grau com 04 com 49, vou até a boca do Calçoene em 2 grau com 37 com 48, são meus tabaco.. risos...essa área de mistura de água não é fácil pescar, tem época do ano em que água doce é forte, e tem época do ano que dá mais água salgada, aí tem que saber pescar</i>	A costa estuarina composta por diversos manguezais, ecossistemas, reúne elementos enriquecedores para a oferta de pescados, com sazonalidades específicas em determinadas épocas do ano, rica em matéria orgânica (ISSAC et al., 2006)	ISSAC, V. J. Exploração e manejo dos recursos pesqueiros do litoral amazônico: Um desafio para o futuro. Ciência e Cultura (SBPC), Brasil, v.58, n. 3, p. 33-36, 2006.

		(...)		
3- INSTRUMENTOS	Seu Cícero Carneiro, conhecido como Seu Maçarico, 58 anos.	<i>“Fui aprendendo com o tempo mesmo, eu era curioso, aprendi vendo os outro faze. Hoje pesco de rede grossa, a malhadeira pescadeira mermo (...) risos..</i>	A frota de rede de emalhe sofre efeitos sazonais e o resultado significativo das interações entre ano e semestre indicam que há uma variação no padrão de captura semestral, que pode estar relacionado com a dinâmica da mistura de águas doce e marinha que varia anualmente conforme a vazão do rio Amazonas (Barthem, 1985)	Barthem, R. B., Schwassmann, H. O. Amazon river influence on theseasonal displacement of the salt wedge in the Tocantins river estuary, Brazil, 1983 - 1985. Boletim Museu. Paraense Emilio Goeldi. sér. Zool., 10(1) (1994).

Fonte: COLINS (2019)

Os dados apresentados abordam a narrativa coletada do senhor Cícero, conhecido como seu Maçarico (entrevistado 1), com vasta experiência de pesca no estuário. Em entrevista, diversas falas foram absorvidas e são basilares para as análises das narrativas orais, entrelaçando-se com os dados quantitativos do capítulo anterior. No quadro 3, “Seu Maçarico” indica os principais pescados, assim como os de maiores valores para a atividade; aponta que a pescada amarela é o principal pescado capturado, vide seu valor econômico possuir significativa relevância financeira, como apontado anteriormente nos formulários, além dos dados da figura 17 (acima). Ainda mais, o pescador artesanal agrupa, de certa

forma, sistemática e ao seu modo, os pescados com maiores valores comerciais, ressaltando a grude da pescada como um produto que sustenta a maioria das embarcações de médio e grande porte.

Outro indicativo interessante é seu domínio ao descrever a dinâmica sazonal do estuário, demonstrado no tema 2, no qual se aborda a categoria “territórios de pesca”. “Seu Maçarico”, (entrevistado 1), detalha alguns “pontos” ou zonas de pesca, apresentadas pelo entrevistado como regiões de seu profundo conhecimento, de correntes oceânicas, regimes de chuvas, sazonalidade de espécies, profundidade e oferta de peixes.

Segundo o entrevistado 1, é necessário entender a dinâmica das marés cuja atuação territorial abrange a costa dos litorais dos estados do Pará e Amapá, inclusive cita o município amapaense do Calçoene. No tópico anterior, faz-se indicativos e ilustrações com mapas e gráficos das áreas de atuação desses pescadores artesanais do estuário. Mas, apesar disso, reconhece-se que a utilização de aparelhos técnicos, como o GPS, é importante, diante das transformações na pesca artesanal.

Ainda referente ao conteúdo explicitado no quadro 3, no tema 3, em suas narrativas, o “seu Maçarico”, (entrevistado 1), trata da categoria de instrumentos e apetrechos de pesca, ratificando o uso de emalhe na região. A rede de emalhe, chamada de pescadeira ou rede grossa, é utilizada de acordo com os apontamentos dos elementos naturais, segundo ele, mesmo sem carta náutica ou sonares, dados que corroboram com os indicativos do gráfico 5 (acima), onde aponta a rede de emalhe, como instrumento de maior recorrência. Em alguns casos é necessário saber onde se localizam os bancos de areia e fundos oceânicos pedregosos que podem danificar a rede. As redes malhadeiras são confeccionadas com nylons de composição de fios de poliéster, geralmente, tem sua medição feitas em “braças”, extensão corporal de um membro superior ao outro, tensionados de forma horizontal, em média, em termos matemáticos, na proporção de um adulto, alcança 1 metro e meio de uma ponta a outra. Nesse sentido, “a relação corpo-natureza entre as comunidades tradicionais se constrói no cotidiano e nas práticas corporais dos sujeitos, de forma que eles se investem de sentidos e significados em suas ações” (ALMEIDA *et al.*, 2017). Contudo, é importante perceber que esses sujeitos, como na fala do seu Maçarico (entrevistado 1), os pescadores não percebem, ou mesmo podem ter omitido na entrevista, o nível predatório da rede de emalhe, podendo ocasionar desequilíbrios ambientais, já que essa técnica, por sinal a mais utilizada pelos pescadores, pode capturar espécies indesejadas e em estado de defeso. Isso também se entrelaça com a questão levantada no formulário do gráfico 6, que indica que técnicas incorretas, como rede de emalhe de malha pequena, captura peixes muito jovens, podendo ser

um aspecto que contribui para a escassez da oferta de peixes. O desenvolvimento técnico da pesca artesanal acompanha apropriações dos saberes desses sujeitos, tanto nos materiais de pesca quanto na confecção das embarcações e escolha ou manutenção dos territórios de pesca. Abaixo, ilustra-se redes de emalhar, denominadas pescadeiras, ou rede grossa:

Figura 18 – Rede de emalhar, chamada pescadeira, ou rede grossa



Fonte: elaborado pelo autor (2019)

Figura 19 – Barracão de “remendo” de rede



Fonte: elaborado pelo autor (2019)

“Seu Maçarico” (entrevistado 1), também ressalta que esses conhecimentos são construídos por meio das observações e experiências. Já que não possuem qualquer tipo de auxílio institucional para a sua prática, os próprios pescadores artesanais do estuário criaram os próprios mecanismos de adaptação ao ambiente e formas de pescas, sendo esses saberes repassados de maneira oral e hereditária ao longo do tempo.

Quadro 4 – Malha de Saberes 2

TEMAS	NARRADOR (ENTREVISTADO )	FRAGMENTOS	CONCEITOS	REFERÊNCIAS
-------	--------------------------------	------------	-----------	-------------

1- SABER FAZER	Seu Élio Fernandes <sup>38</sup> , 61 anos, (entrevistado 2)	<p><i>“Eu pesco desde meu 12 ano, por aí, sempre acompanhava meu pai nas saídas dele pra pesca, ele me ensinou tudo que eu sei, já pesquei em curral, zangaria, munzuá, tudo que é pesca, com o tempo fui pegando a prática e hoje em dia sou encarregado de barco, sei mexer em GPS e tudo, Unido com mais de uns 20 a poucos homens numa embarcação frigorífica de mais de 60 toneladas, fui aprendendo com o tempo mesmo, eu era curioso, aprendi vendo os outros fazerem.”</i></p>	<p>“O conhecimento que detém um pescador é trabalho passado acumulado, fruto de experiências conduzidas por inúmeras gerações, dos mais diversos cantos da região”</p>	MELLO, Alex Fiúza. <i>A pesca sob capital: a tecnologia a serviço da dominação</i> . Belém: Editora da UFPA, 1985.
----------------	--	--	--	--

<sup>38</sup> Pescador artesanal do estuário.

<p>2- CONHECIMENTOS HEREDITÁRIOS</p>	<p>Seu Elio Fernandes, 61 anos.<sup>39</sup></p>	<p><i>“Meu filho, pra gente saber pescar, a gente precisa observar como os outro faz. Eu passei muitos anos pescando com meu avó por parte de pai, desde molequinho! Ele me levava pra pescar lá na boca (de Vigia). Lá fora a gente não tinha nada do que usam hoje, a gente sabe quando a maré enchia e vazava porque a gente observava pra onde ela corria se era mais porá terra ou pra fora.”</i></p>	<p>“A pesca artesanal requer todo um arsenal acumulado sobre o espaço marítimo, construído pelo saber, experiência e intuição”</p>	<p>CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. <i>Entre o mar e a terra: tempo e espaço na pesca em Barra da Lagoa.</i> Dissertação de Mestrado em Antropologia. São Paulo, PUC, 1987.</p>
--	--	--	--	---

<sup>39</sup> Pescador artesanal, oriundo de outro município, com muitos anos em pesca no estuário amazônico.

<p>3- INSTRUMENTOS E SABERES</p>	<p>Seu Élio Fernandes, 61 anos. (entrevistado 2)</p>	<p><i>“Muito pescador por aqui usa tipo de rede com malhas pequena, isso é um crime, a gente sabe que não é fácil ir pra fora com uma despesa pra pagar, mas quando a pessoa usa rede desse tipo, com malha pequena, como os serreiros, que usam a boinha e mata peixe pequeno que até estraga, pescadinha, corvininha, caçãozinho, gurijubinha, que uma hora falta pra nós que usa malhadeira porque os peixe não chega grande pra gente, e pela sobrevivência, muitos de nós somos forçado a usar malha menor, já que os peixe nem cresce mais”!</i></p>	<p>“O conhecimento o que possuem sobre os ecossistemas dos quais fazem parte e sobre a diversidade de espécies que ali habita constitui verdadeiro patrimônio, de que a modernidade não pode prescindir para a continuidade da vida no planeta”</p>	<p>CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. <i>Entre o mar e a terra: tempo e espaço na pesca em Barra da Lagoa</i>. Dissertação de Mestrado em Antropologia. São Paulo, PUC, 1987.</p>
--	--	--	---	---

No quadro 4, tema 1, apresenta a fala do segundo entrevistado. O primeiro contato que houve com esse ator local foi no ambiente de trabalho, a orla fluvial. Numa manhã ensolarada do mês junino, após várias visitas ao campo para me familiarizar com os pesquisados, busquei estabelecer um estreitamento de confiabilidade com esses pescadores, lógico que uma intimidade relativamente resguardada. Sempre que algum indivíduo está em campo, reconhecido como um pesquisador ou com representatividade institucional, existem comportamentos diferenciados, alguns buscam se resguardar e manter um afastamento, porém, outros sujeitos enxergam a possibilidade de poder se expressar e, de certo modo, se posicionar frente às instituições.

Nesse sentido, o seu Élio (entrevistado 2), ao ser solicitado gentilmente para responder o formulário e a entrevista, propôs-se a realizar o pedido e até surpreendeu com a sua empolgação em poder falar, enquanto pescador artesanal, para um “pesquisador da universidade”. Ele refletiu claramente o déficit do poder público em dialogar com os pescadores artesanais vigienses no que se refere à implementação de políticas públicas de quaisquer naturezas, que podem ir desde a estruturação da orla fluvial até promover um defeso de uma determinada espécie de peixe.

A princípio, seu Élio (entrevistado 2), começa referindo-se à atividade pesqueira como muito importante para os caboclos da região, porque serve de principal sustento para suas famílias, ratifica a relevância da pesca para a cidade em geral. Em sua trajetória como pescador, desde a infância, acumula conhecimentos pela observação e pelo contato com várias modalidades de pesca, como curral, zangarias, tarrafas, dentre outras técnicas. Evidenciando a hereditariedade do saber-fazer, enraizado no cotidiano desses povos tradicionais da Amazônia, ao ir traçando caminhos e sua historicidade como pescador, fez a descrição dos principais territórios de pesca.

Além do mais, explicitou que as categorias de pesca não necessariamente possuem maior privilégio de saber-fazer sobre outro, como se houvesse um grau de superioridade do saber; não se pode inferir isso. Mas de certo modo, de acordo com a fala de seu Élio (entrevistado 2), quando era um pescador artesanal de subsistência, em pequenas montarias, com a pesca de pequena escala, diariamente, ponderou que eram necessários mais conhecimentos da natureza e uma melhor leitura desses “indícios naturais” para ser considerado um bom pescador. Adiante, afirmou que foi aprimorando seus conhecimentos ao longo da vida, em contato com outros mestres/encarregados, sendo instruído como lançar a rede melhor, a época do melhor pesqueiro, com a sensibilidade e a temporalidade que a

pesca artesanal exige. De acordo com Ramalho (2011), a propriedade de um mestre de embarcação pode ser considerada uma arte, ou seja, a arte de ser pescador.

Logo, como evidenciado em suas falas na malha de saberes 2, relata brevemente suas chamadas *zonas de pesca*<sup>40</sup>, locais onde frequentemente exerce sua função de pescador. Contudo, os territórios assumem um papel para além do fator físico e econômico, incorporando-o seu componente social do espaço. Haesbaert (2004) denomina esse fenômeno espacial de territorialidade.

O pescador artesanal não se dissocia do espaço vivido, ele transforma-o e adapta-se ao mesmo, contudo, utiliza da natureza como ferramenta e indicativo para o desenvolvimento de suas práticas. A sensibilidade das ações é inerente ao espaço em que está inserido, exigindo-se comportamentos corporais condizentes com que a pesca artesanal necessita. Além da capacidade de locomoção, é preciso o aguçamento dos sentidos para depreender quando vai formar uma tempestade, quando se está distante ou perto do litoral pela viscosidade da matéria orgânica na água, pela orientação das marés e dos ventos.

Essa íntima e peculiar relação com o território aquático e seus *pontos de pesca*, como identificam os pescadores artesanais, possibilita saber quais são as áreas de maior produtividade de pescados. Essas “zonas” são marcadas não somente por referências geográficas artificiais, como o GPS, mas também pela percepção do território marinho, tipologia de espécies predominantes, profundidade, correntezas oceânicas, dentre outros. Essa relação é fruto de análises de pesquisadores e possui, ainda, atributos de cunho político e identitário, reivindicados pelos próprios pescadores, como o conceito de *maretório*.

Está ligado a suas inter-relações com o regime de marés, incluindo as percepções acerca das fases da lua em seus modos de vida, como os conhecimentos de processos migratórios, e reprodutivos dos animais aquáticos e todo o imaginário produzido e reproduzido ao longo de gerações de pescadores e pescadoras artesanais (NASCIMENTO; BARBOZA, 2020, p. 44)

Esse conceito surge a partir de uma realidade amazônica, no nordeste paraense, que atribui aos territórios de pesca a junção etimológica de maré e território, surgindo o *maretório*. Esse termo ressignifica, ou mesmo nomeia, algo que já se estabelecia nas comunidades pesqueiras no litoral paraense, a percepção e familiaridade com o mar, muitas vezes mais do que com a terra, no qual deriva a palavra território. Essa apropriação da natureza pelo

<sup>40</sup> Territórios de pesca concebidos por atores locais, sem qualquer formalidade institucional, mas com uso dos recursos produtivos pré-existentes, repassados para gerações futuras pela oralidade e ancestralidade.

pescador artesanal não se dá somente no sentido mercadológico, mas na utilização dos indicadores naturais ao seu favor, na forma de um saber acumulado e repassado de forma geracional. O que Cunha (2000) analisa é que o universo do pescador artesanal está composto por elementos singulares, o pescador artesanal está basicamente dependente das ordens da natureza, como o vento, a chuva e o luar, por exemplo. Nesse sentido, a dinâmica da pesca artesanal “marcada fortemente pelas forças naturais, a irregularidade na captura dos recursos marinhos gera um ritmo próprio no interior da pesca artesanal” (CUNHA, 2000, p. 107).

Para esses sujeitos locais, as zonas de pesca possuem uma ligação subjetiva com o espaço. Seu Élio (entrevistado 2), indicou que, durante a pesca, é comum haver mais familiaridade com determinada zona de pesca, pelo fato de se conhecer melhor aquela área. Segundo ele, já sabem o sentido da correnteza, para onde a maré vai, o fluxo e as espécies que predominam, também se referem a essas áreas como “pesqueiro”, locais com maior oferta de peixes. Sabem quando não podem redar, onde tem muitas pedras, onde pode engatar e rasgar a rede, onde a profundidade não favorece e várias outras características.

Ademais, seu Élio (entrevistado 2) indica que a atividade pesqueira obteve um vertiginoso crescimento, alterando os modos de produção, incorporando técnicas e aparelhos nas embarcações, todavia, o modo de vida dos sujeitos locais não está isento às transformações ocorridas no espaço, palco das relações humanas. O jeito de viver de qualquer indivíduo que esteja em sociedade, com o avanço das técnicas, modificações de ordem demográfica, social, ambiental e econômica, pressupõe um crescimento nos esforços sobre os meios de subsistência, fazendo-o aumentar o seu potencial produtivo, essa perspectiva é dada pelo próprio modelo de acumulação capitalista.

Ainda sobre a malha de saberes 2, o segundo tema traz a narrativa do senhor Élio (entrevistado 2). Ele afirma que o pescador artesanal é guiado pelos tempos naturais, mais que isso é diferente do tempo terrestre, pela dependência da natureza que ainda condiciona suas ações. Por mais que o avanço técnico tenha possibilitado novas ferramentas de produção, como na agricultura, em se que pode utilizar defensivos agrícolas, sementes etc., na pesca extrativista, a oferta do pescado está intimamente ligada ao ciclo natural. Segundo ele, a pescaria de subsistência realizada no estuário possui sua própria lógica temporal. Ao encontro dessa ótica, Maneschy (1993) analisa que o tempo do pescador artesanal não está expresso por jornadas regulares, com delimitação de períodos fixos, contudo, é influenciado pelas marés e variações climáticas.

No tema 3, na malha de saberes 2, o seu Élio (entrevistado 2), mostra um profundo conhecimento acerca da prática da pesca artesanal, de forma ampla, tratando (em seu

exemplo) das características do material utilizado, o malheiro, que consiste na espessura da malha da rede. Segundo ele, algumas artes de pesca são severamente prejudiciais, mesmo sendo artesanais, pois capturam peixes muito pequenos, que muito possivelmente nunca reproduziram ou desovaram, indicando que poderá comprometer futuras ofertas.

Dentre as considerações do seu Élio (entrevistado 2), chama-se atenção para a necessidade de artes de pescas menos nocivas às espécies, visando a oferta no futuro. Ressalta-se que muitos pescadores artesanais, inclusive o entrevistado, salienta a necessidade de se pensar em artes de pesca que contemplem cada vez mais a sustentabilidade da pesca artesanal. Para tanto, retoma-se que cerca de 62% dos entrevistados (gráfico 06) atribuíram a baixa oferta de pescados nas últimas décadas ao uso indevido de materiais de pesca, como a malha da rede reduzida, citada anteriormente. Dessa forma, depreende-se que os pescadores artesanais, ao reconhecerem seu território de pesca, o veem como cíclico, orgânico e finito.

Outro aspecto citado pelos pescadores artesanais foi o caráter nocivo da pesca industrial à pesca artesanal, enfatizado por 27% dos entrevistados (gráfico 06). De acordo com os pescadores artesanais, grandes embarcações adentram seus territórios de pesca, capturando espécies de pescados como a pescada amarela, mesmo não sendo o principal alvo de produção industrial, fator que compromete diretamente a sustentabilidade da pesca artesanal.

Elucida-se que este estudo não possui um caráter de análise narratológico, e que de maneira interdisciplinar busca-se ir associando e dialogando com o saber-fazer do pescador, com dados quantitativos. Contudo, nesse tópico, enfatiza-se a malha de saberes como um instrumento de tradução e colaboração entre a pesquisa e os sujeitos.

Dessa forma, acerca das transformações técnicas percebidas na pesca artesanal local, Da Silva (2011) infere que os territórios pesqueiros e a territorialidade do saber-fazer são mutáveis às transformações e ressignificações das identidades, alterando também o seu modo de vida. Os novos elementos técnicos inseridos na pesca, como a câmara frigorífica das embarcações chamadas de “barco frigorífico”, assim como as “máquinas de puxar rede”, são elementos que não aparecem em muitas literaturas acerca da pesca artesanal na região; contudo, esses elementos não são acessíveis a todos pescadores, dado o seu elevado custo.

Percebeu-se que algumas lacunas são existentes em estudos comparativos na região. Nogueira e Chagas (2011) apontam que os financiamentos das embarcações são realizados por grandes comerciantes, que fornecem materiais de pesca e insumos em geral para os pescadores artesanais, estabelecendo um acordo informal ou mesmo um “aviamento”.

No entanto, isso não é uma regra, e na realidade é uma prática não muito comum, pois quase sempre quem financia os insumos e despesas das embarcações, dependendo da categoria na qual a mesma se encaixa, são os empresários da pesca, compradores de peixe, de grude e marreteiros, que se tornam uma espécie de avalistas do pescador artesanal, e, com esses sim, tecem acordos de compra e venda, muitas vezes com a valoração do produto abaixo do preço de mercado, por conta do aviamento. Em algumas ocasiões, recebem o que chamam de “vale”, um pequeno aviamento, do atravessador para o pescador, de maneira individual; com o compromisso de que, quando chegar do mar, venderá seu peixe da “boia” (consumo próprio) para o atravessador e calculará se possui algum saldo restante.

Quadro 5 – Malha de Saberes 3

TEMAS	NARRADOR (ENTREVISTADO)	FRAGMENTOS	CONCEITOS	REFERÊNCIAS
1- CONHECIMENTO DA NATUREZA	Seu Raimundo <sup>41</sup> , 63 anos. (entrevistado 3)	<i>“A relação de peixe com o luar, é que sempre que a maré é de lança, fica melhor pra peixe, mas o peixe dá mais fora (longe da margem), e quando a maré quebra, fica melhor de peixe na beira, que o peixe encosta”. Quando a</i>	“Mesmo que de modo fragmentário e parcial, e já guardando pouca relação com o passado, onde o saber cósmico integrava de modo totalizante a atividade, o calendário lunar ainda atua no universo pesqueiro”	CUNHA, L. H. O. Tempo natural e tempo mercantil na pesca artesanal. In: DIEGUES, A.C. (Org.). <b>Imagens das águas</b> . São Paulo: Hucitec: Nupaub, 2000. p. 101-110.

<sup>41</sup> Pescador artesanal do estuário.

		<p><i>maré quebra de quarto, quando a maré lança, lá fora corre menos, e a galera vai pra fora, e no lançante a maré corre muito na beira”.</i></p>		
<p>2- TRANSFORMAÇÕES NA PESCA ARTESANAL</p>	<p>Seu Raimundo, 61 anos. (entrevistado 3)</p>	<p><i>“Eu nos meus 61 anos, já vi muitas coisa mudar na pesca, sim! Os barcos usavam mais era sal pra salgar os peixe, não tinha isso de fábrica de gelo nem nada, as rede eram no máximo 300, 400 braça. Agora tem barco pra mais de 70</i></p>	<p>“Conhecimento e na utilização dos instrumentos de trabalho (redes, mudanças de rotas de navegação), em momentos precisos. Todavia, o objeto da ação do seu trabalho, diferentemente de um artesão, não é estático, exigindo um constante saber-fazer dos trabalhadores da pesca</p>	<p>RAMALHO, Cristiano Wellington N. “Ah, esse povo do mar!”: um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal Pernambucana. São Paulo: Polis: Campinas: CERES (Centro de Estudos Rurais do IFCH – UNICAMP), 2006.</p>

		<i>tonelada com um monte de piolho que passam mais de 90 dia no mar, mais de 5000 mil braça de rede cada um, fora a pesca industrial, né!”</i>	artesanal sobre um meio em constante movimento e transformação”	
3- CORPORALIDADE	Seu Raimundo, 61 anos. (entrevistado 3)	<i>“O pescador, meu filho, a gente usa muito a mente, tem que conhecer da pescaria, mas a gente precisa ter jeito pra coisa, rícos...Nosso corpo é nosso instrumento de trabalho, a gente usa e precisa muito dele”</i>	“O corpo do pescador é lapidado e construído no fazer da cultura humana marítima, na busca do dever, no fazer-se artista da pesca artesanal e no fugir da sujeição”	RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. O sentir dos sentidos dos pescadores artesanais. <b>Revista de Antropologia</b> , São Paulo, v. 54, n. 1, p. 315-352, jan./jun. 2011.

Na fala do Seu Raimundo, (entrevistado 3), o tema 1 da malha de saberes 3, aponta o profundo conhecimento dos aspectos naturais, indicando a dinâmica de maré, e suscetibilidade da oferta de pescados, refletindo a relevância do meio natural, e presente subordinação a dinâmica do luar e da maré, para a realização de pescados. Contudo, os dados do gráfico 4, elucidam que as condições naturais, mesmo com toda sua importância, não são os principais desafios para esses sujeitos, ficando atrás de indicadores como: segurança e mercado. A partir desse entrelace de dados, podemos inferir que mesmo salientando toda sua gama de conhecimento do meio natural, em algumas vezes, como apontam as informações, não se reconhecem como agentes de transformações a partir de sua prática. No tema 2, Seu Raimundo (entrevistado 3), relata as principais transformações percebidas na pesca artesanal em Vigia-PA, nos últimos anos. O significativo aumento do tamanho de embarcações e apetrechos, podem indicar a pressão do mercado sobre a atividade, corroborando o gráfico 4, que por meio dos formulários, indica que o mercado e sua irregularidade, afetam diretamente a dinâmica da pesca artesanal na região. O aumento vertiginoso das embarcações e produtividade, atrelado ao aumento do quilograma do pescado e do grude, podem ser indicativos dos novos rearranjos que a pesca artesanal tem atravessado nos últimos anos. Além disso, a crescimento desregulado dos materiais de pesca, como as redes de emalhe, provocada forte pressão nos estoques pesqueiros, provocando o aumento do processo predatório, ampliando os territórios de pesca, como a forte atuação de barcos paraenses em toda a costa amapaense e territórios franceses. O aumento considerável de dia no mar, também indica maior esforço de pesca em relação aos anos anteriores.

No tema 3, o seu Raimundo (entrevistado 3), refere-se da arte de saber pescar, e da importância do corpo como instrumento, mesmo com o processo de mecanização da atividade, o ato de saber pesca, passa pela corporalidade, sua função e importância para a execução da atividade. O corpo para esses sujeitos é um acúmulo de esforços, mas também de aprendizados e saberes, demarcados e construídos culturalmente em sua “lapidação” corporal. Outro aspecto importante dessa fala, é a questão da sujeição, grande parte dos pescadores, mesmo estando, em algumas circunstâncias, empregados informalmente em alguma embarcação, entendem que a baixa de formalidade, existente no ramo empresarial, lhes permite maior liberdade, de tempo na terra ou no mar, do ir e vir, e do fazer-se pescador, por escolha.

Portanto, ratificando as diversas transformações na pesca artesanal, apresentadas nos arcabouços teóricos, nos indicativos dos formulários, nas narrativas e nas malhas de saberes.

As transformações foram significativas, como apontadas. Adiante, tratarei das considerações finais do estudo e ponderarei o alcance dos objetivos propostos, fazendo novas análises e proposições que possam ensejar a continuidade desse estudo.

## 5 CONCLUSÃO

Dessa forma, os resultados do estudo ratificaram as proposições iniciais da pesquisa, pois demonstrou-se que a caracterização dos pescadores artesanais indicou uma relevante capacidade de readaptação de sua prática, além do profundo conhecimento dos territórios de pesca.

Alguns indicativos pertinentes e inéditos nesta pesquisa foram perceber a crescente mecanização do setor pesqueiro, como a inserção dos botes-piolhos e dos barcos-polos (refrigerados), desconsiderados em grande parte dos indicativos de órgãos institucionais de Estado ou não governamentais. Esse processo de mecanização, que vem remodelando alguns conceitos sobre a pesca desenvolvida nos anos 80, 90 e no início dos anos 2000, evidencia a necessidade de se pensar em políticas públicas de regulamentação da atividade. Mesmo esse estudo não tendo como objetivo propor, especificamente, alguma lei, decreto, portaria e afins, ressalta-se a importância de seus resultados como indícios para a formulação de políticas públicas, a partir do saber tradicional dos pescadores artesanais de Vigia-PA. Além disso, as análises bibliográficas corroboraram as análises desse estudo no sentido de haver a necessidade de controle dos apetrechos de pescas, dada sua proporção desenfreada e a falta fiscalização na região, como as redes de emalhe; além de demonstrar, também, a necessidade de estudos mais aprofundados acerca da possibilidade de se considerar o defeso da pescada amarela, conforme apontado pelos formulários aplicados aos próprios pescadores artesanais.

Nesse sentido, também, percebeu-se a inoperância do controle dos defesos já existentes, como o da pesca da guriuba, que é causa das tensões criadas pela pesca industrial nas zonas de pescas tradicionais. Assim, levantou-se um cenário complexo, em mutação e dinâmico, que mostra a figura de um Estado ausente, como afirmado nas narrativas e nos gráficos dos pescadores artesanais. Outro indicativo importante foi perceber que o mercado tem provocado novos rearranjos na pesca artesanal, haja vista a necessidade de demandas nos mercados locais, provocadas pelo crescimento populacional, assim como a nova dinâmica de exportação de pescado para outros Estados, que tem provocado a pressão por maior produtividade na atividade.

Por fim, como objetivo central, entende-se que esse estudo pode contribuir para a valorização do saber-fazer dos pescadores artesanais ao sugerir medidas que podem ser consideradas, como a implementação de políticas públicas para a região, o defeso da pescada amarela, a delimitação de suas áreas de reprodução e de incidência de cardumes, bem como o reconhecimento do ambiente aquático; ou mesmo contribuir com formas de se pensar em

novas técnicas de pesca artesanal mais sustentáveis, dialogando com os saberes dos pescadores artesanais que utilizam esses materiais.

O que se propõe é que, de fato, além da valorização do pescador artesanal vigiense, novos desdobramentos desse estudo possam ser ensejados, como: técnicas artesanais mais sustentáveis, uma nova caracterização da pesca na microrregião do salgado paraense e os motivos dos pescadores vigienses estarem migrando de seus territórios pesqueiros para a Guiana Francesa, por exemplo. Essas são algumas ponderações para estudos posteriores.

Por fim, cabe salientar que para a implementação de qualquer projeto, decreto, portaria, isto é, de qualquer ação de ordem jurídica que venha a impactar no modo de vida local, é preciso considerar o diálogo, a aproximação ou mesmo uma construção de forma colaborativa dessas políticas, sendo norteadas pelas prerrogativas dos sujeitos que utilizam o estuário como palco indissociável de sua reprodução social por gerações.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, D.M.F.; VIEIRA, L.R.; SILVA, L.R.T; ALMEIDA, A.J.M; IWAMOTO, T.C.; PEDROZA, R.S *et al.* **Atividades físico-esportivas e as populações tradicionais no Brasil: indígenas, quilombolas e ribeirinhos.** Movimento é vida. Atividades físico-esportivas para todas as pessoas. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2017.

ALMEIDA, Maria da Conceição de. **Complexidade e cosmologias da tradição.** Belém: EDUEPA, 2001. 156p.

\_\_\_\_\_. Previsões do tempo: ecossistema e tradição. **Galante: Fundação Hélio Galvão**, Natal, v. 2, n. 14, agosto 2002.

ALVES, Taíse dos Santos. Da organização a produção do espaço pesqueiro: a pesca artesanal em Vera Cruz (BA). *In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos*, 2014. **Anais**. ISBN: 978-85-98539-04-1.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico.** 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BARRA, Jose Domingos Fernandes; FURTADO, Gislane Damasceno. **Pescadores artesanais de Cametá: formação histórica, Movimento e construção de Novos Sujeitos.** Cametá: Novo Tempo, 2004.

BARTHEM, R.; GOULDING, M. **Um ecossistema Inesperado: Amazônia revelada pela pesca.** Lima: [s. n.], 2007. ISBN 978-9972291241.

BENTES, Bianca. **Diagnóstico da pesca no litoral paraense.** 2004. 154 f. Dissertação (Mestrado em Zoologia) – Universidade Federal do Pará, Museu Paraense Emilio Goeldi, Belém, 2004.

BENTES, B.; ISAAC, V.J.; ESPÍRITO-SANTO, R.V.; FRÉDOU, T.; ALMEIDA, M.C.; MOURÃO, K.R.M.; FRÉDOU, F.L. Multidisciplinary approach to identification of fishery production systems on the northern coast of Brazil. **Biota Neotropica**, v. 12, n. 1, p.81-92, 2012.

BOLETIM DO REGISTRO GERAL DA ATIVIDADE PESQUEIRA – RGP 2012. Brasília: MPA, 2013, 50p.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 07 fev. 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm). Acesso em: 20 maio de 2019.

BRASIL. Decreto nº 9.667, de 2 de janeiro de 2019. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 02 jan. 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D9667.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9667.htm). Acesso em: 01 set. 2020.

BRASIL. IBGE. **Censo demográfico.** 2010.

- BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2006.
- CALLOU, A. B. F. Extensão rural: polissemia e resistência. *In*: IV CONGRESSO DA SOBER, Fortaleza, 2006.
- CERVIGÓN, F. **Los peces marinos de Venezuela**. Vol. II. 2. ed. Caracas: Fundación Científica Los Roques, 1993.
- CEPNOR/IBAMA. **Relatório do censo estrutural da pesca de águas continentais na região norte** - Convênio ADA/Ufra N° 018/2004: Relatório Final. 2006. 233 p. Mimeo.
- CHIZZOTI, Antonio. Etnografia. *In*: CHIZZOTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- CORONIL, Fernando. The magical state: Nature, money, and modernity in Venezuela. *In*: DA SILVA, Christian Nunes; SADECK, Luis Waldyr Rodrigues. **Geoinformação na atividade pesqueira: uso de imagens de sensores remotos no monitoramento de recursos pesqueiros no litoral paraense**. Belém: GAPTA/UFPA, 2011, p. 279.
- CROWDER, L. B. H., E.L.; AVISSAR, N.; BJORKLAND, R.; LATANICH, C.; OGBUR.M.N. **The impacts of fisheries on marine ecosystems and the transition to 45 ecosystem-based management**. Annual Review of Ecology, Evolution, and Systematics, v. 39, p. 259, 2008.
- CUNHA, L. H. O. Tempo natural e tempo mercantil na pesca artesanal. *In*: DIEGUES, A.C. (Org.). **Imagens das águas**. São Paulo: Hucitec: Nupaub, 2000. p. 101-110.
- CUNHA, M. C. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saberes científicos. **Revista USP**, São Paulo, n. 75, p. 78-84, 2007.
- DIAS- NETO, J.; DORNELLES, L. C. C. Diagnóstico da pesca marítima do Brasil. **Coleção Meio Ambiente. Série Estudos Pesca**, 20, Brasília, Ibama, 1996. 165 p.
- DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983. 287 p. (Ensaio 94).
- DIEGUES, A. C. S.. **Formas de organização da produção pesqueira: alguns aspectos metodológicos**. *In*: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E O MAR NO BRASIL. São Paulo: Programa de Áreas Úmidas. **Anais**. v. 1, n. 2, p. 1-39, 1988.
- DIEGUES, A. C. S.; ARRUDA, P. S. V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: MMA, 2001. 176 p.
- DIEGUES, A.C. **A pesca construindo sociedade**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2004.
- EGLER, W. A; SCHWASSMANN, H. O. Limnological studies in the Amazon Estuary. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, 1962.

ESPÍRITO SANTO, R.V. **Caracterização da atividade de desembarque da frota artesanal de pequena escala na região estuarina do rio Caeté**. 2002. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Pará, Bragança, 2002.

ESPÍRITO SANTO, R.V.; ISAAC, V.J. Desembarques da pesca de pequena escala no município de Bragança – PA, Brasil: esforço e produção. **Boletim do Laboratório de Hidrobiologia**, v. 25, n. 1, p.31- 48, 2012.

ESCOBAR, Arturo. O projeto sustentável: diálogo de discursos. **Ecologia política**, n. 9, p. 7-25, 1995.

ESTATÍSTICA DE PESCA DO ESTADO DO PARÁ. CEPNOR/IBAMA, 2004. Disponível em: [http://www.ibama.gov.br/cepnor/download.php?id\\_download=21](http://www.ibama.gov.br/cepnor/download.php?id_download=21). Acesso em: 02 set. 2020.

FAO. **Expert consultation on small-scale fisheries development**. FAO Fisheries Report, Rome. 1975, 169p.

FAO. **The state of world fisheries and aquaculture**. Rome: Food and Agricultural Organization of the United Nations, 2010.

FAO. **El estado mundial de la pesca y la acuicultura**. Roma: FAO, 2012, 250 p.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations: The State of World Fisheries and Aquaculture 2016. **Contributing to food security and nutrition for all**. Rome: FAO 2016.

FERNANDES, J.G.S. DO ORAL AO ESCRITO: **Implicações e Complicações na Transcrição de Narrativas Oraís**. Revista Outros Tempos, ISSN 1808-8031, volume 02, 2005. p. 156-166.

FERNANDES, J.G.S. Pés que andam, pés que dançam: **memória, identidade e região cultural na esmolação e marujada de São Benedito de Bragança (Pa)**. Belém: Paka Tatu, 2011.

FLICK, Uwe (Ed.). **O manual SAGE de análise qualitativa de dados**. Sábio, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. Pesqueiros reais e pontos de pesca da territorialidade baliêutica ou pesqueira amazônica. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v. 18, n. 1, p. 3-26, jul. 2002.

FURTADO-JUNIOR, I.; TAVARES, M. C. S; BRITO, C. S. F. Estatísticas das produções de pescado estuarino e marítimo do estado do Pará e políticas pesqueiras. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Ciências Humanas**, v. 1 n. 2, p. 95-109, 2006.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Tradução de Vera Joscelyne. 12 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre: UFF, 2004.

HUBERT, W.A. Passive capture techniques. *In*: B.R. Murphy and D.W. Willis. Fisheries techniques. **American Fisheries Society, Bethesda, Maryland**. 2. edition, p. 157-181, 1996.

ISAAC, Victoria Judith; BARTHEM, Ronaldo Borges. Os recursos pesqueiros da Amazônia Brasileira. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Antropologia**, Belém, v. 11, n. 2, p. 151-194, 1995.

ISAAC, V. J.; MILSTEIN, A.; RUFFINO, M. L. A pesca artesanal no Baixo Amazonas: análise multivariada da captura por espécie. **Acta Amazônica**, v. 26, n. 3, p. 185-208, 1996.

ISAAC, V. J. Fisheries bycatch in the northern coast of Brazil: an anthology of waste. **Report and proceedings of FAO/DFID**, China, p.237-294, 1998.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. I3Geo, 2016. Disponível em: <http://acervofundiario.incra.gov.br/acervo/acv.php>. Acesso em: 20 ago. 2020.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação**. Brasília, 2000.

ISAAC-NAHUM, Vitoria Judith; ESPÍRITO-SANTO, Roberto Vilhena; SILVA, Bianca Bentes; CASTRO, Bianca de; SENA, André Luiz. Diagnóstico da pesca no litoral do Estado do Pará. *In*: ISAAC-NAHUM, V. J; HAIMOCICI, M.; MARTINS, A. S; ANDRIGUETTO, J. M. **A pesca marinha e estuarina do século XXI**: recursos, tecnologias, aspectos socioeconômicos e institucionais. Belém: UFPA, 2006. p.11-40.

JICK, T. D. Mixing qualitative and quantitative methods: triangulation in action. **Administrative Science Quartely**, v. 24, n. 4, p. 602-611, 1979.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação**: uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba: Intersaberes, 2014.

LAGLER, Karl F. Capture, sampling and examination of fishes. **IBP Handbook (IBP)**, 1978.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas 2003.

LEFÉBVRE, H. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro Editora, 2001.

LÉRY, J. **Viagem à terra do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

LÉVI-STRAUSS, C. **Structural anthropology**. *Persona & Derecho*, v. 1, 1974, p. 571.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Os parceiros do Mar**: Natureza e conflito social na pesca da Amazônia. 1983. 301f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1983.

MANESCHY, M.C.; ESCALLIER, C. Parcerias de terra: o trabalho das mulheres na pesca em Vigia, litoral do Pará. *In*: FURTADO, L.G; QUARESMA, H.D.A. **Gente e Ambiente no Mundo da Pesca Artesanal**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002.

MALDONADO, S.C. **Pescadores do mar**. São Paulo: Ática, 1986, 77p.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Mestres & mares**: espaço e indivisão na pesca marítima. São Paulo: Annablume, 1993.

MANESCHY, Maria Cristina. Pescadores nos manguezais: estratégias técnicas e relações sociais de produção na captura de caranguejo. *In*: **Povos das águas**: realidade e perspectivas na Amazônia, p. 19-62, 1993.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MIGNOLO, Walter. Occidentalización, imperialismo, globalización: herencias coloniales y teorías postcoloniales. **Revista iberoamericana**, v. 61, n. 170, p. 27-40, 1995.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Caderno de Letras da UFF. Dossiê: Literatura, língua e identidade**, n.34, p. 287-324, 2008.

MMA. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos – MMA/SRH. **Ecorregiões Aquáticas do Brasil**. *In*: Pol. A. e Souza, R.C.R. org. MMA/SRH. Brasília, DF: 2006. CD ROOM.

MORAES, Sérgio C *et al.* Delineamento da situação das organizações sociais de pescadores amazônicos: o caso do Nordeste Paraense. *In*: XIMENES, T. (org.). **Políticas pesqueiras nos países amazônicos**. Belém: UNAMAZ; NAEA/UFPA, 1996, p. 437-502.

MOURÃO, K. R. M.; FRÉDOU, F. L.; ESPÍRITO SANTO, R. V.; ALMEIDA, M. C.; DA SILVA, B. B.; FRÉDOU, T.; ISAAC, V. Sistema de produção pesqueira pescada amarela – Cynoscion acoupa Lacèpede (1802): um estudo de caso no litoral nordeste do Pará. **Boletim do Instituto de Pesca**, v. 35, n. 3, p. 497-511, 2009.

MOURÃO, Keila Renata M.; PINHEIRO, Ludmila A.; LUCENA, Flavia. Organização social e aspectos técnicos da atividade pesqueira no município de Vigia-PA. **Boletim do Laboratório de Hidrobiologia**, v. 20, p. 38-52, 2007.

MUSSOLINI, Gioconda. Aspectos Da Cultura da Vida Social No Litoral Brasileiro. **Revista De Antropologia**, v. 1, n. 2, p. 81-98, 1953. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.1953.131254>.

NASCIMENTO, Josinaldo Reis do; BARBOZA, Roberta Sá. Dos seringais aos maretórios: R-existências nas Reses Marinhas da Amazônia. *In*: TEISSERENC, Pierre.; TEISSERENC Maria José da Silva Aquino.; ROCHA, Gilberto. Organizadores. **Gestão da Água**: Desafios Sociopolíticos e Sociotécnicos na Amazônia e no Nordeste brasileiros. Belém, 2020.

NERY, Arian da Costa. Traços da tecnologia pesqueira de uma área tradicional na Amazônia – Zona do Salgado – Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Antropologia**, Belém, v. 11, n. 2, p. 199-293, 1995.

NOGUEIRA, Oracy. **Pesquisa social. Introdução as suas técnicas**. São Paulo: Ed. Nacional/EDUSP, 1968.

NOGUEIRA, O. M. O.; CHAGAS, C. A. N. A atividade pesqueira artesanal: organização da produção e dinâmica da circulação do pescado no município de Vigia-PA. *In*: SILVA, J. M. P.; SILVA, C. N. (org.). **Pesca e territorialidades: contribuições para a análise espacial da atividade pesqueira**. Belém: GAPTA/UFPA, 2011, p. 67-77.

PARÁ (Estado). Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças – SEPOF. **Estatística Municipal**, 2011.

PATTON, M. Q. **Qualitative Evaluation and Research Methods**. 2. ed. London: Sage Publications, Inc. Newbury Park, 1990.

PAULA, J.D. **Dinâmica da atividade pesqueira na costa norte do Brasil: Variação espaço-temporal da captura em relação ao esforço de pesca**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aquática e Pesca) Instituto de Ciências Biológicas – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

POMPEU, José Carlos Vanzeler. **Saberes do trabalho e formação de identidade de pescadores artesanais no município de Cametá-Pará**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura – Universidade Federal do Pará, Cametá, 2017.

PROSHANSKY, Harold M.; FABIAN, Abbe K.; KAMINOFF, Robert. Identidade local: socialização do mundo físico do eu. **Jornal de psicologia ambiental**, 1983.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. O sentir dos sentidos dos pescadores artesanais. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 54, n. 1, p. 315-352, jan./jun. 2011.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. Sentimento de corporação, cultura do trabalho e conhecimento patrimonial pesqueiro: expressões socioculturais da pesca artesanal. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 43, n. 1, p. 8-27, jan./jun. 2012.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. Estado pescadores e desenvolvimento nacional: da reserva naval à aquícola. **Revista Ruris**, Campinas, v. 8, n. 1, p. 31-62, mar. 2014.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. Etnografia: saberes e práticas. **Revista Iluminuras**, Porto Alegre, v. 9, n. 21, 23 p., 2008.

RUFFINO, Mauro Luis; ISAAC, Victoria Judith; MILSTEIN, Ana. Fisheries ecology in the Lower Amazon: a typical artisanal practice in the tropics. **Ecotropica**, v. 4, p. 99-114, 1998.

SAINT-CLAIR, Cordeiro da; TAVARES, Maria Goretti da Costa (Orgs). **Cidades Ribeirinhas da Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: EDUFPA, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Editora Cortez, 2010, 637p.

SANTOS, José Nazareno Araújo dos; BASTOS, Ana Paula Vidal. Inovação e mudanças na realidade amazônica: o caso da pesca no município paraense de Vigia de Nazaré. **Novos Cadernos NAEA**, v. 10, n. 2, p. 49-66, dez. 2007.

SANTOS, José Nazareno Araújo dos; BASTOS, Ana Paula Vidal. **Inovação e mudanças na realidade amazônica: o caso da pesca no município paraense de Vigia de Nazaré**. Novos Cadernos NAEA, v. 10, n. 2, p. 49-66, dez. 2007.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 1996.

SANTOS, M. **O espaço dividido**. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SALATI, Eneas; MARQUES, José. Climatology of the Amazon region. *In: SPRINGER; DORDRECHT. The Amazon*. 1984. p. 85-126.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo: Herder, 1965.

SILVEIRA, I.M. Quatipuru. Agricultores, pescadores e coletores em uma vila amazônica. **Museu Paraense Emilio Goeldi**, Belém, 82p. 1979.

SILVA, Leonardo Dantas. A Instituição do rei do Congo e sua presença nos maracatus. *In: SILVA, Leonardo Dantas. Estudos sobre a escravidão negra*. Recife: FUNDAJ. Editora Massangana, 1988. p.13-53.

SILVA, A. P. da. **Pesca artesanal brasileira. Aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos**. Palmas: Embrapa Pesca e Aquicultura, 2014.

SILVA, Joelen Cruz da. **Monitoramento da pesca industrial da piramutaba, brachyplatystoma vaillantii (Valenciennes, 1840) no estuário amazônico utilizando geoprocessamento**. 2019. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Pesca) – Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2019.

SOUZA JUNIOR, O. G.; Silva, J. L. G.; Botelho, M. A. S.; Souza, P. R. M. A cadeia produtiva do pescado na microrregião do Salgado-PA e sua participação no índice de desenvolvimento humano local. *In: Simpósio de excelência em Gestão e Tecnologia. Artigo*. 2012.

TORRES, O. J. M.; CARNEIRO LUCENA, L.; MOURA DE MATOS JUNIOR, E.; BREDERODES DA COSTA ACFB, L Henrique Leão Freitas. Laparoscopic treatment of a benign splenic cyst. **Rev Bras Videocir**, v. 4, n. 3, p. 118-21, 2006.

Wolf, M.; Koch, V.; Isaac, V. A trophic flow model of the Caeté mangrove estuary (North Brazil) with considerations for the sustainable use of its resources. **Estuarine, Coast and Shelf Sci**, v. 50, p. 789-803, 2000.

## APÊNDICE A – Termo de consentimento livre esclarecido

## DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Título do projeto:

---

Disciplina:

---

Professor responsável:

---

Instituição:

---

Nome do voluntário:

---

Idade: \_\_\_\_\_

Ocupação: \_\_\_\_\_

Estado Civil:

---

Eu \_\_\_\_\_  
declaro ter sido informado e concordo em participar da entrevista – bem como liberar a utilização de minhas informações para fins acadêmicos e de pesquisa – para o projeto de pesquisa acima descrito.

## APÊNDICE B – Formulário de campo



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
Programa de pós-graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia

**Caracterização dos pescadores artesanais do bairro do Arapiranga, Vigia-PA: Perfil social e econômico.**

Registro/número da Entrevista:  
Data da Entrevista:  
Local da Entrevista:  
Nome do Informante (optativo):  
Local de Domicílio:  
Idade:  
Formação:

**CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE**

1) Você se considera como pescador?

SIM ( ) NÃO ( )

2) Você trabalha com a pesca por motivo?

FAMILIAR ( ) FINANCEIRO ( )

3) Quais as principais dificuldades na atividade da pesca?

( ) SEGURANÇA (pirataria, assaltos, saúde)

( ) MERCADO (preço do pescado, qualidade do produto, exploração do marreteiro/empregador)

( ) NATURAIS (sobrepesca, poluição, fluxo das marés) ( )

4) Que tipo de malha de rede você utiliza?

5) Quais tipos de peixe (espécies) você pesca?

---

6) De que pesqueiro você captura os peixes?

---

---

---

7) Para você, o que tem provocado uma possível escassez do pescado?

PESCA INDUSTRIAL ( )

POLUIÇÃO DOS RIOS E MARES ( )

TÉCNICAS DE PESCA INCORRETAS ( )

SAZONALIDADE DA SAFRA ( )

8) Na sua visão, a pesca artesanal atrapalha a pesca industrial? Por quê?

---

9) O que pode ser feito para melhorar a situação da pesca e dos pescadores?

---

---

---

## ANEXO A – Parecer do CONEP

UFPA - INSTITUTO DE  
CIÊNCIAS DA SAÚDE DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
PARÁ



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** FAZIMENTOS E SABERES: Uma Análise das Técnicas e Saberes Utilizadas pelos Pescadores no Bairro do Arapiranga, Vigia - PA.

**Pesquisador:** JOSE MATHEUS BARATA SILVA

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 34641919.8.0000.0018

**Instituição Proponente:** Campus Universitário de Castanhal

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 4.189.919

**Apresentação do Projeto:**

O presente projeto de pesquisa, intitulado FAZIMENTOS E SABERES: Uma Análise das Técnicas e Saberes Utilizadas pelos Pescadores Artesanais no Bairro do Arapiranga, Vigia - PA., de responsabilidade de JOSE MATHEUS BARATA SILVA consiste em analisar as técnicas utilizadas pelos pescadores artesanais, como criam e utilizam seus apetrechos de pesca no seu cotidiano, assim como, colher narrativas acerca desta atividade. Desse modo, utilizar metodologias como: Observacional, descritiva, exploratória, levantamento bibliográfico, entrevistas estruturadas.

**Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Primário:

- Valorizar os saberes aplicados nos apetrechos de pesca, historicamente construídos, por meio de narrativas orais dos pescadores artesanais do bairro do Arapiranga, Vigia –PA.

Objetivo Secundário:

Pesquisar a pesca artesanal no bairro do Arapiranga por sua gênese, mediante a prática dos pescadores. Caracterizar os pescadores artesanais de acordo com aspectos, sociais e econômicos. Verificar de que forma são repassados os saberes dos pescadores artesanais em suas relações de produção. Identificar quais relações de pertencimento e memória com o lugar, existem na prática pesqueira no bairro.

**Endereço:** Rua Augusto Corrêa nº 01- Campus do Guamá, UFPA- Faculdade de Enfermagem do ICS - sala 13 - 2º and.  
**Bairro:** Guamá **CEP:** 66.075-110  
**UF:** PA **Município:** BELEM  
**Telefone:** (91)3201-7735 **Fax:** (91)3201-8028 **E-mail:** cepccs@ufpa.br